ORGAO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

10 de Julho de 1975
Ano 45—Série VII—N.º 67

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. ★ Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

SAUDAÇÃO AO PAIGC E AOS CABO-VERDIANOS

Saudando a independência de Cabo Verde o Comité Central do nosso Partido enviou ao povo daquele arquipélago e à sua vanguarda revolucionária, o PAIGC, uma mensagem em que manifesta o apoio caloroso pela vitória que culmina a sua luta de libertação nacional e que seguidamente transcrevemos:

Queridos camaradas:

O Partido Comunista Português saúda calorosamente o povo cabo-verdiano e guineense e o PAIGC, sua vanguarda revolucionária, pela proclamação da independência da República de Cabo Verde que culmina com uma vitória histórica a sua luta de libertação nacional.

Estamos certos de que o povo cabo-verdiano, lado a lado com o povo da Guiné-Bissau, superará a pesada herança do colonialismo português e, agora liberto, alcançará grandes vitórias na construção de uma sociedade livre e progressista, a caminho da libertação do homem pelo homem.

O Partido Comunista Português, nas duras condições do fascismo, ergueu a bandeira de combate contra o colonialismo e contra a guerra colonial e apoiou sempre activamente a luta libertadora do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os povos de Portugal, Guiné-Bissau e Cabo Verde lutaram, estreita e mutuamente solidários, contra um inimigo comum. Agora, quando a história comprovou plenamente a justeza da nossa luta, os comunistas portugueses consideram a proclamação da República de Cabo Verde como se se tratasse também de uma vitória de todo o povo português. Da mesma forma, a vitória do povo português sobre o fascismo conta também, como importante contribuição, com a luta heróica do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Colocam-se agora novas tarefas aos nossos povos, finalmente livres e unidos por fraternais laços de amizade e solidariedade, forjados na luta comum pela libertação e consolidados após a vitória da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974.

Pela sua parte, o Partido Comunista Português tudo fará para que as relações de cooperação entre a República de Cabo Verde e o novo Portugal democrático se desenvolvam larga e frutuosamente dentro dos princípios de igualdade e do respeito mútuo, da soberania e da independência, da não ingerência nas questões internas e da solidariedade e interesses mútuos.

Podeis estar igualmente certos de que o Partido Comunista Português tudo continuará fazendo para que as suas relações fraternais com o PAIGC continuem sempre sendo a mais profunda expressão da fraternal amizade e da solidariedade de combate dos povos de Portugal e da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Viva a amizade do PCP e do PAIGC!
Viva a República de Cabo Verde!
Viva eternamente a amizade fraternal entre o povo de Portugal e o povo irmão da Guiné-Bissau e de Cabo Verde!

Lisboa, 5 de Julho de 1975.

**O Comité Central
do Partido Comunista Português**

Aristides Pereira e Vasco Gonçalves assinando novos tratados entre os dois países

PORTUGAL E CABO VERDE NAÇÕES LIVRES E IRMÃS

Em 5 de Julho de 1975 nasceu um novo Estado de expressão portuguesa: a República de Cabo Verde. Na Cidade da Praia, numerosos cartazes em crioulo, onde se lia: «Nôs terra é pâ nôs povo», lembravam que o anseio antigo dos cabo-verdianos — «A nossa terra é para o nosso povo» — concretizar-se-ia dentro em breve, culminando um longo período de opressão colonialista e de luta pela libertação.

No estádio onde decorreram as cerimónias da independência estavam presentes, para além da delegação portuguesa, representações da Guiné-Conakry, Senegal, Mauritânia, Costa do Marfim, Argélia, Angola, Nigéria, União Soviética, Cuba e República Popular da China e ainda delegações de movimentos de libertação africanos: MPLA, MLSTP, ANC (zimbabwe) e SWAPO (Namíbia). A OUA estava representada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Somália e a ONU pelo presidente do Comité dos 24, Salim Ammed Salim.

Quando Vasco Gonçalves e Aristides Pereira chegaram ao recinto e enquanto eram prestadas honras militares aos dois governantes, aviões da Força Aérea Portuguesa sobrevoavam o local lançando flores e panfletos multicores que afirmavam «Liberdade, paz, progresso e justiça social para os povos de Portugal e Cabo Verde.» Seguiu-se o desfile dos representantes das associações profissionais e culturais e das juventudes de Cabo Verde.

A oferta de um ramo de cravos vermelhos à mãe de Amílcar Cabral que se encontrava presente, efectuada por um pioneiro, recordou perante a multidão a figura do combatente que iniciou a luta pela libertação do seu povo. No estádio uma fotografia enorme daquele dirigente ostentava a legenda «Cabral ca moi» (Cabral não morreu).

Durante a apresentação das delegações presentes, as maiores ovações da multidão foram para os representantes do MPLA, de Cuba e do nosso Partido.

Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, usou então da palavra saudando em especial a delegação portuguesa, e referindo-se a Vasco Gonçalves considerou-o «camarada de combate, do combate que ganhámos juntos», manifestando-lhe igualmente o «apreço pelo contributo que pessoalmente deu para a descolonização e para a amizade

(Continuação na 6.ª página)

MANIFESTAÇÃO HOJE ÀS 19.30

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP tomou conhecimento da convocação, pela Intersindical, de uma grande manifestação de unidade popular contra as manobras da reacção e de apoio ao MFA, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves. Esta manifestação terá lugar na próxima quinta-feira, dia 10, pelas 19 e 30, com concentração no Cais do Sodré.

A DORL do PCP considera particularmente oportuna esta iniciativa da Intersindical. As manobras do patronato e da reacção no sentido de desorientar e desmobilizar as massas populares e dividir as forças revolucionárias, as tentativas para impedir a concretização das medidas indispensáveis ao avanço do processo revolucionário apontado ao socialismo, exigem resposta firme e unida dos trabalhadores e de todas as forças efectivamente empenhadas na revolução.

A DORL do PCP apoia a convocação desta manifestação e chama todas as suas organizações, todos os seus militantes e simpatizantes, a classe operária, os trabalhadores, a juventude, o povo de Lisboa, a comparecerem em massa para uma grande jornada de unidade popular contra a reacção e de apoio ao Movimento das Forças Armadas e à dinâmica política aprovada na última Assembleia do MFA.

A DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO PCP SOBRE A ASSEMBLEIA DO MFA

1 A Comissão Política do Comité Central do PCP examinou as conclusões da Assembleia do MFA de 8 de Julho de 1975.

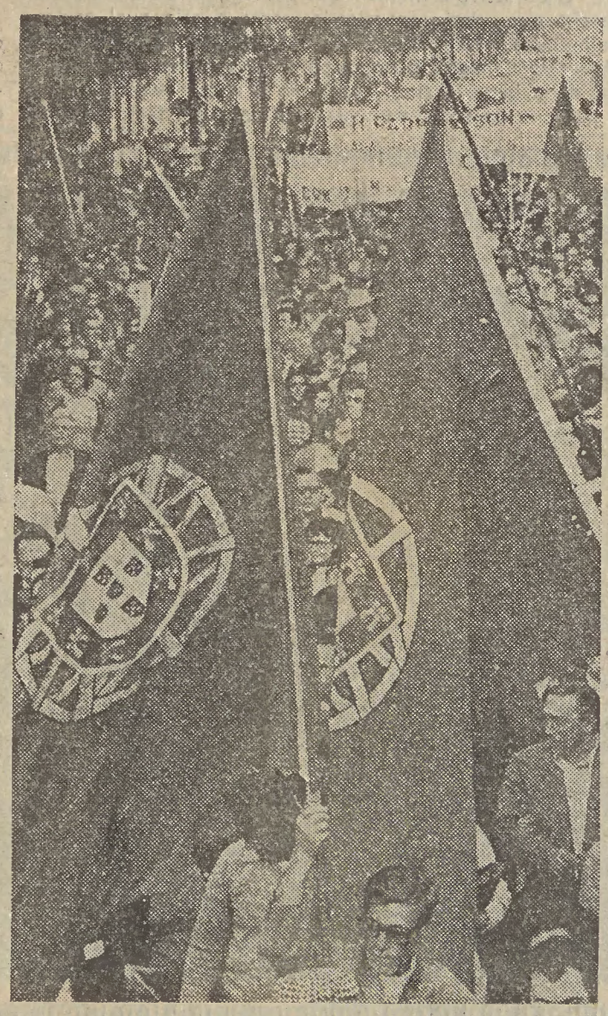
Num momento em que forças reaccionárias e conservadoras procuram contestar e contrariar a revolução portuguesa, tem extraordinário significado a reafirmação pelo MFA da aliança Povo-MFA como «binómio-motor» do processo revolucionário, do carácter decisivo da batalha da economia com a formação de um amplo sector estatal e a realização da Reforma Agrária, do estabelecimento efectivo do controlo operário, do reforço do aparelho estatal e do seu saneamento, do papel dos partidos políticos progressistas.

O PCP sublinha particularmente a grande importância das conclusões e decisões da Assembleia do MFA relativas à perspectiva de concretização orgânica da aliança Povo-MFA.

2 A valorização do movimento popular e o esquema da sua institucionalização como força de capital importância na actual etapa e no Portugal futuro confirma uma linha revolucionária, que vence as tentativas e as resistências da reacção e do conservantismo e que faz prosseguir o processo revolucionário.

A definição de formas de organização do movimento popular, marcando linhas gerais do seu desenvolvimento e da sua evolução, têm um extraordinário alcance para a consolidação do processo revolucionário e a definição da estrutura do futuro estado democrático e socialista.

3 O PCP sublinha a absoluta necessidade de que seja respeitado estritamente o carácter unitário e apartidário das estruturas populares. É de primacial importância que, abandonando posições sectárias e combatendo o divisionismo, nelas se estabeleçam fraternais relações de combate pelos objectivos imediatos e mediatos da revolução entre todos os seus componentes quaisquer que sejam as suas filiações ou tendências partidárias.



4 O movimento popular de massas tem uma dinâmica revolucionária própria, em que a iniciativa, a confiança, a combatividade, a autonomia, a independência e o espírito criador são factores indispensáveis do progresso, da vida política e da intervenção eficiente no processo revolucionário em estreita aliança com o MFA.

A classe trabalhadora e o povo português em geral saberão corresponder às amplas perspectivas de intervenção criadora na transformação revolucionária do País, na defesa das liberdades, na edificação de um regime democrático, na construção da sociedade socialista.

5 A valorização do movimento popular e o esquema da sua institucionalização é de particular importância num momento em que a reacção e as forças conservadoras desenvolvem intensa campanha para se oporem ao processo revolucionário. Persistem contradições, tensões e problemas que exigem exame e solução.

Certas concentrações e manifestações patronais previstas para os próximos dias, a que os organizadores procuram dar um sentido contra-revolucionário, o agravamento artificial de conflitos sociais, o lançamento ou relançamento de greves inadequadas à situação ou sem justo motivo, a agitação clandestina, o clima de desrespeito pela ordem democrática que se procura fomentar em alguns sectores, continuam a exigir vigilância popular e prontidão das massas para defenderem em quaisquer circunstâncias as conquistas da revolução em estreita aliança com o MFA.

6 O PCP sublinha a grande importância que tem neste preciso momento a manifestação convocada pela Intersindical para 5.ª-feira, dia 10, às 19 e 30, em Lisboa.

O PCP apela para os trabalhadores, para toda a população, para todas as organizações e orgunismos de carácter unitário já existentes, a fim de que participem em massa na grande manifestação que marcará a determinação das massas populares de defender, de consolidar e fazer progredir o processo revolucionário. A manifestação traduzirá o apoio ao MFA, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. A manifestação deve expressar, de forma inequívoca, a aprovação popular das resoluções revolucionárias da Assembleia do MFA em 8 de Julho, que podem vir a ter carácter histórico.

Uma grandiosa manifestação de massas de carácter unitário confirmará a amplitude e a força do movimento popular e a sua aliança com o MFA, tornando irreversível e invencível a Revolução Portuguesa.

9 de Julho de 1975.

**A COMISSÃO POLÍTICA
DO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS**

COMBATER O ANTICOMUNISMO É LUTAR PELA REVOLUÇÃO!

O processo revolucionário enfrentou desde o início resistências que, ao acumularem-se, provocaram crises sempre que a reacção tomou a ofensiva. A táctica das forças contra-revolucionárias foi diferente em Julho, no 28 de Setembro, no 11 de Março. Mas o objectivo a atingir não variou: dividir as duas componentes, desagregá-las, lançar uma contra a outra. O alvo hoje é ainda o mesmo. Mas, pela própria experiência adquirida, as forças empenhadas em travar o avanço da Revolução actuam de maneira diferente, tendo em vista uma correlação de forças que é também muito diversa.

O País viveu nos últimos dias — vive ainda — momentos de tensão. Mas os métodos dos responsáveis por essa atmosfera de inquietação mudaram muito. Ninguém, nenhum partido, força ou grupo com um mínimo de representatividade ousa fazer a apologia do capitalismo para atacar a Revolução. Os seus adversários para melhor a combaterem proclamam todos as suas convicções revolucionárias. Todos se dizem partidários do socialismo, todos afirmam a sua plena identificação com a «opção socialista». Tornou-se muito amplo o leque de inimigos do processo. Cabe tudo nele: a reacção tradicional, a ultra-esquerda pseudo-revolucionária e a legião confusa de adeptos da social democracia. Não estão de acordo entre si nem ideologicamente, nem programaticamente, nem no tocante às formas de acção. Um pólo de convergência, um só denominador comum aproxima e congrega os elementos que constituem essa estranhíssima aliança — uma verdadeira manta de retalhos — que desafia a Revolução: o anticomunismo! Partidos, grupos, individualidades, separados por ambições diferentes, voltados para projectos de futuro incompatíveis, entendem-se na base de um anticomunismo fanático.

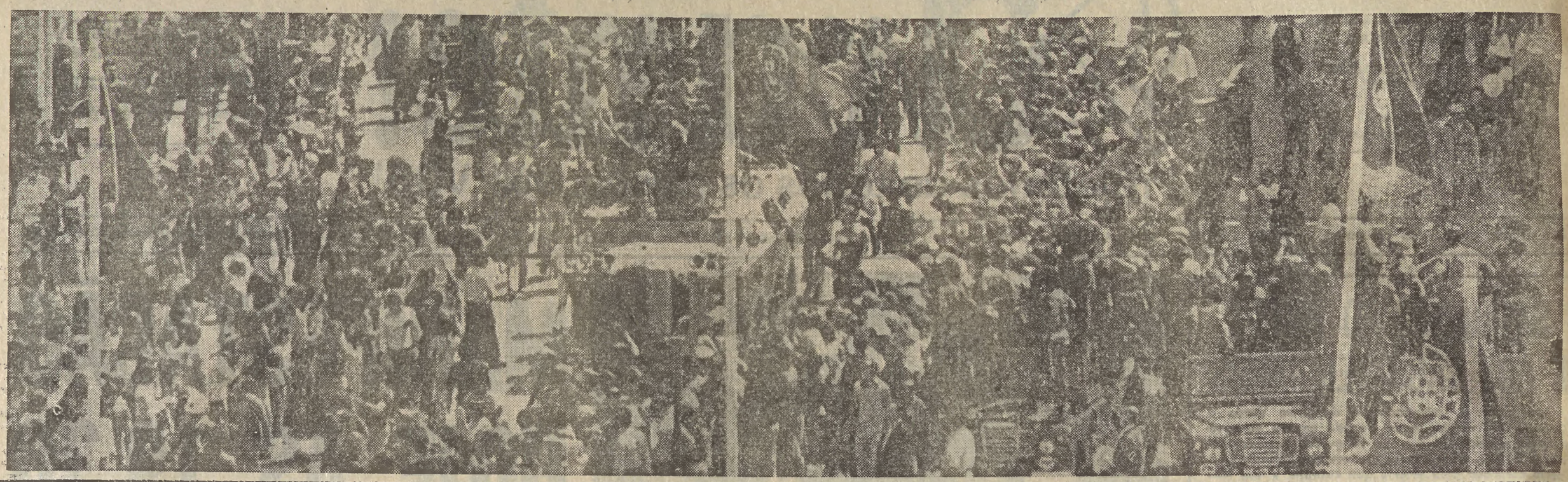
Para impedirem o avanço da reforma agrária, para dificultarem a destruição dos monopólios, para sabotarem a produção nas empresas nacionalizadas e o funcionamento de serviços públicos estratégicos, para confundirem e amedrontarem a pequena burguesia, para transformarem as escolas em locais onde se poderá fazer tudo excepto estudar, para estimularem campanhas externas contra a Revolução para paralisarem o aparelho de Estado, para semearem a dúvida e a desconfiança entre os trabalhadores e no seio das Forças Armadas — para que o povo não possa aprofundar as suas conquistas revolucionárias unem as suas vozes e bandeiras numa ruidosa cruzada anticomunista. Fazem, numa palavra, o que não haviam feito nos tempos do fascismo: superam todas

(Continuação na 3.ª página)

Avante!

PÁGINA 2

Um poder revolucionário homogéneo para consolidar as conquistas da revolução



Um Poder revolucionário homogéneo para consolidar as conquistas da Revolução

Dissemos aqui antes que, num processo revolucionário que se propõe como objectivo principal substituir um sistema social por outro — e é esse o caso português —, o grau de resistência das forças condenadas a desaparecer e as formas que essa resistência assume exigem da vanguarda revolucionária uma grande tensão de forças e uma visão aguda dos factores que condicionam a marcha da Revolução.

Exactamente, **a Revolução portuguesa tem-se desenvolvido num processo irregular e acidentado. Passaram-se dificuldades, crises e perigos** — disse Álvaro Cunhal no comício de 28 de Junho, no Campo Pequeno — e os acontecimentos posteriores, na sua cadência e gravidade, vieram comprovar o que atrás é dito.

Envolventes e ardilosas são as manobras da reacção contra o Portugal democrático que ruma ao socialismo; poderosas são as forças que se coligam para atacar e tentar anular as conquistas revolucionárias dos portugueses. Mais poderosa é, porém, a vontade do nosso Povo e a sua determinação de defender e consolidar essas conquistas, de institucionalizar e fortalecer as duas componentes do processo revolucionário.

As conclusões da Assembleia do MFA contribuem, decisivamente, para a criação de uma nova forma de poder que aponta ao socialismo.

A reacção e o imperialismo não se conformam com a perspectiva do estabelecimento de um pequeno Estado independente e livre das algemas do capitalismo neste extremo Sudoeste da Europa com as suas inseparáveis parcelas atlânticas da Madeira e dos Açores, como nunca se conformaram com a existência de uma Cuba revolucionária em pleno mar das Caraíbas ou de um Vietname socialista a sul do mar da China. Como não se conformaram também com um Chile liberto das cadeias do imperialismo ianque.

Mas contra a vontade férrea e o heroísmo dos povos de Cuba e do Vietname nada pôde o poderio do maior gigante imperialista do mundo — os Estados Unidos — enquanto que a heróica resistência do povo chileno só pôde ser quebrada pela traição dos liberais burgueses e pela acção irresponsável e aventureira dos grupelhos da ultra-esquerda que fizeram o jogo da reacção e do fascismo.

— × —

O anticomunismo é a artilharia pesada do inimigo para dividir e derrotar as forças revolucionárias. Através da luta contra o PCP o que visa de facto é todo o processo revolucionário.

A reacção internacional e as suas marionetas em Portugal recorrem a todos os meios desde a diversão ideológica até às formas violentas de luta para isolar e eliminar os comunistas, para dividir o movimento de massas e o MFA e destroçar a aliança entre estas duas componentes motoras da revolução e transferir para o domínio eleitoralista o processo que assenta na ampla participação organizada das massas populares.

Confessam mesmo que pretendem fazer em Portugal a «vacina» do anticomunismo, o que deve entender-se como uma operação destinada a estrangular a esperança de libertação dos povos ainda oprimidos que possam inspirar-se de maneira criadora no processo revolucionário português.

O objectivo é impedir que Portugal trilhe a via socialista a que aderiu entusiasticamente e pela qual os trabalhadores estão dispostos aos maiores sacrifícios, o objectivo é manter o nosso país sob a tutela do capitalismo e do imperialismo, desviando a nosso revolução para o pântano da social-democracia. Não é um facto fortuito a inundação de publicações louvando o modelo político da social-democracia a partir de centros de irradiação nos Estados Unidos e na Alemanha Federal, ao mesmo tempo que no plano interno de Portugal certas forças políticas tudo tentam para castrar a via socialista apontada pelo MFA e para impor à revolução portuguesa a via social-democrata.

Nos últimos dias vimos como, a coincidir com a importante Assembleia do MFA, a ofensiva anticomunista recrudesceu de violência nas formas mais diversas, ao mesmo tempo que são detectados manejos divisionistas e conspiratórios contra o processo revolucionário.

Um amontoado de calúnias das mais absurdas contra o PCP; insultos e ameaças de eliminação física contra dirigentes e ministros comunistas; desesperados esforços para reacender as cinzas mortas do famigerado caso «República» com chantagens e fanfarronadas que já não têm força para intimidar ninguém. Ao mesmo tempo o acirrar de processos grevísticos com base em artifícios e em reivindicações irrealistas, incomportáveis para a economia nacional e para a própria situação das empresas.

A juntar a isto a fuga dos pides da «super» cadeia de Alcoentre, incompreensíveis emperramentos burocráticos em questões de urgente necessidade pública, atrasos de saneamento do aparelho de Estado e actividades marginais altamente suspeitas.

À volta do aumento das tarifas ferroviárias, por exemplo, compreensivelmente antipático para os utentes pobres, que são a grande maioria, aumento aprovado há mais de um ano pelo Governo Provisório, com o voto contrário do ministro comunista, para ser aplicado em Junho, viu-se desencadear contra o ministro dos Transportes, comunista, uma feroz campanha de grupúsculos pseudo-revolucionários e de filiados em partidos da coligação, que antes haviam dado a sua aprovação aos aumentos, a organizar o boicote tarifário em estações da rede suburbana de Lisboa. Um boicote incompreensivelmente facilitado a ociosos que nas estações se opunham à aquisição de bilhetes, levado, até, ao não pagamento de assinaturas, em que os aumentos foram pouco significativos.

Nos TLP, a greve de braços caídos do pessoal dos telefones, imposta contra a vontade da maioria dos trabalhadores e dos sindicatos, estava já a conduzir rapidamente à completa paralisação da rede telefónica, num momento em que sérios pronúncios de novas conspirações reaccionárias andaram no ar, e a fuga dos pides exigia rapidez e eficiência nas comunicações telefónicas. Felizmente, antes que o irremediável se verificasse, a imensa maioria dos trabalhadores decidiu-se pelo recomeço do trabalho, mesmo assim enfrentando a oposição da minoria que havia imposto a greve. Também aqui o ministro dos Transportes foi pessoalmente visado pelo ódio dos divisionistas e aventureiros que dirigiam a greve.

No caso TAP, se algumas dúvidas restavam a alguém quanto ao carácter da greve — uma greve que afectará principalmente o movimento turístico numa actividade agora também nacionalizada e de grande importância para a situação financeira do País —, basta ler as declarações dos dirigentes da greve na conferência de Imprensa de segunda-feira para se ver os seus verdadeiros móbiles: ataques ao Primeiro-Ministro, ao Governo Provisório, ao MFA.

— × —

Uma das frentes mais activas do anticomunismo veicula a sua acção para o seio do MFA, procurando dividir os oficiais progressistas, pôr uns contra os outros e pô-los contra o PCP e a sua política, que tem sido, e é, de defesa intransigente do processo revolucionário, de firme aliança entre as suas duas componentes motoras institucionalizadas nas suas formas unitárias mais amplas e da mais absoluta lealdade nos compromissos tomados.
absoluta lealdade nos compromissos tomados.

O anticomunismo é insidiosamente levado para o seio dos militares sob uma novíssima designação: conotações. «Conotações» chamam os inimigos do processo revolucionário às atitudes dos oficiais do MFA que de uma forma ou de outra se manifestam concordantes com as do PCP.

É evidentemente uma forma hábil de paralisar os impulsos revolucionários dos militares mais progressistas do MFA, acusando-os de «conotações» com o PCP.

É compreensível que, num processo revolucionário tão original como o português, a uma definição genérica de princípios correspondam certas coincidências de posições e concepções. Quando o C. da Revolução se pronuncia no seu Plano de Acção Política pelo socialismo, por uma sociedade sem classes obtida através da colectivização dos meios de produção eliminando a exploração do homem pelo homem sob todas as suas formas é evidente que há aqui um vastíssimo campo de concordância com aqueles que, como o PCP, lutaram durante dezenas de anos nas condições mais difíceis por esses superiores princípios.

Não surpreende que homens perfilhando as mesmas concepções gerais, ainda que podendo diferir em tal ou tal pormenor, assumam certas posições comuns e possuam por vezes uma linguagem comum na apreciação dos acontecimentos de que são protagonistas.

— × —

É no meio desta situação fluida e perigosa que o PCP procura conjurar os perigos de rotura entre as forças *mais consequentes da Revolução. A mobilização de trabalhadores* e militantes comunistas na passada 6.ª-feira, dia 4, nas fábricas e nos centros de trabalho não obedeceu a quaisquer razões subjectivas mas a motivos bem fundamentados.

Ao mesmo tempo serena e firme, a classe operária mostrou o seu querer, a sua disposição de dar tudo pela defesa do processo revolucionário, pela unidade das massas populares e do MFA, pela defesa da aliança entre os dois.

A movimentação dos trabalhadores revelou que a condição fundamental para consolidar o processo revolucionário é o reforço da autoridade dos órgãos dirigentes da revolução, a criação do poder revolucionário que paralise as investidas da reacção e assegure a realização de uma política cooperante na condução do processo.

A actual coligação carece de identidade de objectivos. Não bastam as afirmações de palavra quanto à concordância com o MFA. Na coligação estão forças que lutam objectivamente contra o processo, que desenvolvem uma acção divisionista constante e deliberada e com as quais não é possível organizar, fortalecer e institucionalizar a componente popular tal como a define a moção aprovada pela Assembleia do MFA.

Sem um poder revolucionário homogéneo, mesmo na sua necessária diversidade ideológica, não é possível avançar na consolidação das nacionalizações e da Reforma amplas comissões de trabalhadores, de moradores, de controlo operário, de defesa da revolução, bem como das assembleias populares no esquema avançado pela Assembleia do MFA em bases locais, regionais, até à sua expressão nacional.

É preciso uma unidade de pensamento e de acção para levar por diante o processo revolucionário. Como disse Álvaro Cunhal: **Não se pode aceitar que certos partidos aprovem as leis no Governo e depois cá fora organizem a luta contra as mesmas leis que aprovaram.**

Grande jornada de vigilância

MOBILIZAR É PARA NÓS DEFENDER A REVOLUÇÃO

Combater por todos os meios o falso alarme e o divisionismo é uma preocupação diária e minuciosa do nosso Partido. Temos desses perigos segura consciência e os últimos dias encarregaram-se de os ilustrar bem claramente. Os nossos apelos à vigilância nunca foram ditados por alarmes falsos. O boato não penetra na verdadeira consciência revolucionária. Temos disso uma experiência e uma certeza que não são de ontem. Os que pretendem ver na movimentação dos nossos militantes um escudado sobressalto (ou coisa pior) são os mesmos que fomentam as razões dessa movimentação, dessa aturada vigilância revolucionária.

Na última sexta-feira, **O Partido Comunista Português entendeu que era de lançar um alerta geral aos seus militantes, porque podia ser necessário mobilizá-los. Tivemos razões para o fazer** — como lembrou o nosso camarada Octávio Pato na I Festa da Revolução na Baixa da Banheira — **e devemos até dizer que continua a haver fortes motivos para continuarmos vigilantes.** As palavras daquele membro do Secretariado do Comité Central do nosso Partido deveriam ser escutadas por aqueles que, na cegueira acomodatícia (ou deliberada para tentar cegar os outros) **negam a escalada reaccionária** dos que, vencidos mas não liquidados, continuam a **querer impor o jogo da exploração capitalista ao Povo Português.**

São esses que chamam à vigilância falso alarme. São esses que acusam, caluniando de alarmistas, quantos pela sua actuação revolucionária merecem o crédito e a firme companhia das massas no estreitamento da aliança com o MFA. O divisionismo, que se empenham diariamente em espalhar pela mínima fresta aberta na luta unitária dos trabalhadores por objectivos precisos, é o veneno que bolçam sobre os outros quando os outros não os seguem no seu direito de tendência, na falsa autogestão e noutras maquinações feitas nas costas dos trabalhadores com a chancela do anticomunismo e da sabotagem do processo revolucionário.

Paralisar a revolução é para alguns um programa. Noméa-los é olhar para as últimas assembleias dos trabalhadores dos Seguros e da Banca, para os grupos minoritários de filiação ultra-esquerdizante, de filiação PS, PPD e CDS, que tentam a todo o custo sustentar greves contra-revolucionárias, é olhar para os ataques a sedes e a membros de partidos progressistas, para a preparação de manifestações de bom recorte fascista, à maneira das que vingaram no Chile. Os exemplos são muitos. Para os contrariar nunca será demasiada a vigilância, nunca será prematura a mobilização.

Sabemos qual é a nossa força

O caminho para o socialismo apontado pelo Conselho da Revolução não passa, por exemplo, pela batalha da produção para aqueles a quem impressiona (mal) a capacidade de mobilização demonstrada novamente, nos últimos dias, pelo nosso Partido. Preferem inventar as suas próprias «batalhas». E aí está a **batalha da informação** que, para o secretário-geral do PS, o seu inventor, se dirige contra o Partido Comunista Português, com a ameaça expressa de **paralisar o país.** Não é só a revolução. É o País. É o País que o PS paralisaria, se não nascesse morta esta sua «batalha». Se isto e o mais que se apontou não exige a mobilização dos trabalhadores, dos verdadeiros revolucionários, estaríamos realmente a dormir com a manta a arder. Não é que acreditemos na enormidade de o PS ser capaz de paralisar o País. Mas as ameaças não valem só pelas palavras que lhes dão forma.

Desejamos a unidade com todos aqueles que querem a democracia e o socialismo e também com o Partido Socialista, apesar das nossas profundas divergências — reafirmou o nosso camarada Octávio Pato na Baixa da Banheira. É um facto que desejamos, a unidade sem ambiguidades. Nunca dissemos outra coisa. E é precisamente por a desejarmos que não podemos dormir quando a manta arde. Temos de estar acordados e acordados estão connosco todos aqueles para quem as querelas partidárias não podem sobrepor-se ao interesse nacional, nem nunca serão motivo (falso motivo) para ameaças como a de paralisar o País.

Sabemos qual é a nossa força. *Não temos necessidade de a mostrar por tudo e por nada.* Mas contra o anticomunismo, ao qual não repugna o golpe baixo e perigoso para a própria democracia, contra o anticomunismo que forja as suas armas no obscurantismo, copiando-as, sem escrúpulos, do regime fascista, não podemos esmorecer na vigilância para o desmascarar e combater em todo o lado onde lança o seu veneno, pois é essa também **uma das formas de lutar pelo socialismo.** O nosso camarada Octávio Pato assim o lembrou na Baixa da Banheira ao apontar as traves-mestras sem as quais o processo revolucionário não avançará. Para que avance e se cortem de vez as rédeas do recuo, é necessário reforçar e dinamizar — como apontou o nosso camarada — o movimento popular de massas, organizar eficazmente milhares de comissões de trabalhadores, de moradores, de aldeias, de «comités» de defesa da revolução.

É a luta contra o anticomunismo não cabe apenas aos comunistas. É uma tarefa patriótica que incumbe a todos os verdadeiros democratas, a todos os verdadeiros defensores da Revolução.

Os que não querem ver os perigos porque são eles que os fomentam, ou ajudam a fomentar, também não têm ou fingem não ter percepção para a necessidade irrecusável de **reforçar a vigilância popular face ao recrudescimento de actividades reaccionárias; esclarecer das dificuldades que persistem a nível da coligação governamental; combater as tentativas dos oportunistas de direita e de «esquerda» para voltar as massas contra o processo; intensificar a mobilização das massas para as tarefas do processo revolucionário, nomeadamente a batalha da produção; consciencializar dos perigos que representaria qualquer eventual divisão no seio das forças revolucionárias** —, como aponta o nosso Partido no comunicado da DORL dado a público no último sábado.

A jornada de sexta-feira, dia 4, teve o êxito que lhe atribuíram as **centenas de plenários e outras reuniões nos locais de trabalho, a aprovação de moções de apoio ao Conselho da Revolução e ao MFA, a constituição de piquetes de vigilância em praticamente todas as grandes empresas do distrito** e outras iniciativas de defesa e vigilância da responsabilidade dos nossos camaradas, que contribuíram de forma decisiva **para travar as pretensões contra-revolucionárias e reforçar a todos os níveis a unidade do movimento revolucionário.**

Não desarmaremos

Entretanto, uma vez mais, **forças políticas que formalmente proclamam estar com o processo revolucionário** não só nada faziam, no sentido de **mobilizar as massas para as tarefas concretas e urgentes que se colocam à revolução,** como persistiam em **deformar e caluniar a acção do PCP e outras forças revolucionárias.**

O comunicado da Federação de Lisboa do Partido Socialista, vindo a lume nos matutinos do dia 5, é a este respeito significativo, mostrando como, lamentavelmente, o PS, em lugar de se empenhar na solução dos problemas que afectam o nosso povo — reforma agrária, batalha da produção, luta contra as manobras da reacção, etc. — e na concretização de medidas governamentais a que está vinculado — como no caso do aumento das tarifas da CP, em que militantes seus têm participado no «boicote» —, permite-se vir criticar e caluniar a actividade de outros partidos devotados no esclarecimento e mobilização das massas populares para a defesa e avanço da revolução. O PS, de que não conhecemos qualquer contribuição para a batalha da produção, prossegue, entretanto, com denodo na batalha da divisão e da calúnia das forças revolucionárias.

Fazer parte destas forças não parece interessar hoje àqueles que, contrariamente ao que afirmou o Presidente Costa Gomes, no seu discurso de sexta-feira passada, preferem as palavras ao trabalho.

Palavras caluniosas, que nenhum **preço de ser livres** pode autorizar, continuam no entanto, a ser proferidas por aqueles que pretendem fazer uma distinção subtil entre a reacção ir ao encontro deles ou eles irem ao encontro da reacção. É o que se verifica mais uma vez (e não por acaso) nesta altura, quando pseudodirigentes de trabalhadores em greve na TAP caluniam o nosso Partido e alguns dos mais ferverosos e consequentes defensores da Revolução.

É por isso que **não podemos desarmar a vigilância popular.** É por isso que teremos de **continuar a acompanhar de perto o desenvolvimento da situação política e social, a esclarecer activamente aqueles que sejam confundidos pelas manobras da reacção,** para que a unidade dos trabalhadores seja preservada e reforçada em todas as situações.

Estas tarefas apontadas pelo nosso Partido inscrevem-se sem falhas naquilo que sempre preconizámos. Não são ditadas apenas pelas circunstâncias. São fruto do empenho que verdadeiros revolucionários, comunistas ou não, devem dedicar à sua actividade de todos os momentos, sem que por isso abrande a sua dedicação ao trabalho de todos os dias, onde verdadeiramente se ganhará ou não o socialismo, que temos a obrigação irrecusável de defender.

Rio Tinto

NOVO CENTRO DE TRABALHO

Surgiu mais um centro de trabalho do nosso Partido. A partir do passado mês de Junho, Ponte de Rio Tinto conta com um centro de trabalho situado na Travessa da Ponte, 134, r/c. A inauguração, que decorreu de 22 a 24 de Junho, revestiu-se do carácter de uma festa popular com larga participação da população. Foguetes, piquenique, cinema (com a colaboração da Associação de Amizade Portugal-RDA), futebol, canto livre e largada de balões assinalaram o acontecimento.

Segundo um nosso camarada da zona, «o Partido estava pela primeira vez vivendo livremente neste local, o que não quer dizer que não tivesse vivido aqui na clandestinidade». Este facto foi possível graças à vontade e trabalho colectivos dos nossos camaradas de Rio Tinto que não pouparam esforços para construir na sua terra condições para uma presença mais constante e eficaz do nosso Partido. O modo entusiástico como foi celebrada a inauguração constitui, desde já, um estímulo para que os camaradas de Rio Tinto prossigam o seu trabalho ainda mais intensamente.

COMBATER O ANTICOMUNISMO É LUTAR PELA REVOLUÇÃO!

(Continuado da 1.ª página)

as fronteiras ideológicas, todas as rivalidades intestinas e formam a mais irracional, a mais ridícula, a mais reaccionária das frentes políticas jamais vista em Portugal.

Não há mentiras nem calúnias que apaguem a luta dos comunistas pela liberdade. Não há mentiras nem calúnias que escondam o batalhar dos comunistas em defesa das classes trabalhadoras. Em todo o Mundo a dignidade e vida de quantos produzem assenta nos alicerces que os comunistas souberam amassar com tenacidade e heroísmo. Mas para os membros da nova Santa Aliança, o nosso Partido é o inimigo das liberdades, o inimigo dos trabalhadores.

Tudo lhes serve para fabricarem anticomunismo. O 1.º de Maio, a unicidade sindical, a ocupação de uma Rádio, o conflito interno da «República». Esforçam-se por inventar um problema religioso, um conflito entre a Igreja e o Estado. Exploram o tema fora do País. Transformam a Assembleia Constituinte em palco de debates parlamentares, em imitação de parlamento burguês. O nosso Partido levanta a sua voz contra essas manobras e é acusado de antidemocrático; opõe-se à violação da Plataforma de Acordo com o MFA e torna-se alvo de ataques furibundos. O PCP propôs que na Comissão de Sistematização da Assembleia «a organização económica» precedesse «os direitos e liberdades fundamentais» e logo se desencadeou uma pequena tempestade. Qual a posição democrática e revolucionária? É um facto que o sistema económico condiciona e determina em grande parte o conteúdo e a efectividade dos direitos e liberdades. Em Portugal, não podem coexistir as liberdades democráticas e o domínio dos monopólios.

Do começo ao fim da campanha eleitoral o nosso Partido foi alvo de provocações diárias, de boicotes, de calúnias. A reacção mobilizou-se em centenas de vilas e aldeias para impedir que os trabalhadores ouvissem a palavra dos comunistas. Houve candidatos do nosso Partido espancados, centros de trabalho invadidos. Os comunistas receberam ameaças de morte. O PCP não boicotou um só comício de qualquer partido, não agrediu adversários. Mas a reacção fascista e «eleitoralista» em todo o Norte não abranda a sua campanha de ódio cego aos comunistas. Semana à semana, os caciques locais, com o apoio dos partidos burgueses e dos boletins paroquiais, vertem contra o PCP torrentes de fel. Quem é responsável pelo atraso económico e político nessas zonas do País, pela presença em postos-chave de ex-legionários e ex-ANP, pela exploração a que continuam a ser submetidos os trabalhadores? Não fomos nós, comunistas, quem recebeu nas eleições o apoio caloroso desses caciques. Denunciamos a sua acção!

A propósito do caso «República», foi desencadeada contra o nosso Partido uma intensa campanha de calúnias. Fomos gratuitamente responsabilizados por um conflito ao qual éramos completamente estranhos. Mas nas ruas, em manifestações de carácter contra-revolucionário, o alvo das críticas da reacção e dos grupelhos verbalistas de uma ultra-esquerda delirante, fomos novamente nós, comunistas. O anticomunismo serviu de bandeira para ataques ao MFA, para apelos à violação à disciplina nas Forças Armadas, para um comportamento nada dignificante de muitos dirigentes socialistas, para tema de conferências de Imprensa, em que se fez abertamente a defesa da vassalagem de Portugal em relação à Europa dos monopólios. Nessas suspeitíssimas manifestações apareceram dia após dia unidas as bandeiras daqueles que combatem a Revolução porque pretendem travar o seu ritmo e as dos que criticam porque sustentam ser possível construir o socialismo em poucas semanas através da gritaria, da desordem e da divisão dos trabalhadores e do MFA. Uma estranha unidade. A Revolução é a tarefa suprema do povo português. Assim como um motor, não pode ficar parada por longo tempo. As suas componentes vitais seriam afectadas e não funcionariam depois. Mas também tal como um carro, cujo motor gripa se a velocidade for excessiva, a Revolução não pode ser acelerada além de um determinado limite, marcado pela correlação de forças, pelas condições objectivas e subjectivas existentes. O resultado, num e noutro caso, é o mesmo: o malogro. É o que pretendem os partidos da burguesia e esquerdismos de todos os matizes que a ela se associam numa frente única anticomunista.

Somos acusados de manipular a Informação. O «Jornal do caso República» levou as suas provocações tão longe que lançou em França uma edição especial para divulgar um artigo em que retomou, uma a uma, as calúnias de um panfleto anónimo distribuído em Lisboa pela reacção antes do 11 de Março. Apresentou-o como texto inédito, inspirado num documento imaginário para atacar o nosso Partido, para injuriar a União Soviética e os países socialistas, para fazer anticomunismo na linguagem que o «Diário da Manhã» e a «Época» usavam nos tempos de Salazar e Caetano. É esse o conceito de «liberdade de Imprensa» de um órgão que afirma ser democrático e independente. Um jornal que se diz perseguido e defensor do socialismo, mas que, tombando de degrau em degrau, desce já à baixeza de elogiar «El Mercurio», o órgão que comandou a campanha fascista contra a Unidade Popular chilena.

Os comunistas são acusados pelos tenores da esquerda verbalista de irem a reboque do MFA, de não apoiarem as suas loucas palavras de ordem. Os partidos burgueses, na outra ponta do leque, gritam o contrário. Lamentam que o MFA esteja com frequência excessiva de acordo com posições comunistas. É uma forma de pressão tão ridícula e cheia de má-fé como a crítica que nos fazem os grupelhos pseudo-revolucionários. Em qualquer Revolução há sempre acções correctas e outras que o não são; uma linha revolucionária e outras que não podem contribuir para o avanço do processo. Os comunistas não sofrem de complexos por apoiar todas as iniciativas do MFA que o possam levar a novas vitórias do povo português na sua marcha firme para o socialismo. Mas as forças coligadas da reacção e da social-democracia, com todos os seus apêndices, não perderam ainda a esperança de dividir o MFA com essas intrigas. Esperam impressionar os soldados de Abril com a acusação de que muitas vezes há coincidências entre as suas ideias e soluções e teses defendidas pelo nosso Partido. Não é o carácter revolucionário deste ou daquele projecto, desta ou daquela atitude que merece a particular atenção da falange de intrigantes. É a concordância entre comunistas e soldados revolucionários.

Não se apercebe essa gente de que o seu oportunismo não pode produzir resultados. Jamais um partido ou uma força revolucionários dignos do nome mudaram ou camuflaram as suas ideias pelo temor de que outros as aprovem e apoiem. Se uma iniciativa é revolucionária e correcta, se está certa, importa levá-la adiante. O errado, o contra-revolucionário seria negar aquilo em que se acredita e sustentar o contrário. Se o PCP fosse um partido oportunista, então sim, procederia como o fazem os seus críticos e detractores. Dissimularia na esperança de influir. Quando o nosso Partido tem de se definir face a qualquer dos grandes problemas nacionais não espera que outros o façam para depois concordar. Toma posição. Uma revolução não é um jogo floral para colheita de coroas de louros. E o MFA, patrioticamente, revolucionariamente, tem agido da mesma forma.

O caminho da chantagem

Os comunistas seguem uma linha recta. A linha que aponta para o socialismo. Não fazem a apologia de reivindicações irrealistas, não aderem a greves em empresas nacionalizadas, não participam em manifestações divisionistas com colorido e orquestração falsamente revolucionários. Essa atitude pode ter custado ao PCP muitos milhares de votos em Abril. Mas dela não se desviará o nosso Partido, vanguarda revolucionária da classe operária, vanguarda de uma Revolução a caminho do socialismo.

O PCP não só não adopta essas formas de comportamento político como as condena e denuncia o seu carácter objectivamente contra-revolucionário. No momento em que o País está empenhado numa batalha decisiva pela criação de estruturas de transição para o socialismo, pela reconstrução de uma economia arruinada pelo fascismo e pelo colonialismo, na hora em que a estabilidade financeira da nação está ameaçada por um défice de 30 milhões de contos na balança de pagamentos, nestes dias em que para tapar o buraco de 56 milhões de contos na balança comercial temos de trabalhar mais e melhor, de apertar o cinto, se necessário, e converter a palavra de ordem **austeridade** em factos concretos, em que precisamos, numa palavra, de vencer a batalha da produção, o nosso Partido só pode definir como chantagem a ameaça do secretário-geral do PS de paralisar o País se não forem atendidas as suas últimas e múltiplas exigências.

O PS não dispõe de apoio popular, de prestígio entre as massas, de força para cumprir tal ameaça. Mas o simples facto de a ter formulado é muito grave. Para o PS «não há no momento nenhuma batalha mais importante do que a batalha da Imprensa livre». O PS adverte o MFA de que «um certo descontentamento em relação à revolução» resulta em grande parte daquilo a que chama «a manipulação dos meios de comunicação e pelas constantes «lavagens ao cérebro» que nos fazem». E, em tom imperativo, o seu secretário-geral esclarece que a Revolução ficaria em perigo se não se «criarem novos jornais independentes diferentes dos pagos pelo povo».

Se os seus desejos não forem atendidos, então está disposto a organizar manifestações populares em todo País, a paralisar o País!

De que manifestações fala, de que lavagens ao cérebro, de que jornais independentes, de que manipulações, de que paralisação?

O PS tem o direito de não gostar dos jornais pagos pelo povo. De preferir a «independência» do «República» e de sonhar com irmãos gémeos do «República». Ninguém lho nega. Mas não pode impingir ao povo como democrática essa escolha. O conceito de «liberdade de Imprensa» do dr. Mário Soares não é revolucionário. É contra-revolucionário. Numa época em que o jornal-sociedade por acções, o jornal empresa comercial (ou porta-voz de monopólios) desaparece em todas as nações a caminho do socialismo é, pelo visto, essa relíquia do passado o modelo do jornal «independente» para o PS. Semanas atrás, o dr. Mário Soares elogiou a Imprensa do Norte pela sua objectividade. Estranha objectividade a de um dos jornais «independentes» de fórmula capitalista, do Porto. Dedicou à fuga dos pides, de Alcoentre, a escassa dúzia de linhas que consagra habitualmente a um acidente de trânsito ou à prisão de um larápio.

Chega-se assim, diante dos factos, à conclusão de que em Portugal, no entender do PS, só haverá uma Imprensa «independente» quando aparecerem muitos jornais como o «Expresso» e o «República». A respeitosa admiração da equipa do dr. Raul Rego por «El Mercúrio» não choca o PS. Talvez pretenda em Portugal, também, um diário comparável ao «independente» e «autorizado» órgão dos monopólios de Agustin Edwards, senhor de um império de 8 milhões de contos...

Não é apenas o conceito do PS do que seja uma Imprensa livre e democrática que merece o qualificativo de reaccionário, de contra-revolucionário. São também reaccionários e contra-revolucionários os meios a que recorre para tentar impô-lo através da chantagem.

A ameaça de paralisar o País representa um valioso serviço prestado à reacção. Não poderá cumpri-la. Portugal não é o Chile, mas o PS imita cada vez mais perigosamente a linguagem e os métodos da reacção chilena. O anticomunismo transforma-se, dia a dia, na linguagem dos seus dirigentes, numa arma contra-revolucionária, num pretexto para tentar dividir os trabalhadores e o MFA, numa receita para captar o apoio dos partidos e forças da direita, num estímulo a manobras provocatórias da ultra-esquerda, num instrumento de atemorização dos sectores vacilantes da pequena burguesia.

A escalada contra-revolucionária foi levada tão longe que as tentativas de romper a disciplina revolucionária nas Forças Armadas, a fim de neutralizar e destruir uma das componentes do processo, são apresentadas por certos grupos como indispensáveis ao avanço da Revolução. Em contrapartida, os mesmos grupos definem como nova Legião Portuguesa as Comissões de Defesa da Revolução e insultam o nosso Partido por criticar os apelos à anarquia e apelar para a vigilância popular revolucionária.

Todas essas campanhas, todas essas calúnias, todas essas manobras não desviarão o nosso Partido do seu rumo. A actual ofensiva anticomunista terá o destino que tiveram todas as anteriores durante o fascismo. A linguagem é já a mesma. A resposta dos trabalhadores será a mesma. O anticomunismo visa principalmente o nosso Partido, como vanguarda revolucionária. Mas visa também todas as forças democráticas, e particularmente o Movimento das Forças Armadas. E é por isso que a derrota da campanha anticomunista não é apenas uma tarefa de comunistas. É uma tarefa de todas as forças democráticas, de todo o povo português. Alinhar na campanha anticomunista é desviar as massas do seu principal inimigo, colaborar no plano reaccionário de privar Portugal da contribuição indispensável da mais sólida e combativa organização política que enfrentou o fascismo. Sem o PCP, a Revolução não poderia avançar, o povo português não poderia construir o socialismo.

Mas a nova reacção perderá mais essa batalha. O apelo da Comissão Política do PCP é um alerta a todos os trabalhadores: «Impõe-se manter viva e actuante a vigilância popular e a firme disposição das massas de defenderem e assegurarem, em estreita aliança com o MFA, as conquistas da Revolução e o prosseguimento do processo revolucionário em direcção ao socialismo.»

A vitória é difícil, mas é nossa!

DECLARAÇÃO AO PAÍS DE COSTA GOMES

Na passada sexta-feira, e respondendo à onda de boatos alarmistas que alastrava pelo País, o Presidente da República, general Costa Gomes, fez a seguinte declaração ao País:

A crise económica do País exige muito trabalho e poucas palavras, o que, infelizmente, não é um hábito generalizado.

Se hoje venho falar a todos os Portugueses é porque — como sempre que falo — entendo cumprir um dever ou prestar um serviço ao Povo a que pertenço.

Entendo que, mais uma vez, se torna necessário sublinhar que estamos falando demasiado e trabalhando excessivamente pouco.

Vem isto a propósito de uma verdadeira ofensiva de boatos que, sobretudo nos últimos dias, está a conduzir o País a um ambiente doentio de agitação e ansiedade, clima muito propício a situações contra-revolucionárias, adverso da tranquilidade, da ordem e do trabalho.

Nesses boatos, cujas origens desconheço, o denominador comum é, essencialmente, a projecção da ideia de que há antagonismos graves no seio das Forças Armadas. Afirmam-se divergências insanáveis no interior do MFA, incluindo entre elementos do Conselho da Revolução.

As fontes dos boatos sempre afirmam o que desejariam na esperança de provocar o acontecimento. O boato — hoje como ontem — é sempre a arma traiçoeira com a qual o tímido ataca o forte e o generoso.

Como chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas cumpre-me informar, hoje e agora, sobre a situação das Forças Armadas, o braço forte de um Povo em marcha para o socialismo.

Não nego a existência de correntes de opinião entre militares, como homens livres de um Povo que se realiza. Não negaria que, felizmente, no Conselho da Revolução, temos o hábito de discutir livremente com a serena certeza de que no curso dos trabalhos sempre encontraremos uma solução útil.

No entanto, só forças contra-revolucionárias se podem interessar, a partir do salutar pluralismo de opiniões, em extrapolar doentiamente para situações de confronto.

Hoje, como chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, vos afirmo que estamos coesos na acção, decididos a defender a ordem e a tranquilidade do Povo Português, determinados a vencer com disciplina e trabalho.

Não hesitarei em repetir que neste momento da nossa revolução socialista o que é essencial é trabalhar mais e produzir melhor.

Necessitamos de serenidade, de uma atmosfera de calma física e psíquica que nos conduza a patamares novos de tolerância e disciplina nos trabalhos e sacrifícios a enfrentar.

Antes de terminar pediria a todos os Portugueses que se tornassem verdadeiros revolucionários.

Hoje, um verdadeiro revolucionário é aquele que:

Trabalha mais e produz melhor do que ontem; é limitado e construtivo nas suas reivindicações e exigências; não contribui para a propalação de boatos, afinando o seu espírito crítico por padrões sérenos e saudáveis; tem comportamento e atitudes que contribuem para um clima de sensatez, tolerância e disciplina social.

Termino com a esperança de que estamos pagando o preço de ser livres, e apenas isso.

Boa noite. — O trabalho espera por nós.

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português continuou a examinar, atentamente, a evolução da situação política.

Os acontecimentos confirmam anteriores motivos de apreensão.

Posições e declarações de certas formações políticas e dos seus dirigentes, no sentido de uma rápida modificação do sistema de poder, anunciam o propósito de provocar perigosas rupturas contra o processo revolucionário.

A insistência do CDS na formação de uma nova coligação governamental, com a saída do PCP e do MDP e a participação do CDS, PS e PPD, mostra, claramente, as intenções das forças da direita.

O facto de que nem o PS nem o PPD refutam publicamente esta plataforma contra-revolucionária nem respondem às propostas do PCP no sentido do exame conjunto da situação, a chantagem feita pelo secretário-geral do PS, ameaçando paralisar o País se não forem atendidas certas exigências, o agravamento artificial de conflitos de trabalho, a convergência da acção política da contra-revolução e de grupos pseudo-revolucionários, o frenético anticomunismo, a multiplicação de iniciativas de mobilização demagógica contra o processo revolucionário de camadas intermédias, a tentativa de uma ofensiva geral de grémios patronais, a intensificação dos ataques ao Primeiro-Ministro, a multiplicação da propaganda e agitação clandestinas contra-revolucionárias, criam uma situação tensa e grave que as forças progressistas têm de encarar de frente.

Sem alarmes, não dando guarida à onda de boatos que a reacção põe a correr, a fim de desorientar e desmobilizar as massas populares, impõe-se desmascarar manobras divisionistas, manter e reforçar a unidade e a acção dos trabalhadores e de todas as forças verdadeiramente empenhadas na Revolução.

Impõe-se manter viva e actuante a vigilância popular e a firme disposição das massas de defenderem e assegurarem, em estreita aliança com o MFA, as conquistas da Revolução e o prosseguimento do processo revolucionário, em direcção ao socialismo.

8 de Julho de 1975

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

SAUDAÇÃO A SAMORA MACHEL

A propósito da nomeação do camarada Samora Machel para presidente da República Popular de Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português endereçou-lhe a seguinte mensagem de saudação:

Querido camarada

Neste momento histórico em que o povo moçambicano proclamou a independência o Comité Central do Partido Comunista Português saúda-o calorosamente pela sua designação para presidente da República Popular de Moçambique.

Estamos certos de que sob a direcção da Frelimo e do camarada Samora Machel o povo moçambicano independente totalmente liberto do colonialismo alcançará grandes vitórias na construção de uma sociedade livre e progressista caminhando para a liquidação do homem pelo homem.

Pela sua parte o PCP tudo fará para que as novas relações entre a República Popular de Moçambique e o novo Portugal Democrático se desenvolvam dentro dos princípios da igualdade, do respeito mútuo, da soberania, da independência e da não ingerência nas questões internas. Tal como no passado na luta contra o colonialismo e contra a guerra colonial, o povo moçambicano e a sua vanguarda revolucionária, a Frelimo, poderão nas novas condições contar hoje e sempre com a amizade fraternal e a activa solidariedade do Partido Comunista Português.

Viva a amizade entre o PCP e a Frelimo!

Viva a cooperação entre a República Popular de Moçambique e o novo Portugal Democrático.

Que viva eternamente a amizade fraternal entre o povo português e o povo moçambicano!

Lisboa, 26 de Junho de 1975.

O Comité Central do Partido Comunista Português.

Estatutos do Sindicato bancário

UMA TENDÊNCIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA QUE É UM CRIME CONTRA OS TRABALHADORES

Na mesma linha dos incidentes sabotadores do trabalho unitário nos sindicatos e do fortalecimento da unidade dos trabalhadores, as forças capitalistas e reaccionárias com rótulos de esquerda ou ultra-esquerdizante escolheram agora os bancários (depois dos químicos, da hotelaria, dos metalúrgicos) para semearem a divisão e evitarem que a lei sindical se cumpra na prática daquilo que ela tem de revolucionário, nomeadamente a defesa legal da unidade dos trabalhadores dentro dos seus sindicatos independentes e de gerência democrática.

Como a Imprensa diária noticiou, numa assembleia geral que decorreu num ambiente de constantes provocações e injúrias pessoais, os bancários de Lisboa aprovaram uns estatutos propostos por um pequeno grupo e subscritos por cerca de 700 sócios (o Sindicato conta 22 mil no distrito de Lisboa), a que puseram o título abusivo e mistificador «Por um Sindicato Democrático». Reconhecendo aquilo que o PS e aquele grupo designa por «direito de tendência», fica o Sindicato dos Bancários de Lisboa sujeito na prática, segundo aqueles estatutos, ao «pluralismo sindical» tão ardorosamente defendido pela direcção do PS e tão estrondosamente batido pelo apoio maciço dos trabalhadores à unicidade — expressão legal da unidade nos sindicatos.

O que é o «direito de tendência»? É o direito de cisão, o direito de criar facções e fracções dentro dos sindicatos, podendo qualquer grupo, por insignificante que seja, recusar o cumprimento das decisões tomadas democraticamente por maioria e, como tal, dividir, sabotar, imobilizar, arvorar a confusão em princípio, com objectivos partidários e sempre que isso lhe convenha. Qual é a «democracia» que diz que isso convém aos trabalhadores? Onde se viu a democracia recusar aos trabalhadores o direito (esse sim um direito) de fazerem cumprir as decisões tomadas em plena liberdade e por maioria? Não saberão os trabalhadores defender posições justas dentro dos seus sindicatos? Precisarão da «tendência» para se defenderem? Defenderem de quê? Não certamente das intromissões da «tendência» social-democrata, da «tendência» capitalista de «rosto humano», da «tendência» contra-revolucionária. Contra essas «tendências» defende-os a sua unidade, a sua independência, a sua confiança em direcções honestas e por eles livremente eleitas.

A «tendência» destina-se a sabotar a força dos sindicatos, permitindo que qualquer grupo de sócios, por discordar de determinada posição ou objectivo com apoio maioritário leve a «tendência» até às suas consequências naturais: abandonar a discussão dentro do Sindicato para formar outro com trabalhadores do mesmo ramo e com sede dois quarteirões adiante. É isto que serve os trabalhadores? É isto que aponta o caminho certo para o socialismo?

Maquinação contra-revolucionária

Afinal, a «tendência» é só uma com o seu apregoado direito de a usar: é a tendência de abrir as portas dos sindicatos a todos os oportunismos, a toda a ganga reaccionária, a todo o individualismo para o qual a luta de classes nada tem a ver com a destruição completa de monopólios e latifúndios, mas com a defesa do pequeno privilégio, tantas vezes conseguido à custa do mais próximo vizinho e que, por feliz acaso, nunca é o explorador, antes, muitas vezes, é o mais próximo camarada de trabalho. É criminoso tirar aos trabalhadores as armas para se defenderem dos ataques dessa gente sem consciência nem escrúpulos, sempre pronta a quebrar a unidade e a fabricar «direitos», nas costas dos seus colegas de trabalho sem respeito até por quem neles acredita.

«Maquinação» por trás da qual se encontra «o PS, o PPD, alguns esquerdistas e numerosos directores saneados ou a sanear pelos trabalhadores, pelo seu passado de prepotência sindical», assim classifica a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa o projecto de estatutos com a «tendência», que veio a ser alvo de votação maioritária na assembleia do último dia 30, no Estádio da Luz. Maquinação, sem dúvida, como maquinação tinha havido pouco antes nos Seguros com a farsa autogestionária, também sob a batuta do PS, PPD e CDS.

O projecto de Estatutos, que não continha a «tendência» antes reforçava a unidade a todos os níveis, era o verdadeiro projecto da classe. Tinha sido discutido em 14 reuniões e fora alterado em cerca de 40 por cento das suas cláusulas. O outro, o do «direito de tendência» (aprovado precisamente numa altura em que toda a mobilização é pouca para a reestruturação da banca), foi feito nas costas dos trabalhadores pela «santa aliança» reaccionária que já se manifestara e fora batida na questão da unicidade. O seu programa é a divisão dos trabalhadores e para isso limitaram-se a votar segundo as orientações do PS, PPD e aliados esquerdistas num projecto que nem chegou a ser discutido pela massa associativa e muito menos defendido com um mínimo de convicção e esclarecimento na própria assembleia, onde os seus defensores se deslocaram apenas para votar e vaiar o outro projecto, o verdadeiro projecto dos trabalhadores bancários.

A tendência da CISL e do imperialismo

O Governo Provisório não poderá aprovar uns estatutos que não respeitam a unidade dos trabalhadores, que foram aprovados numa assembleia tumultuosa e que vão decididamente contra a Lei das Associações Sindicais. Mas, entretanto, a direcção dos Bancários de Lisboa, correspondendo ao objectivo expresso em vários comunicados e moções de diversas estruturas de delegados sindicais, promoverá uma «ampla campanha pedagógica de esclarecimento da classe e da opinião pública em geral», que poderá resultar, inclusivamente, numa próxima revisão dos estatutos aprovados numa assembleia onde se fez tudo menos discuti-los democraticamente.

No dia 4 do corrente, realizou-se nova Assembleia Geral. Estavam lá os mesmos provocadores e divisionistas, sob as mesmas batutas partidárias «O que se está a passar na nossa organização sindical — disse um trabalhador bancário — não é um facto isolado. Alerta, pois, camaradas, para esta manobra que mais não visa do que dividir o movimento sindical no nosso país. Este princípio do «direito de tendência» baseia-se nos princípios da CISL de que o imperialismo se serve para dividir os trabalhadores.» Estas palavras não as ouvem esses provocadores e divisionistas, que aceitam perfeitamente a ingerência da CISL, a ingerência do imperialismo no movimento sindical português. Aceitam-na? Não. Não se limitam a aceitá-la. Reivindicam-na, pois a clique é a mesma, os objectivos iguais.

Denunciar esta manobra contra-revolucionária do «direito de tendência» (e combatê-la) é um dever de todos os trabalhadores conscientes e vigilantes contra quem à viva força os quer dividir e lançar uns contra os outros em nome de uma «democracia» inventada para destruir o movimento sindical e a sua unidade.

O PCP NA VANGUARDA DA REFORMA DO ENSINO

Realizou-se no domingo, em Lisboa, um encontro nacional de cerca de 150 quadros do PCP, UEC e UJC, ligados ao Ensino e à Educação.

Dois tipos de razões justificaram a realização deste encontro «Ensino e Educação» e a continuação da reflexão colectiva e da apresentação de propostas, necessárias a uma actuação revolucionária no campo do Ensino, segundo se esclarece num comunicado da Comissão para o Ensino e a Educação do PCP. Por um lado, torna-se urgente reflectir seriamente sobre as perspectivas da Reforma Geral e Democrática do Ensino, para o colocar decididamente ao serviço das classes trabalhadoras. Por outro lado a situação alarmante existente em muitas Escolas e a indefinição política do curso da Revolução no campo do Ensino exigem de todos os portugueses progressistas um estudo sério, propostas claras e uma actuação militante e consequente. Com efeito, o Ensino não tem acompanhado o avanço do processo revolucionário e esse seu atraso, reflectindo-se em algumas escolas, pode ajudar a torná-las pequenas ilhas de contra-revolução, situação que se agrava com a paralisia do Aparelho de Estado ligado a este sector e perante a ausência de uma autoridade democrática nas escolas, factor que levanta grandes obstáculos à mobilização das forças válidas no sentido da transformação da escola.

Neste Encontro, procurou-se analisar o mais rigorosamente possível esta situação grave, assim como os fenómenos positivos que em certos casos se esboçam e traçar as perspectivas do futuro. Foram assim tratadas questões relativas ao Ensino Infantil e Básico, ao Ensino Secundário e Superior e, finalmente, à alfabetização, à educação permanente e ao ensino para trabalhadores, tendo sido apresentadas propostas concretas para ligação da Escola ao meio social. Desde a reorganização do aparelho escolar às formas de acesso e gestão, iniciou-se uma análise que terá de ser continuada e servirá de base a propostas de actuação conjunta, por parte dos comunistas às formações progressistas e empenhadas no avanço da Revolução em todas as frentes.

Uma das questões mais realçadas foi a necessidade imperiosa de formar milhares e milhares de quadros operários, camponeses, trabalhadores em geral, que aliem à sua experiência de trabalho e à sua firme consciência de classe os conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitam desempenhar mais e melhor o papel dirigente que já começam a desempenhar na vida económica, social e política da nossa Pátria.

Igualmente se referiu a necessidade de tratar o Ensino como uma verdadeira questão nacional e popular que é, promovendo uma campanha pública de sensibilização e discussão dos problemas com ele relacionados.

No fim do Encontro, os participantes aprovaram por aclamação uma moção saudando a independência de Cabo Verde, o PAIGC, gloriosa vanguarda revolucionária dos heróicos povos de Cabo Verde e Guiné, homenageando a memória viva do grande revolucionário africano Amílcar Cabral e sublinhando a indestrutível fraternidade do povo português e dos povos agora independentes, na luta contra o colonial-fascismo e o imperialismo.

Homenagem ao PAIGC e a Amílcar Cabral

O texto da moção referida é o seguinte:

Os participantes no encontro «Ensino e Educação», organizado pelo PCP em 6/7/75, saúdam o Povo de Cabo Verde pela data gloriosa de 5 de Julho de 1975 e marco histórico da vida conjunta de Cabo Verde e Portugal e manifestam ao PAIGC, vanguarda dos Povos de Cabo Verde e da Guiné, a sua total fraternidade, cimentada em anos de luta comum contra o fascismo e o colonialismo.

Lembramos neste momento a figura saudosa de Amílcar Cabral, vosso e nosso combatente, e afirmamos que os princípios por que ele lutou e perdeu a vida são para nós, comunistas, princípios orientadores da nossa actividade revolucionária: luta contra o colonialismo e imperialismo, amizade e cooperação fraterna entre os Povos de Cabo Verde, Guiné e Portugal.

Desejamos ao Povo de Cabo Verde grandes vitórias na luta difícil a travar contra o subdesenvolvimento e garantimos que o novo Portugal democrático a caminho do socialismo é um firme aliado do novo Cabo Verde livre e independente.

Viva Cabo Verde livre e independente!

Viva Guiné livre e independente!

Viva o PAIGC!

Viva o PCP!

S. TOMÉ: GRANDE ALEGRIA A DOIS DIAS DA VITÓRIA

A independência de S. Tomé e Príncipe será proclamada depois de amanhã. Será mais uma vitória revolucionária das forças do progresso, da política de descolonização; mais uma derrota do colonialismo, do imperialismo, das forças da reacção.

As festas do nascimento do novo Estado contarão com a presença do Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, e de membros do Conselho da Revolução. O nosso Partido, desde sempre solidário com a luta dos povos colonizados, desde sempre ao seu lado no combate justo pela independência, também estará presente.

Em S. Tomé vive-se já uma atmosfera de euforia. As festas realizar-se-ão de 11 a 13, mas o povo canta e dança já nas ruas, preparando-se com uma intensidade e alegria só compreensíveis por quantos se bateram pela causa da libertação popular.

Índice da participação popular foi o modo como decorreram o acto do recenseamento e as eleições: noventa e sete por cento da população com idade eleitoral, com base no censo de 1970, recensearam-se. Cinquenta e duas candidaturas foram apresentadas para a Assembleia Constituinte, que elaborará a primeira Constituição política do novo Estado.

O povo prova a sua confiança no futuro através de uma movimentação sem precedentes. Centenas de naturais do novo país voltaram à pátria para ver finalmente hasteada a bandeira de S. Tomé e Príncipe, para assistirem, finalmente, à sua vitória. Vitória também do Povo Português, que se afirma assim cada vez mais livre, reconhecendo o direito dos outros povos a decidirem do seu futuro, a edificá-lo com todas as suas forças criadores vivificadas pela certeza de que o seu combate é parte integrante da libertação da Humanidade.

O camarada Dias Lourenço no uso da palavra, tendo junto de si o camarada Pires Jorge

EVOCAÇÃO DE UM HERÓI —ALFREDO DINIS (ALEX)

Trinta anos depois de ter sido barbaramente assassinado pela PIDE, a memória do camarada Alfredo Dinis (Alex) continua viva no coração de todos os trabalhadores.

Assassinado na flor da idade, apenas com 28 anos, no dia 4 de Julho de 1945, pelo famigerado agente da PIDE, José Gonçalves, apoiado pelos agentes Mário Constâncio e António Baptista da Silva, Alex é um exemplo de revolucionário comunista que para sempre vive na memória do povo português, por quem lutou e deu a vida.

A testemunhá-lo, uma lápida descerrada no local onde a morte assassina o colheu, na Volta do Pinheiro (estrada de Bucelas), homenagem de um grupo de amigos em colaboração com a comissão concelhia de Loures e com a comissão de freguesia de Bucelas do PCP.

À singela homenagem estiveram presentes os camaradas Dias Lourenço, Pires Jorge, Francisco Miguel e Georgette Ferreira, do CC do PCP, Amália Dinis, irmã de Alex, e algumas centenas de pessoas, além de dirigentes locais do nosso Partido.

Os presentes recordaram o que foi a vida daquele querido camarada tão cobardemente assassinado. Operário filho de operários, Alex destacou-se desde muito novo na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo desenvolvido intensa actividade na Federação das Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e no Partido Comunista Português.

Preso em 1938, Alex não traiu o seu Partido. Regressando à liberdade 18 meses depois, continuou a sua actividade revolucionária, passando à clandestinidade após as greves da classe operária da região de Lisboa em Outubro/Novembro de 1942, sendo eleito membro efectivo do Comité Central em 1943 e em 1944 membro da Comissão Política do PCP.

No dia 4 de Julho de 1945, ano da derrota do nazi-fascismo hitleriano, o fascismo português assassinou um comunista, com requintes de crueldade, na vã tentativa de impedir a sua própria morte. Inutilmente. O sangue de Alex foi semente de uma flor que havia de nascer em Portugal — a Liberdade.

O exemplo de Alfredo Dinis é uma luz, entre as muitas luzes dos heróis e dos mártires da luta antifascista, que nos guia e guiará no caminho até à vitória final. (Á. Cunhal — Almada, 4 de Julho de 1974).

CAMPANHA DE FUNDOS PEDRO SOARES

O Comité Local de Lisboa do nosso Partido apela para todos os militantes e simpatizantes no sentido de se levar a cabo uma campanha de 5000 contos de receita extraordinária para o Partido, entre Julho e Dezembro deste ano.

Recordando que as receitas normais do Partido, embora em continua expansão, não podem acompanhar o acréscimo de despesas consequentes da actividade do PCP que tem de alargar e intensificar a sua actividade de acordo com as responsabilidades que lhe cabem no processo revolucionário, como seja acorrer a múltiplas actividades a nível nacional, aumento da organização, aumento de auxílio às zonas do País com menor capacidade financeira, auxílio este feito através da Caixa Central do Partido, tarefas que neste momento se colocam ao PCP e às quais o Comité Local de Lisboa quer corresponder sem regatear meios nem esforços. Por isso o apelo agora a todos os trabalhadores e à população de Lisboa no sentido de se concretizar a campanha.

Ao evocar, nesta campanha de fundos, os nomes dos valorosos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, o Comité Local de Lisboa pretende prestar-lhes uma vibrante homenagem que se traduzirá numa forte adesão a esta campanha de quantos desejam continuar a sua luta.

Apelando ainda para a capacidade criadora e para a dedicação à campanha de todos os militantes e simpatizantes em que cada célula apresente mais uma sugestão, leve a cabo mais uma iniciativa e que em cada organização do Partido se realizem mensalmente encontros dos diversos sectores para apuramento dos resultados periódicos em cada um deles, o Comité Local de Lisboa recorda a campanha lançada de 500 contos, em Dezembro de 1974, que atingiu em pouco tempo o dobro desta quantia, garantia da presente. Por isso se convidam todos os simpatizantes e amigos a participar com um dia de trabalho e que se reforcem os resultados da campanha anterior.

ASSINA O "AVANTE!"

Em Évora

DOMINGO: DIA DE TRABALHO NAS HERDADES COLECTIVAS

A Comissão Distrital de Évora do PCP divulgou o seguinte comunicado, verdadeiro apelo a todos os trabalhadores (da cidade ou do campo) verdadeiramente empenhados no processo revolucionário:

Na actual fase do processo revolucionário em curso no nosso país, caracterizado por grandes transformações, com a nacionalização dos sectores fundamentais da economia, com o início da reforma agrária, exige-se necessariamente uma participação cada vez maior do povo português e em especial das classes trabalhadoras no «contrôle» da vida económica do nosso país, em estreita aliança com o MFA. A batalha da produção é, nesta fase da nossa luta, decisiva para a vitória da revolução, decisiva para a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo. Ganhá-la produzindo cada vez mais é fazer avançar a revolução, assumindo as classes trabalhadoras o seu papel dirigente e o «contrôle» do poder económico, pondo-o efectivamente ao serviço do Povo Português.

Vamos todos transformar o dia 13 de Julho numa jornada de luta do povo alentejano, indo trabalhar em terras ocupadas pelos trabalhadores nas herdades colectivas de Bragança — Vendas Novas, Raimundo (Germano Vidigal) — Montemor-o-Novo, Paredes — Viana do Alentejo e Almendres — Évora.

Ajudando os trabalhadores destas herdades, estamos a participar na batalha da produção, estamos a reforçar a unidade dos trabalhadores e estamos a fazer avançar o processo revolucionário rumo ao socialismo.

Viva a batalha da produção!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a aliança do Povo-MFA!

JUVENTRO

JORNADAS UNITÁRIAS DE TRABALHO REVOLUCIONÁRIO

A iniciativa da União da Juventude Comunista de levar a cabo «Jornadas Unitárias de Trabalho Revolucionário» (JUVENTRO) surge ligada às entusiásticas e palpitantes experiências vividas por centenas de jovens operários nas cooperativas alentejanas pioneiras da Reforma Agrária, onde a alegria festiva se fundiu com o trabalho criador, onde a aliança da juventude operária e camponesa se estreita numa unidade indestrutível, sementeira edificante do novo Portugal» — salienta-se num comunicado da Comissão Executiva da CC da UJC, onde se analisa a participação activa da juventude no processo revolucionário em curso e se apela para a mobilização massiva dos jovens portugueses em torno dessas jornadas unitárias de trabalho revolucionário, a realizar de 1 a 15 de Agosto.

«Estas experiências — afirma o referido comunicado — simbolizam a ideia de que o trabalho no avanço do processo revolucionário tem de corresponder à nova situação e visam a perspectiva de liquidar a exploração do homem pelo homem. Ao trabalho vexatório, humilhante e degradante deverá opor-se o trabalho como fonte de alegria, de bem-estar e de felicidade da juventude e das massas trabalhadoras. Cada vez mais, amplas camadas da população são contagiadas e influenciadas pelas mudanças radicais que se estão a processar na produção e às quais devem corresponder uma nova atitude em relação ao trabalho.»

«A União da Juventude Comunista apela a toda a juventude, a todas as organizações políticas da juventude, às colectividades e outras associações para se associarem ao «Juventro». Que em cada fábrica, nos campos, nos barcos, em cada escola, em cada localidade, por toda a parte se constituam brigadas para esta grande iniciativa. Que a juventude canalize as suas férias para este período de trabalho unitário e revolucionário. Que os campos sejam verificados pela chama ardente e revolucionária da juventude.»

Com esta iniciativa revolucionária, importante contributo para o fortalecimento da unidade juvenil em torno da revolução e das batalhas que no momento actual se colocam ao Povo Português, a UJC reafirma-se como organização de vanguarda da juventude.

Estas jornadas de trabalho voluntário são a melhor resposta da juventude às necessidades da actual fase da revolução, pois neste momento ser-se revolucionário significa «trabalhar ombro a ombro com a classe operária e os trabalhadores em geral na reconstrução da nossa economia, não poupando esforços nem sacrifícios até à vitória final.»

Avante, rumo ao Socialismo!

Um exemplo na Lourinhã

COMISSÕES DE MORADORES NA DEFESA DAS POPULAÇÕES

Com o avanço do processo revolucionário as massas populares adquirem cada vez mais a consciência de que terão de ser elas a tomar nas mãos o seu próprio destino, a escolher a melhor forma de se organizarem, a participar, enfim, activamente em todos os sectores da vida nacional.

De norte a sul do País surgem experiências novas, procuram-se soluções para os problemas mais prementes, fortalece-se a ideia que a unidade é indispensável para a concretização das aspirações mais prementes da população.

Com a revolução começou a desabrochar por toda a parte a iniciativa criadora das massas populares. Criam-se comissões de trabalhadores, elegem-se delegados sindicais, formam-se comissões de moradores, etc. Discutem-se em conjunto problemas que a todos afectam, e todos trabalham para os resolver, fazendo sacrifícios, vencendo dificuldades.

Como a Comissão de Moradores do lugar de Sobral — Lourinhã — que, tendo sido eleita no passado dia 22, logo deitou mãos à obra e, no dia 29, dando prova de verdadeiro espírito revolucionário, sacrificou o único dia de descanso dos seus elementos e, juntamente com mais meia centena de populares levou a cabo a limpeza da localidade, removendo e transportando o lixo com os tractores que arranjaram. E que com o mesmo entusiasmo estão a construir uma rede de esgotos, tão necessária para a população.

O que se passa no Sobral é apenas um exemplo da grandiosa tarefa que está a ser levada à cabo em todo o País. Mas um exemplo que merece ser registado pois, mais do que tudo, deve ser um incentivo para os que ainda não compreenderam que a revolução é feita por todos.

Conferência Unitária no Norte

A INDÚSTRIA TÊXTIL AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E DO POVO

Com o objectivo de generalizar a discussão da situação da indústria têxtil já havida em Braga, ao distrito do Porto, e aprofundar as resoluções tomadas na primeira Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis, realizada em Riba d'Ave, teve lugar, no passado dia 6, na Faculdade de Engenharia do Porto, mais uma conferência unitária de trabalhadores têxteis do Norte. De facto, à medida que a discussão das resoluções da conferência de Riba d'Ave se estudaram e ampliaram a muitas empresas, tornava-se possível detectar deficiências. Agora, os trabalhadores puderam completar estas resoluções e completar, portanto, essa política que eles próprios tinham definido.

Podemos dizer que hoje está definida para a indústria têxtil uma política global, coerente e profunda — diz-nos o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, que acompanhou os trabalhadores da Conferência de Riba d'Ave e que agora esteve presente na Faculdade de Engenharia. — **É de salientar que foram os trabalhadores têxteis a única entidade que até aqui definiu no nosso país uma política deste género, uma política global e coerente para todo o sector têxtil.**

Entretanto, **já surgiram resistências na concretização de aspectos definidos em Riba d'Ave e vão continuar a surgir. Depende em grande parte da luta dos trabalhadores o vencerem essas resistências.**

Falo exactamente de resistências a nível do aparelho de Estado — referiu. — **É sabido que o aparelho de Estado, em grande medida, não foi saneado. A burocracia foi criada não para resolver os problemas, mas sim para apoiar ministros, foi criada como clientela política e base de sustentação do fascismo. Continuam enconchados nos ministérios indivíduos que não estão com o processo revolucionário e que, bem pelo contrário, sabotam o processo revolucionário.**

Efectivamente têm já surgido resistências à concretização de aspectos vistos na Conferência de Riba d'Ave, mas agora os trabalhadores têm força bastante para as ultrapassar. Agora, armados de uma política profunda e dos órgãos necessários para lutarem pela concretização dessa política, eles podem quebrar todas as resistências. **Creio que, no contexto actual, este é o melhor método de solução dos problemas.**

Acima de tudo, esta Conferência avançou decisivamente no sentido de definir as formas de controlo da produção e avançou também no que toca a uma política de nacionalizações, apontando nomeadamente as razões para a nacionalização das empresas têxteis. Na actual etapa do processo revolucionário, numa via irreversível para o socialismo, não basta nacionalizar empresas. Paralelamente é necessário que os trabalhadores tenham desde já nas suas empresas um papel fundamental. Esta é, aliás, também, a condição para serem criados milhares de quadros operários capazes de, no futuro, dirigir toda a economia nacional, toda a vida nacional. De facto, ao se resolverem problemas da indústria têxtil, estão também a resolver-se problemas do momento presente e do futuro e que respeitam a todo o País.

A partir das duas e meia, começaram a convergir ao local centenas e centenas de trabalhadores têxteis, cansados depois de uma semana de trabalho, mas ao mesmo tempo alegres, na plena certeza de que a vitória está nas suas mãos.

Uma enorme salva de palmas ouviu-se quando o representante do MFA tomou lugar na mesa, juntamente com delegados dos sindicados têxteis de Braga e Porto, e ainda do camarada Carlos Costa, representante do nosso Partido, de cujo Secretariado faz parte.

Ao todo, cerca de 35 empresas, num total de mais de 17 000 trabalhadores, estavam ali representadas quando se iniciou mais esta conferência, promovida pelo nosso Partido, no seguimento da anterior, convocada pelas células têxteis do distrito de Braga. **Vamos trabalhar, e trabalhar à maneira têxtil** — começaria por dizer Joaquim Cunha —, **porque nós, apesar da maioria nem a 4.ª classe termos, damos um exemplo de trabalho a muitos intelectuais. É que nós** — continuou aquele operário da Empresa Fabril do Norte — **saímos do nosso último plenário depois da aprovação dos estatutos sindicais, a cantar o hino da Intersindical, o que infelizmente não acontece com muitos sindicatos «intelectuais». E isto, camaradas, porque temos a consciência de que só nós poderemos resolver os nossos problemas, aqui e nos locais de trabalho. Sim, porque este hoje é também um local de trabalho.**

Depois do plenário inicial os trabalhadores repartiram-se por cada uma das cinco secções. As salas correspondentes eram então cenário para a apresentação das diversas teses, elaboradas à custa de uma experiência de anos sucessivos, profundamente marcados por uma exploração sistemática e desumana.

Comecei a trabalhar com 12 anos — dizia um velho operário — **e até hoje só vi miséria, e isto, por culpa dos patrões, porque quanto mais têm, mais querem. Portanto, camaradas, não nos podemos continuar a deixar levar por eles. Se nós temos fome é porque eles nos roubam o que nós produzimos, mas isto vai acabar. Somos nós quem vai levantar a indústria têxtil, mas para isso precisamos de estar todos unidos.**

Produção, produtividade e matérias-primas

Na 1.ª secção discutia-se a batalha da produção e a sua aplicação no sector têxtil.

Perante o avanço dos trabalhadores no «contrôle» das empresas, o patronato faz todos os esforços por desmobilizar e dividir os trabalhadores sob as mais diversas e disfarçadas formas, como, por exemplo, propondo-lhes participação dos lucros e outras formas de co-gestão, chegando nomeadamente ao ponto de fomentar a criação de comissões fantoches de trabalhadores, constituídas muitas vezes com grande participação de quadros das empresas, com o fim de confundir os trabalhadores, lançá-los contra as comissões sindicais, etc. Nesse sentido concluiu-se pela necessidade de lutar contra a criação de comissões paralelas que possam conduzir à divisão dos trabalhadores e ao descrédito das comissões sindicais.

Assim, decidiu-se que «contrôle» e fiscalização da produção e gestão pelos trabalhadores deve processar-se ao nível da empresa e ao nível do ramo industrial.

Ao nível da empresa, zelando pela melhoria da qualidade do produto acabado e «contrôle» dos desperdícios; controlando a realização dos contratos de compra de matérais-primas e a venda das mercadorias fabricadas; exigindo informações verbais e escritas regulares sobre a contabilidade da empresa e sobre outros assuntos que digam respeito à vida da mesma. Nesse sentido as comissões sindicais devem usar enérgica e imediatamente do seu direito de livre acesso a toda a contabilidade e documentação de todas as empresas, devendo dar conhecimento aos trabalhadores de toda a situação, em especial da situação económica e financeira. Para este efeito deverá ser publicada legislação revolucionária que considere como sabotadores económicos, com todas as consequências daí decorrentes, todos os patrões ou pessoas por eles mandatadas que se oponham ao exercício deste legítimo direito dos trabalhadores da sua actuação revolucionária; reclamando dos quadros técnicos o seu empenhamento no processo revolucionário em curso. Exercendo uma firme vigilância contra quaisquer tentativas de sabotagem económica ou política da revolução, os trabalhadores esperam dos quadros técnicos uma leal colaboração e uma justa compreensão do seu papel no processo revolucionário; exigindo o congelamento ou fisco dos bens pessoais de administradores, sócios-gerentes, proprietários e respectivas famílias, conforme haja indício ou confirmação de actos de sabotagem económica; impedindo a distribuição de lucros, aplicando-os na consolidação económica e financeira das empresas.

Por outro lado, ao nível do Ramo Industrial, o «contrôle» e fiscalização deve ter em conta a publicação do Plano Nacional de Contas, por forma a permitir um «contrôle» eficiente da gestão das empresas; e a criação de um departamento estatal que centralize a importação de matérias-primas.

Notando-se a necessidade do desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores, concluiu-se que este deve fazer-se por uma acção constante em diversos planos. Salientou-se ainda a necessidade de uma maior e melhor informação, por parte da rádio, televisão e jornais, sobre a luta dos trabalhadores, os seus direitos e o seu papel de vanguarda no processo revolucionário, e a necessidade da dinamização de reuniões entre várias comissões de trabalhadores e de delegados sindicais, no sentido da troca de experiências e reforço da solidariedade operária.

Quanto ao desenvolvimento da formação profissional dos trabalhadores, esta deverá fazer-se, nomeadamente, através de cursos de aperfeiçoamento e especialização, com vista ao aumento da produtividade do trabalho e da qualidade da produção. Tais cursos deverão proporcionar conhecimentos técnicos e contabilísticos adequados que dêem aos trabalhadores a capacidade prática necessária para o «contrôle» das empresas.

O «contrôle» das empresas durante as férias, e o perigo de o patronato fazer sabotagem económica ou mesmo encerrar empresas durante esse período mereceu uma acalorada discussão. A princípio pensou-se em proibir os patrões de passar férias no estrangeiro, enriquecendo deste modo a indústria turística e hoteleira nacional, mas depois concluiu-se que os trabalhadores se devem revesar neste período de férias com vista a uma total vigilância, tendente a impedir qualquer tipo de sabotagem ou manobras acima referidas.

Estas importantes conclusões surgiram depois de um intenso debate sobre a situação que se vive em algumas empresas onde a vigilância dos trabalhadores é cada vez mais necessária, **pois até certos encarregados e empregados de escritório são mais fuinhas que os patrões**, como salientou um interveniente.

Escoamento da produção

Grandes empresas têxteis exportadoras, larga e arbitrariamente favorecidas com financiamentos que representam dinheiro do povo, têm vindo a canalizar a sua produção para o mercado interno, o que tem agravado muito a situação das pequenas e médias empresas. Além disso, a existência de intermediários parasitas provoca sensíveis e desnecessárias diferenças entre os preços praticados à saída da fábrica e os preços pagos pelos consumidores.

Sendo assim, e reconhecendo que os contactos com o mercado externo devem ser realizados através de elementos que mereçam a confiança dos trabalhadores, concluiu-se que as grandes empresas devem ser compelidas através da legislação adequada, a retomar o volume normal das suas vendas para o mercado externo, conforme o exige a sua estrutura, para além da necessidade da sua nacionalização e da criação de um organismo estatal de comercialização, devendo ser ainda criado um organismo estatal que coordene e dinamize o comércio externo.

A criação de um organismo de coordenação entre o sector têxtil e o sector de confecções de modo a garantir a sua maior eficiência, é também uma necessidade que carece de solução urgente.

Quanto ao «contrôle» das vendas, e reconhecendo que algumas empresas dominadas pela mesma entidade patronal adquirem entre si matérias-primas de baixa qualidade ou inadequadas às características técnicas da produção, e que em relação a clientes estrangeiros se concedem indemnizações por deficiências de fabrico, concluiu-se que as comissões de trabalhadores de empresas interligadas devem proceder a um rigoroso «contrôle» dessas operações através de frequentes contactos.

Uma vez que certas entidades patronais aceitam com frequência encomendas superiores às suas possibilidades, e que os patrões noã interessados no «contrôle» das vendas mantêm os escritórios longe das fábricas, ou estão a mudá-las para fora delas, reconheceu-se a necessidade de integração dos escritórios nas fábricas e o fortalecimento da solidariedade entre trabalhadores das diferentes empresas através da dinamização de contactos entre as comissões respectivas de modo a garantir uma adequada e racional distribuição das encomendas.

Foi também realçada a necessidade de uma maior consciencialização dos trabalhadores da secção de revista, no sentido de garantir a qualidade dos artigos para exportação pois só assim se pode concluir com segurança da legitimidade ou não das indemnizações atrás referidas.

Solicitou-se ainda uma urgente intervenção do estado em todas as empresas em que o Banco tenha grande quantias e a tomada de medidas conducentes à redução drástica de artigos importados que tenham graves reflexos negativos na balança comercial, artigos esses que se destinam essencialmente às classes mais favorecidas.

Desvios de fundos financiamentos «contrôle» de despesas e saneamento

Na 3.ª secção, a sala estava completamente cheia; os escandalosos exemplos de desvio de fundos, justificavam a indignação revolucionária que as palavras dos trabalhadores exprimiam.

A subfacturação das vendas dos produtos fabricados e a subfacturação das compras de matérias-primas, são factos diários, bem como a não facturação dos produtos fabricados e ainda a facturação parcial ou mesmo a não facturação dos desperdícios. Há além disso todo um rol de indemnizações exigidas por clientes estrangeiros tendo por base deficiências de fabrico simuladas, e mesmo à velha maneira fascista, despesas de sócios suportadas pelas empresas, para já não falar nas despesas exageradas nas deslocações ao estrangeiro e território nacional.

A acrescentar a tudo isto não podemos esquecer a manipulação descarada dos resultados dos exercícios, para o qual muito contribuem certos quadros superiores que como salientou uma operária têxtil, estão do outro lado da barricada, são piores que os patrões.

Perante isto tudo, os trabalhadores concluíram da necessidade da constituição em cada empresa de uma Comissão de Controlo constituída por elementos de todos os sectores da empresa, sem excepção, e onde os sindicatos desempenhariam um papel importante, cabendo ao Ministério do Trabalho e ao MFA a sua acção dinamizadora nas empresas onde estas comissões tenham dificuldades em formar-se. Ficando a possuir informações de todos os sectores com excepção do administrativo, as administrações terão obrigatoriamente de dar conhecimento às comissões de trabalhadores de todas as decisões que respeitem à política da empresa.

O saneamento é uma condição fundamental para o avanço do processo revolucionário e o controlo por parte dos trabalhadores; assim, para aumentar a coesão dos trabalhadores e tendo presente os interesses colectivos, viu-se a necessidade de sanear os elementos indesejáveis e objectivamente reaccionários.

Considerada a necessidade de constituir um organismo coordenador do sector têxtil a nível regional, formado por elementos das comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos e dos organismos estatais, ficou decidida a criação de uma comissão executiva que orientará todas as questões e problemas, para que depois de devidamente analisados e estudados permitam concluir resoluções e a elaboração de normas para todo o sector.

Situação das empresas ocupadas pelos trabalhadores

A situação nestas empresas é objectivamente difícil, como se pôde ver pela natureza dos problemas apresentados, e pelo próprio número de empresas já abandonadas pelo patronato.

As dificuldades de contactos financeiros que se colocam aos trabalhadores e os obstáculos que se levantam, quer de natureza legal ou não, quando da sua constituição em comissões administrativas, têm forçosamente que ser superadas.

A incriminação dos capitalistas por qualquer destes casos, de carácter nitidamente fraudulento, é uma das mais elementares noções de justiça social. Os trabalhadores devem apenas assumir as responsabilidades da empresa após inventariação exaustiva de todos os seus bens e dívidas, e, de futuro, devem responder apenas pelas dívidas até ao montante dos valores activos reais.

As empresas em autogestão, economicamente desfalcadas, e sem possibilidoades de recuperação dos desvios de dinheiro, encomendas e até abandonos técnicos feitos pelos patrões, devem constituir um organismo composto por elementos do Sindicato, do Estado e dos trabalhadores, para efectuar a orientação e gestão com força de lei, nomeadamente a aplicação dos decretos 660 e 222, logo que se detecte qualquer fraude.

Deve-se ainda proceder ao levantamento e planificação do sector, bem como assegurar o aproveitamento de matérias-primas e escoamento de produtos através da criação de empresas para tal fim.

Ficou também expresso que estas medidas serão extensivas a todas as empresas em dificuldades.

Condições de trabalho

Esta secção mereceu também a atenção de muitos trabalhadores. Falou-se das más condições higiénicas e sanitárias em que se trabalha, na maior parte das fábricas, e na actuação de certos médicos que fazem da medicina um negócio e da doença uma exploração.

Concluiu-se assim a urgência de um serviço especializado com exames médicos obrigatórios, totais e periódicos, de todos os trabalhadores da empresa, de modo a atacar convenientemente as frequentes doenças profissionais. Em colaboração com os sindicatos e comissões de trabalhadores, devem as equipas médicas proceder a uma observação cuidadosa e periódica do local de trabalho, bem como dar sempre um parecer sobre ritmos de trabalho, produtividade, nível tóxico e matérias-primas, pondo-se efectivamente ao lado dos trabalhadores e não do patronato. As equipas médicas devem ainda fazer parte da gestão das empresas.

Para além da revisão de indemnizações a sinistrados, estas devem ser pagas a 100 por cento. Viu-se ainda a necessidade da melhoria de transportes e da criação de creches.

Os contratos colectivos devem ser verticais dado que a disparidade salarial é uma forma de divisão dos trabalhadores, e finalmente notou-se a urgência da criação de formação profissional que possibilitem uma aprendizagem correcta e produtiva da profissão.

A tarde aproximava-se do fim. Após todas aquelas horas de discussão, os trabalhadores convergiram novamente para o local onde se iria realizar o plenário final.

Aprovadas as conclusões por aclamação, os trabalhadores mostraram mais uma vez a sua unidade. Como salientou o representante do MFA, aspirante Rui Nascimento, a **Conferência foi uma prova evidente de como os trabalhadores, quando unidos, são capazes de encontrar uma solução para os seus próprios problemas.**

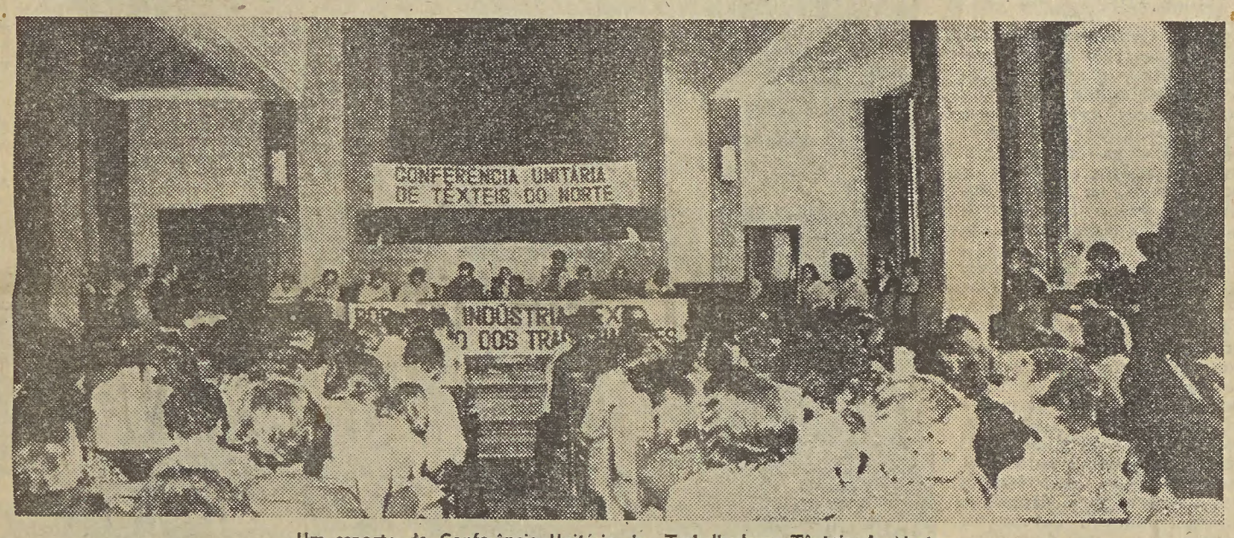
No actual processo revolucionário, **não basta ser-se democrata; é preciso ser-se profundamente revolucionário, e esta participação demonstra como os trabalhadores da indústria têxtil estão interessados em resolver os seus próprios problemas; demonstra claramente a inserção que eles têm no processo revolucionário** — salientou ainda, para depois confessar: — **Eu não pensava que era tão fácil encontrar uma solução para estes problemas. A questão está agora em fazer cumprir as conclusões aprovadas. Para isso é necessário superar muitos entraves, mas os trabalhadores têm a força necessária.**

Depois de aprovado e constituído um organismo executivo para a indústria têxtil, os trabalhadores mostraram mais uma vez a sua firmeza. Em pé e punho cerrado, todos eles cantaram em coro o hino da Intersindical.

O momento é de avançar! — apontou Carlos Costa, a terminar o breve diálogo que acerca da conferência travámos com ele no fim do plenário. **As organizações de massas, o debate dos problemas entre grandes massas de trabalhadores, a constituição de estruturas populares de massas para reivindicarem uma política justa e fazê-la executar, são factores da máxima importância, no momento actual.**

Se tivermos isto em conta, temos a noção de toda a importância destas duas conferências unitárias de trabalhadores têxteis. Se da primeira saíram conclusões que vieram a ser um pouco alteradas em discussões posteriores, desta segunda saiu um organismo muito vasto, constituído por trabalhadores têxteis, ao qual compete mobilizar os trabalhadores para fazer executar a política agora definida.

As crescentes conquistas da classe operária e dos trabalhadores garantem que se avança irreversivelmente para o socialismo; o encontrar das perspectivas e das formas organizativas necessárias para responder aos problemas e às questões que quotidianamente se levantam, é uma demonstração irrefutável da capacidade dos trabalhadores em, conjuntamente, apontarem e levarem à prática as soluções para os seus problemas. Os trabalhos das duas conferências unitárias de trabalhadores têxteis são disto prova evidente.



Um aspecto da Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis do Norte

DIVIDIR ENERGIAS E SACRIFÍCIOS PARA QUE COINCIDAM OS OBJECTIVOS

A batalha da produção, cujas frentes se vão clarificando e avolumando de dia para dia, é também a frente da escolha e manutenção dos mercados, a frente do escoamento dos produtos, a frente do comércio externo, onde se faz sentir cada vez mais, a necessidade de um apertado controlo estatal, através de poderosas empresas nas quais deixe de existir o lucro como único estímulo, onde se apliquem às exportações os princípios revolucionários que os trabalhadores vão começando a praticar em muitas empresas de que foram obrigados a assumir a gestão para defenderem o direito ao trabalho, a garantia de emprego.

Pelas formas mais variadas, todos os dias nos bate à porta a necessidade de alterar o estilo da vida herdado do fascismo e, em muitos aspectos, ainda profundamente implantado até no quotidiano de algumas camadas da população objectivamente interessadas no avanço do processo revolucionário e na conquista do socialismo. Mas o socialismo não se conquista sem sacrifícios que não devem ser pedidos apenas aos trabalhadores que já não podem sacrificar-se mais, que já não podem sacrificar mais do que aquilo que o sistema capitalista e o seu regime terrorista lhes deixavam como mínimo para manter a força de trabalho a um nível lucrativo para os exploradores.

As energias têm de ser planificadas, o que também quer dizer que têm de ser correctamente divididas as tarefas que as solicitam, de modo a surgir um equilíbrio capaz de evitar o luxo de mantermos, a vários níveis, uma mentalidade e formas de comportamento típicas do mundo capitalista. Temos de deixar de produzir e, sobretudo, de importar aquilo que é supérfluo. As energias e o empenho revolucionário têm de ser divididos por todos, por aqueles que, objectivamente interessados na destruição da velha sociedade, utilizem todas as formas de organização popular, com especial relevo para as cooperativas e os sindicatos, a fim de podermos caminhar para o socialismo sem os fantasmas diários do fascismo a perturbarem essa caminhada.

E um dos fantasmas mais perturbadores, vindos dessa época, que tanto queremos enterrar, é a incapacidade e a corrupção que muitas empresas protegidas pelo regime fascista manifestavam, no comércio externo, na exportação dos seus produtos, nas conservas adulteradas, nos vinhos da segunda remessa que já piorara em relação à primeira, nos tecidos de algodão que eram devolvidos logo no primeiro embarque, por terem fibra alheia ao contrato.

Mas, para afastar de vez esse fantasma e outros fantasmas que se encontram na rua (e de dia) não é nenhuma «moralização de costumes» aquilo que preconizamos. Necessitamos é de medidas verdadeiramente revolucionárias, apoiadas pelo movimento popular, que nelas está profundamente interessado, pois é ele o primeiro a desejar que as tarefas e os sacrifícios da construção do socialismo não lhe caiam todos em cima. E daí a moralização surgirá.

CONFERÊNCIA UNITÁRIA DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DO PORTO

No passado sábado teve lugar, no Centro de Trabalho do Porto do nosso Partido, uma reunião de elementos de Comissões de Trabalhadores de 41 empresas metalúrgicas destinada à preparação da Conferência Unitária dos Trabalhadores das Empresas Metalúrgicas do Distrito do Porto. Esta reunião fora convocada pela comissão de iniciativa provisória que até à altura era constituída pelo Comité dos Metalúrgicos do PCP e pelas Comissões de Trabalhadores da Sepsa, Transmotor, Duarte Ferreira e Alumínia.

Depois de um ponto de informações, a Comissão de Iniciativa foi alargada às Comissões de Trabalhadores da Somatec, Metalínia e Guimarães & Filho, número que até ao próximo sábado contará com novas adesões.

Em seguida assentou-se nas várias fases de preparação da Conferência e no horário desta.

A Conferência realizar-se-á no próximo dia 19, na Faculdade de Engenharia, com o seguinte horário: 10 horas, sessão de abertura; 10 e 30, funcionamento das várias secções; 13 e 15, almoço; 15 horas, aprovação das conclusões em plenário final e eleição de uma Comissão Unitária de Trabalhadores das empresas metalúrgicas do distrito do Porto, ligada à Comissão Nacional Unitária dos trabalhadores. Para esta conferência serão convidados membros do Governo, organismos oficiais, sindicatos e a Intersindical e o MFA.

No decurso desta reunião foram aprovadas por unanimidade e aclamação duas moções que transcrevemos:

«Comissões de Trabalhadores reunidas em plenário unitário estão com a batalha da produção mas exigem do Governo Provisório medidas revolucionárias que defendam os interesses dos trabalhadores, tais como: imediato saneamento do aparelho de Estado; castigo imediato dos indivíduos implicados na fuga dos pides; castigo severo para os sabotadores da economia; prosseguimento efectivo de medidas concretas para a reforma agrária; e nacionalização das indústrias-chave da economia nacional.»

«As Comissões de Trabalhadores das empresas metalúrgicas aqui presentes saúdam fraternalmente todo o povo de Cabo Verde na hora da sua independência.»

Entretanto, no próximo sábado, dia 12 de Julho, pelas 15 horas, a Comissão voltará a reunir com todas as Comissões de Trabalhadores interessadas.

Como em muitos outros sectores da economia nacional, os trabalhadores metalúrgicos estão firmemente decididos a colocar as empresas em que trabalham ao serviço do Povo Português. No entanto, isto só é possível numa perspectiva política antimonopolista que conduza à criação de um sector estatal de economia nacional, que ponha fim à situação precária de muitas empresas. De facto, os desvios de mais-valia para fins estranhos à empresa, uma má gestão praticamente em todas, irregularidades e sabotagem económica, fuga e abandono das administrações são as causas fundamentais dessa situação precária.

No entanto, a grande maioria das empresas tem vitalidade económica. Para tanto exige-se para algumas delas, a curto ou a médio prazo, medidas de reconversão total ou parcial, como seja o caso do ramo automóvel.

A prática de diversas Conferências Unitárias já efectuadas por todo o País tem demonstrado a capacidade dos trabalhadores e da classe operária em dar resposta firme e coerente aos muitos problemas que se levantam nos sectores de actividade económica mais afectados. Tendo em conta a fase actual do processo revolucionário e a necessária mobilização popular, nomeadamente a batalha da produção que urge vencer, tal só será possível através da participação activa das classes trabalhadoras, que a partir de agora têm de ser as mais intransigentes defensoras do processo revolucionário em curso, de modo a assegurarem o rumo ao socialismo, de modo a garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores.

CONFERÊNCIA DE TRABALHADORES DAS EMPRESAS NACIONALIZADAS

Promovida pelos respectivos trabalhadores vai decorrer uma Conferência Nacional de Trabalhadores nas empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado. A Comissão de Iniciativa da Conferência, que engloba trabalhadores dos sectores de petróleos, bancos e seguros, transportes, electricidade, siderurgia, turismo e hotelaria, construção civil, metalurgia e metalomecânica, considera que devem ser considerados para debate os seguintes pontos:

1 — Papel das empresas nacionalizadas no processo revolucionário;

2 — Papel das classes trabalhadoras nas nacionalizações.

Como objectivos finais da Conferência a Comissão de Iniciativa propõe a institucionalização de medidas que venham a ser preconizadas pelos trabalhadores e aprovadas no Plenário da Conferência e a constituição de um organismo intersectorial capaz de assegurar um contacto permanente entre os trabalhadores nas empresas, com vista ao estudo de problemas comuns e à adopção de uma estratégia também comum perante a evolução futura da situação político-económica do País.

A Comissão de Iniciativa apela para a mais ampla participação dos trabalhadores na análise das questões específicas de cada sector tendo em vista a sua integração num grande e forte sector estatal, que venha a ser o ponto de partida para uma economia socialista.

CABO-VERDE INDEPENDENTE

(Continuado de 1.ª pág.)

entre os dois povos. Frisaria a seguir que «a luta é uma só e a mesma», desejando para o nosso país «novas e grandes vitórias no progresso democrático».

Somos mais livres

No improviso que proferiu durante a cerimónia da independência de Cabo Verde e que reproduzimos a seguir, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves não deixou de referir a importância da descolonização não só para os povos que a partir de agora gozam da liberdade mas também para o Povo Português que através deste processo reencontra a sua liberdade.

Vibrantemente aplaudido pela multidão que no Estádio da Várzea assistia às cerimónias da independência e que por diversas vezes sublinhou o discurso do Primeiro-Ministro com gritos de «MFA, MFA», o general Vasco Gonçalves reafirmou o desejo do Povo Português em estreitar relações com os povos que foram antigas colónias portuguesas, salientando que «temos de nos orgulhar pela maneira como foi conduzido» o período de transição em Cabo Verde.

Afirmou Vasco Gonçalves:

«Povo de Cabo Verde, em nome do Presidente da República Portuguesa, em meu nome, em nome do Conselho da Revolução, em nome do Governo Provisório e sobretudo em nome do Povo Português, eu grito no fundo da nossa alma de portugueses, viva a independência de Cabo Verde.

«Este dia, para nós, portugueses, é também um dia histórico. Eu não me atreverei a dizer que representa tanto para nós como para vós, mas é um dia extraordinário porque Portugal viu nascer uma nova nação de expressão portuguesa libertada do colonialismo, libertada do fascismo. Nós hoje, portugueses, somos mais livres porque é uma nova nação que se liberta das cangas do passado e nós também nos libertamos. Eu desejo agradecer as palavras extremamente cordiais do camarada Aristides Pereira que me dirigiu. Não mas dirigiu a mim, com certeza, dirigiu-as

Vasco Gonçalves e Aristides Pereira: estreitar as relações e a amizade entre os dois povos

ao Povo Português. A nossa luta, de facto, é uma só. A luta do PAIGC contribuiu poderosamente para que os portugueses se libertassem da ditadura fascista. A vossa luta contribuiu poderosamente, disse eu, a vossa luta foi um instrumento que ajudou os portugueses a esclarecerem-se sobre o seu próprio destino e colocou as Forças Armadas Portuguesas a tomarem nas suas mãos o dever histórico de libertarem o Povo Português da ditadura de Salazar e de Caetano.

«Essa ditadura que vos oprimia, também nos oprimia a nós. Os fascistas de Salazar que tinham criado para Portugal a imagem de que Cabo Verde era uma terra de morte, era para aqui que mandavam para o campo de morte do Tarrafal os antifascistas portugueses, os verdadeiros combatentes da liberdade do nosso povo. Nós, hoje, na nossa delegação temos aqui antifascistas que foram perseguidos porque lutaram pela liberdade de Portugal e pela liberdade dos povos colonizados. Os fascistas, Salazar e Caetano, era para aqui, para o campo de morte do Tarrafal que mandavam os melhores filhos do Povo Português. Esse campo de morte foi sempre profundamente odiado pelos portugueses e se no fim eles o transformaram e lhe deram uma nova aparência isso foi devido à luta do Povo Português porque não havia uma campanha naqueles escassos tempos, daqueles escassos períodos em que era permitida a liberdade em Portugal em que o povo não se levantasse como único contra esse campo de morte do Tarrafal que era uma vergonha para nós, porque nós, os antifascistas, nada temos com isso e por isso estamos, hoje, muito satisfeitos porque o campo do Tarrafal jamais será um campo de morte, nem dos portugueses nem dos cabo-verdianos.»

A nossa luta é comum

«A nossa luta, a nossa luta é comum. É a luta de todos os povos que se pretendem libertar das cadeias do obscurantismo, da opressão, daqueles povos que pretendem expandir toda a criatividade que existe em nós, em cada homem e em cada mulher. Por isso a nossa luta é comum, por isso nós, outro dia, dissemos que o MFA é um Movimento de Libertação, e como é que esse movimento é um movimento de libertação do Povo Português? É porque quer libertar dessas cangas do sistema capitalista que oprime os homens e que não lhes permite que expandam todas as potencialidades que existem no cérebro humano, no trabalho humano. Esse sistema opõe-se à libertação do homem e, nós, hoje, em Portugal, caminhamos, embora com passos lentos, com passos duros, com passos muito difíceis, rodeados de inimigos por todos os lados, nós caminhamos com um único objectivo do nosso sistema, aquilo também que é o último objectivo do PAIGC, é que termine na Terra a exploração do homem pelo homem.

«Nós somos um país pequeno, somos um país muito pequeno, nós somos provavelmente, contudo, o país mais velho da Europa, nós pensamos que embora sejamos humildes, devem reconhecer que temos orgulho de estabelecer relações destas convosco, e com os povos de Moçambique, de Angola e da Guiné e com todos os povos que estiveram debaixo do colonialismo português. Nós viemos aqui como irmãos, nós sentimo-nos iguais, nós não sentimos preconceitos, nós logo afirmámos no nosso Programa que éramos contra o neocolonialismo e isso é um ponto de honra nosso. É assim que nós nos sentimos bem entre homens de todas as raças e todas as cores, entre homens de todos os credos religiosos, nós não somos racistas, somos anti-racistas. O racismo, aliás, como sabeis, como eu também já o disse, estou aqui a repetir-me, o racismo é um álibi que esconde qualquer coisa de mais profundo que é a luta de classes, essa é que é, de facto, a charneira do sistema que nos oprime; a exploração do homem pelo homem. Não é a raça nem é a cor, nós somos todos iguais, temos todas as mesmas possibilidades, isso está demonstrado à saciedade. Há exemplos históricos em qualquer momento da História, hoje mesmo, em que os homens demonstraram sem sombra de dúvida que não há raças superiores, que os homens são todos iguais e os portugueses sempre se sentiram bem misturados com os outros de todas as cores e de todas as raças. Não era isso que nos dividia. O que nos dividia era a opressão colonialista, era o mesmo fascismo que existia em Portugal que se exercia em Cabo Verde, em Angola e em Moçambique, eram os mesmos grupos económicos que exploravam as colónias portuguesas, que exploravam o Povo Português, e é na luta contra esses grupos que o Povo Português está empenhado, e nessa luta nós devemos ser aliados e vós, os cabo-verdianos, os moçambicanos e os povos que se vão libertando do colonialismo são nossos aliados. Nós pensamos que quando as nações ascendem à independência, o povo, digamos o povo, mas em rigor histórico não é o povo, eram as classes colonizadoras, mas admitamos, nós pensamos que o povo colonizador não pode virar as costas ao colonizado e assim nós estamos aqui de mãos dadas para cooperarmos para o futuro baseados em relações que, como disse o camarada Samora Machel, devem ser exemplares, o que quer dizer que devemos ter relações exemplares, que essas relações devem ser baseadas no respeito mútuo, no interesse mútuo, na não ingerência de um país no outro e sobretudo conservando e desenvolvendo os laços que apesar do colonialismo se estabeleceram entre o Povo Português e os povos que eram colonizados pelos colonizadores portugueses, porque isso é uma realidade. Como todos vós sabeis nós não somos um país rico, também não somos um país pobre como apregoava Salazar. Nós vivemos hoje um período de grandes dificuldades económicas, políticas e sociais, vivemos uma transformação profunda e qualquer transformação profunda da sociedade é feita em crise. É um período de crise. A transformação do velho no novo não é fácil, é dura, custa, e é preciso que haja gerações que se empenhem nela. Vós, por exemplo, tendes a geração do PAIGC, tendes os vossos chefes do PAIGC, que tudo sacrificaram nessa transformação do velho no novo. Eles, provavelmente, já não verão aquilo que os vossos filhos verão, mas essa é que é a verdadeira missão histórica dos verdadeiros combatentes, é bater-se e sacrificar-se num dado momento pelo futuro da sua pátria, que eles já não verão, mas verão os seus filhos e os seus netos. Isso é que é consciência política, e essa consciência política tiveram-na vós com os vossos chefes do PAIGC.»

Jovens militantes do PAIGC desfilando

Descolonizar não é abandonar

«Nós não pensemos, portanto, que descolonizar é abandonar, de maneira nenhuma. Nem tomem isso como uma palavra de superioridade. Abandonar... Vocês podem-me responder: «Para que é que você está para aí a dizer isso de abandonar? Nós não precisamos de você para nada.»

«Não quero dizer abandonar com esse sentido. Quero dizer que o Povo Português tem a consciência das suas responsabilidades históricas. Tem a consciência de que, apesar do colonialismo, não é em vão que durante 500 anos passaram por aqui portugueses. Nós deixámos sempre qualquer coisa de nós por onde passámos. Portanto, devem-nos permitir que consideremos que temos, nesse sentido, e é nesse sentido que eu falo, não é no sentido metafísico, mas é no sentido prático, nós temos uma certa vocação para nos darmos com os povos africanos. Para estabelecermos boas relações com os povos africanos, porque nem todos os portugueses que vinham para aqui eram colonialistas e em Portugal poucos colonialistas havia. Havia aqueles que dominavam Angola, Moçambique, Guiné, etc., mas o grosso do Povo Português era colonizado, colonizado como vocês. Portanto, nós pensamos que se podem e devem estabelecer relações e apoio mútuo, e estamos trabalhando nesse sentido, temos elaborado acordos, temos tido comissões que trabalham com a Guiné, que trabalham com Cabo Verde dentro da maior harmonia e compreensão. Nós pensamos e desejamos estreitar essas relações com os povos que foram antigas colónias portuguesas. Nós não temos dons miríficos para fazer aqui um milagre de Cabo Verde ou o milagre de Angola, ou o milagre da Guiné, nós somos um povo pobre mas, na medida das nossas possibilidades, podemos colaborar convosco e vós sabeis que na Guiné estamos colaborando convosco e que aqui estamos colaborando convosco.»

Vasco Gonçalves assinando o documento da transferência de soberania

Um exemplo que damos aos povos do Mundo

«Nós temos de nos orgulhar pela maneira como foi conduzido este período de transição. Da maneira como durante vários meses se foram estabelecendo novas relações entre os portugueses e os cabo-verdianos. Relações, espero, que tenham sido, de facto, cimentadas. Nós assistimos a esta cerimónia da independência tal como assistimos em Moçambique, com a maior alegria do povo e com a maior ordem, sem distúrbios, sem tiros, com respeito de uns pelos outros. Os portugueses — os tais antigos colonizadores — andam entre vós normalmente, abraçam-se, olham uns para os outros francamente. Isto é um exemplo formidável que damos aos outros povos do Mundo. E eu duvido que hajam outros povos do Mundo que tenham conseguido isto. Este é o nosso grande orgulho. Nós somos pobres, nós somos, de facto, pobres, mas somos capazes de dar exemplos destes ao Mundo como demos noutras épocas da nossa História.

«Desejo terminar afirmando que é esse, profundamente, o desejo do Presidente da República, do Conselho da Revolução, do Governo Provisório, da delegação portuguesa que aqui está, do Povo Português, que as relações entre nós e vós se estreitem para o futuro. E essas relações poderão ser muito mais benéficas tanto para vós como para nós, porque as relações anteriores só beneficiaram meia dúzia de tipos aqui em Cabo Verde e outra meia dúzia de tipos em Portugal. Não beneficiava os dois povos.

«Por isso este dia para mim é, de facto, um dia inolvidável, como o é para os portugueses, que aqui assistem a esta cerimónia. Faço votos para que essa amizade fraternal, essas relações exemplares, se estabeleçam bem na prática, porque esta coisa dos discursos pouco vale se não for traduzido em actos práticos. E eu penso que nós temos traduzido em actos práticos a nossa acção depois do 25 de Abril, de maneira que eu tenho o direito de estar a falar aqui assim, porque nós temos procurado levar processos de descolonização que conduzam a cimentar as nossas relações, e melhorar as nossas relações. Se elas hoje são mais difíceis, isso é natural, porque o colonialismo português deixou Portugal arruinado, deixou Angola arruinada, deixou Moçambique arruinado, deixou Cabo Verde arruinado, mas nós vamos construir novos países e daqui a uns anos serão, decerto, muito frutuosas as nossas relações, mas para isso é preciso compreender-mos que temos de arrancar e de arrancar quase do nada e que esta coisa se constrói lentamente e que é precisa muita tenacidade, muita força de vontade, muita temperança, muita vigilância popular, muita vigilância popular em relação a combater os nossos inimigos, porque vocês também têm aqui inimigos, em Cabo Verde, com certeza, como nós temos em Portugal.

«Eu termino, mas antes de terminar quero dizer o que representa para os democratas portugueses, para os antifascistas portugueses que aqui se encontram, aqui desde a ala esquerda até ali à ala direita, o que era Amílcar Cabral para nós.

«Nós julgamos também ter o direito de considerarmos Amílcar Cabral como um português. Amílcar Cabral, também era um português. Teve uma formação também em Portugal. Em Portugal ajudou os portugueses a aprenderem a ler nos Centros Republicanos. Combateu pela liberdade em Portugal e, numa determinada altura, veio continuar esse combate para a sua terra. Amílcar Cabral enriqueceu a vossa cultura, mas enriqueceu também a nossa, enriqueceu também a cultura dos portugueses. Nós devemos também muito a Amílcar Cabral. Os nossos teóricos, os nossos rapazes também lêem as obras de Amílcar Cabral, meditam, e meditam, sobretudo, no seu corajoso exemplo, portanto, isto não é uma figura de retórica. Eu peço que me permitam que considere que Amílcar Cabral é uma figura também da nossa cultura. É da cultura portuguesa, é da cultura cabo-verdiana, é da cultura luso-africana. Eu termino agora, finalmente.

«Viva a unidade dos povos africanos

«Viva a unidade do PAIGC.

«Viva a unidade desejada entre os Povos da Guiné e Cabo Verde.

«Viva a unidade do Povo de Cabo Verde.

«Viva a unidade inquebrantável das relações entre Portugal e Cabo Verde e a Guiné.»

Cabo Verde livre e soberano

O presidente da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, Abílio Duarte, leu a seguir a Declaração de Independência, que proclama «para sempre livre e soberana a República de Cabo Verde», a qual foi a seguir assinada em público pelos representantes de Portugal e de Cabo Verde.

Depois de hasteada a bandeira do novo Estado, após a bandeira portuguesa ter sido arriada, o desfile de forças militares de Cabo Verde e de uma unidade do Exército Português que regressou a Portugal encerraram as cerimónias.

A Assembleia Nacional do novo Estado reuniu durante a tarde, tendo investido Aristides Pereira no cargo de presidente da República e nomeado Pedro Pires como chefe do Governo. Nesse mesmo dia foi assinado entre Portugal e Cabo Verde um Acordo Geral de Cooperação, que engloba a cooperação científica e técnica e define os termos de solidariedade e amizade que passarão a regular as relações entre os dois países.

O Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, em nome do Governo Português, ofereceu ao presidente Aristides Pereira uma carta geográfica do arquipélago de Cabo Verde, datada de 1880, e que é o primeiro levantamento topográfico correcto daquelas ilhas, uma recordação de Portugal para a nova República.

Fidel Castro e Amílcar Cabral: a amizade de dois povos

A LUTA APÓS O 25 DE ABRIL

Depois do 25 de Abril, a explosão popular, em Cabo Verde, não se fez esperar. As massas saíram para a rua dando largas aos seus anseios de independência e vivas ao PAIGC. A situação era ainda bastante confusa e as notícias chegavam muito deturpadas ao arquipélago, mas a população não esperou para começar a sua acção contra os carrascos da PIDE/DGS.

A explosão popular que se verificou impediu durante um certo espaço de tempo que a reacção levantasse a cabeça. Entretanto, era necessário, por parte do PAIGC, adaptar-se à nova situação, canalizando da melhor maneira a explosão popular e virar-se para uma acção política no campo, onde a sua implantação era mais fraca. Os primeiros comícios realizados obtiveram um sucesso enorme. O PAIGC teria de passar da fase de clandestinidade para uma acção aberta de novo tipo. Contudo, toda a actuação era feita numa posição de desconfiança, devido ao facto de, em Portugal, da Junta de Salvação Nacional, fazer parte o ex-general Spínola, que o PAIGC conhecia da Guiné como agente da repressão colonial.

A 19 de Maio de 1974, na Cidade da Praia, perante a manifestação das massas populares reclamando o fim do colonialismo, estas são reprimidas pela força, tendo-se registado alguns feridos. Deste modo, agudizavam-se cada vez mais as contradições entre o povo cabo-verdiano e o poder colonial que ainda persistia.

Apesar da repressão, o apoio ao PAIGC crescia de dia para dia, e a população não se impedia de sair para a rua, a fim de o manifestar. Em 2 de Agosto, em S. Vicente, um estudante de 17 anos é morto num recontro entre manifestantes e a Polícia. Apesar disso, no dia seguinte, a população sai para a rua para homenagear as vítimas do massacre de Pidjiguitti, dirigindo-se ao Comando Militar, onde entrega uma moção exigindo a punição dos responsáveis.

Entretanto, a política de descolonização do Governo Português não se definia claramente e são as próprias autoridades coloniais de Cabo Verde que tentam criar partidos fantoches, com o fim de os oporem ao PAIGC. Ao mesmo tempo, para impedirem uma informação verdadeira, são suspensos o jornal «Alerta» e um programa de rádio intitulado «Grito de Cabo Verde».

Logo a seguir à assinatura, em Argel, de um acordo entre o PAIGC e o Governo Português, em que além do reconhecimento da República da Guiné-Bissau era reconhecido o direito à independência do povo de Cabo Verde, entraram em Cabo Verde cinco militantes do PAIGC para apoiarem o trabalho dos quadros formados na clandestinidade no arquipélago. A recepção a estes militantes por parte da população foi apoteótica. O referendo que alguns reclamavam estava feito. O povo mostrava nas ruas a sua determinação de independência e confiança na sua vanguarda — o PAIGC.

Em 25 de Setembro de 1974, a Direcção Nacional de Cabo Verde do PAIGC exige do Governo Português a imediata independência do território. Baseando-se na incapacidade da administração colonial para resolver a situação económica e política existente e a perda progressiva de prestígio das autoridades locais junto das populações, o PAIGC exige a reabertura imediata das negociações no seguimento dos compromissos constantes no protocolo dos acordos de Argel, assinado a 2 de Agosto de 1974.

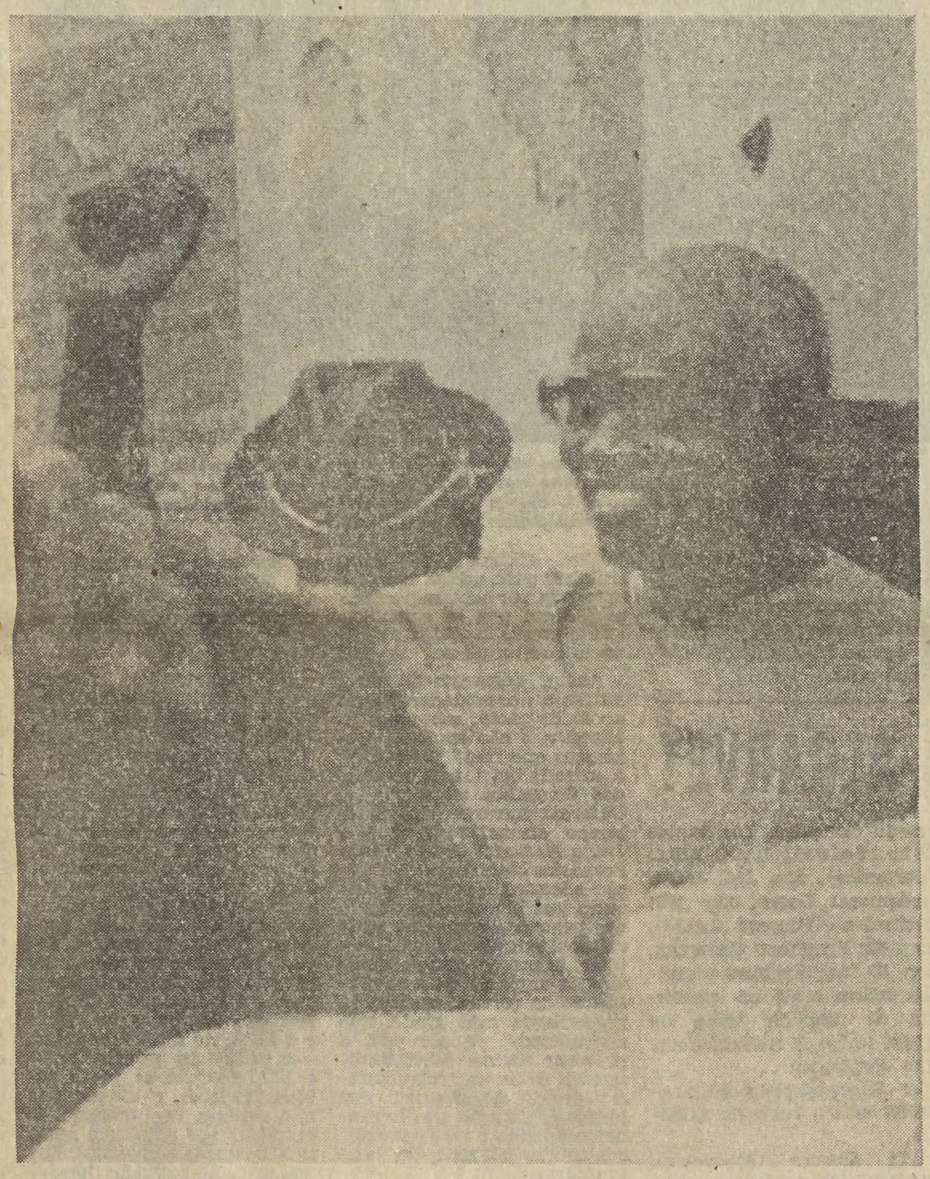
Mas a reacção cabo-verdiana, num acto de desespero e em perfeita ligação com a tentativa reaccionária em Portugal, tentam o seu 28 de Setembro. Os conspiradores planeavam a eliminação física dos principais dirigentes do Partido em Cabo Verde, para, na confusão, tentarem uma tomada de Poder com apoio externo. Entretanto, a mobilização e a vigilância populares permitiram mais uma vez neutralizar a tentativa.

É por esta altura que se retomam, em Lisboa, as negociações entre o PAIGC e o Governo Português, negociações essas que iriam levar à assinatura de um acordo em que ficou estabelecido o calendário da descolonização de Cabo Verde. Neste acordo ficou igualmente assente a formação de um Governo de Transição, em que participariam três elementos do PAIGC e a eleição de uma Assembleia Nacional de Cabo Verde, que a 5 de Julho de 1975 proclamaria a independência do arquipélago.

Antes da tomada de posse do Governo de Transição, o povo de S. Vicente decide ocupar a Rádio Barlavento, até então emissora ao serviço da reacção, inaugurando a Rádio Voz de S. Vicente, estação colocada ao serviço das massas mais exploradas do arquipélago. Foi ainda nessa altura que os trabalhadores, ameaçados pelo desemprego devido à sabotagem económica, ocupam e passam a gerir a propriedade do latifundiário Almeida Henriques.

As movimentações das massas populares em apoio ao PAIGC atingiram um ponto culminante nas recepções feitas nas diversas ilhas ao secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, quando visitou Cabo Verde durante o mês de Fevereiro último. A recepção feita a Aristides Pereira demonstrou que o povo de Cabo Verde, numa tomada de posição consciente, demonstrou a sua opção pela luta de todo um povo pela sua libertação nacional e pela conquista pela camada mais explorada do povo de um poder político que verdadeiramente e de facto defenda os seus interesses.

Os últimos meses no arquipélago foram marcados pelo processo da eleição da Assembleia Nacional de Cabo Verde, com a missão histórica de proclamar a independência e por diligências no sentido de conseguir os apoios necessários para o arranque económico do país.



Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, foi entusiasticamente recebido pelo povo cabo-verdiano quando pela primeira vez visitou oficialmente aquele arquipélago

Aristides Pereira

A GRANDE IMPORTÂNCIA DA BATALHA ECONÓMICA

As palavras a seguir transcritas foram extraídas da entrevista concedida pelo camarada Aristides Pereira, pouco antes da independência, a uma revista africana. Afirma o secretário-geral do PAIGC figura de revolucionário que hoje catalisa e simboliza a luta e as aspirações dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Até ao 25 de Abril, a luta política clandestina travava-se quase unicamente nos centros urbanos. E com um número reduzido de quadros. Depois do 25 de Abril, muitos quadros cabo-verdianos que se encontravam na Guiné regressaram e desenvolveram um trabalho considerável de massas durante este ano e a actividade política estendeu-se aos campos. Passou-se o contrário do que se verificou na Guiné. Na cidade a adesão foi total e quase imediata. No campo surgiram mais dificuldades; por exemplo, certos factores não existiam na Guiné, a grande e pequena propriedade, a influência de um certo clero ao serviço do colonialismo. Mas com as modificações ocorridas em Portugal, tudo se transformou. O recenseamento eleitoral, acabado de realizar, revela a adesão massiva da população. Este resultado deve-se à atenção muito particular que dedicámos aos problemas de organização e à liquidação progressista das estruturas coloniais (...).

O governo de transição tentou combater a centralização do poder existente até então. Existiam, por exemplo, em cada região, várias circunscrições com administradores coloniais. Todos eles foram afastados. E, para quebrar o sistema dominante, foram colocadas no seu lugar comissões administrativas de cinco pessoas durante um período transitório. Pusemo-nos de acordo com o governo de transição sobre a necessidade de efectuar um grande esforço de descentralização. O que é muito importante num território sem continuidade como o de Cabo Verde.

(...) O essencial da luta política, aqui, em Cabo Verde, consiste na luta económica. Porque o arquipélago encontra-se numa situação verdadeiramente catastrófica. É inacreditável ver a que estado de empobrecimento pode conduzir um sistema que durou demasiado tempo. Chegámos a um momento em o país está à beira do abismo. Os cofres estão vazios, a produção é quase nula. É preciso salientar que o actual Governo português demonstra uma grande compreensão. Não se esquiva às suas responsabilidades e isso encoraja-nos muito.

Por outro lado, desde que encetámos a luta política aberta depois da modificação da situação em Portugal, fizemos uma ampla campanha a nível internacional para que os organismos internacionais nos garantissem assistência alimentar e sanitária às populações, esgotadas por quase 8 anos de seca. E também para que certos organismos das Nações Unidas iniciassem estudos que permitam a exploração dos recursos potenciais do país. É preciso avaliar algumas riquezas naturais. No fundo, esperamos encontrar um auxílio internacional que nos ajude a avançar, não só do ponto de vista administrativo mas também económico.

Amílcar Cabral, militante número um e obreiro do PAIGC

Amílcar Cabral

A RECONSTRUÇÃO NACIONAL E O PROGRESSO DO POVO

Em 1 de Janeiro de 1973 Amílcar Cabral pronunciou a sua tradicional Mensagem de Ano Novo. Poucos dias depois, armas a soldo do imperialismo e do colonialismo abateriam cobardemente o militante número um e o grande obreiro do PAIGC e da heróica luta dos povos da Guiné e Cabo Verde. Foi o seu último discurso, por muitos considerado como que o seu testamento político. Eis alguns extractos desse importante documento:

«No decurso deste ano, e tão depressa quanto possível e conveniente, vamos reunir a Assembleia Nacional Popular da Guiné para que ela realize a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e a promulgação de uma Lei Fundamental — a primeira Constituição da nossa história —, a qual será a base da existência activa da nossa nação africana. Isto é, representantes legítimos do nosso povo, escolhidos pelas populações e eleitos livremente pelos cidadãos conscientes e patriotas do nosso país, vão proceder ao acto mais importante da sua vida e da vida do nosso povo: o de afirmar perante o Mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a caminhar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses, e que, a partir desta afirmação, o Executivo do nosso Estado será, sob a direcção do PAIGC, o único, verdadeiro e legítimo representante do nosso povo para todos os problemas nacionais e internacionais que lhe digam respeito. (...)

«Naturalmente, em 1973, deveremos continuar a intensificar o nosso trabalho político no seio das massas populares, tanto nas regiões libertadas como nas zonas ocupadas da Guiné e de Cabo Verde. Sem minimizar o valor do trabalho já realizado nesse domínio e que fez fracassar a política dita da «Guiné melhor», tão mentirosa como apregoada, devemos reconhecer que há alguns sectores onde a acção política é ainda deficiente. Ao longo deste ano devemos empregar todos os esforços necessários para melhorar a nossa acção nesses sectores porque, como sabemos, qualquer que seja a importância da nossa acção armada, a nossa luta é uma luta marcadamente política que visa um objectivo político concreto: a independência e o progresso do nosso país. (...)

«Nas ilhas de Cabo Verde, os acontecimentos de Setembro de 1972, que constituíram o primeiro recontro entre as populações do arquipélago e as forças de repressão colonial, foram mais uma vez a prova da tensão que a situação política atingiu. Ao felicitar os patriotas da Praia e de Santiago, que agiram com coragem e decisão perante a provocação dos colonialistas e dos seus agentes, quero incitá-los a que melhorem cada vez mais a sua organização clandestina e que actuem com segurança e não permitam que o inimigo liquide os quadros nacionalistas, e que se preparem para uma fase nova da nossa luta no arquipélago. Faço questão em afirmar que a direcção do Partido está mais do que nunca decidida a tudo fazer para o desenvolvimento da luta em Cabo Verde.»

Denunciar o crime

«Depois de termos tido em conta os progressos realizados e a complexidade dos problemas específicos a resolver, torna-se necessário e urgente, a meu ver, proceder a uma modificação realista na estrutura da direcção do Partido, a fim de dar a um certo número de camaradas a possibilidade de se dedicarem inteiramente ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Uma tal modificação será proposta durante a próxima reunião da direcção do Partido.

«Sempre no plano político, chamo a atenção dos camaradas para a diversidade de novos problemas que devemos estudar de modo adequado, problemas provenientes das novas perspectivas do desenvolvimento da luta, que se porão com a proclamação do Estado da Guiné: no interior, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos serviços administrativos, criação de organismos de «contrôle» das nossas actividades, novo recenseamento da população, identificação de todos os elementos que a formam, etc.; e, no exterior, «contrôle» e protecção dos cidadãos emigrados, sua identificação com a correspondente distribuição de passaportes, mobilização para a luta, etc.; sem falar do tipo de relações a estabelecer no plano internacional. São, certamente, problemas novos mas muito importantes, que devemos estudar profundamente e resolver a tempo.

«As preocupações com a guerra e o trabalho político não devem, no entanto, fazer-nos esquecer ou subestimar a importância das nossas actividades económicas, sociais e culturais, fundamento da vida nova que estamos em vias de criar nas regiões libertadas. Devemos todos, mas principalmente os quadros especializados nestas questões, prestar a maior atenção aos problemas da economia, da saúde, da assistência social, da educação e da cultura, para sermos capazes de enfrentar a nova situação que a luta está em vias de criar. Nesta perspectiva, devemos desde já ocupar-nos dos problemas fundamentais do melhoramento do abastecimento e das condições de vida das populações, dos impostos e do fisco, da nova vida financeira que desejamos estabelecer, da moeda de que nos vamos servir, etc., assim como do tipo de assistência social a desenvolver, com base na experiência já vivida, da escolarização e da formação de novos quadros para a reconstrução nacional e para o progresso do povo. (...)

«É com tristeza que relembro aqui que ainda neste momento as populações de Cabo Verde se encontram sob a ameaça da fome. Isto por culpa dos colonialistas portugueses, que nunca souberam nem quiseram criar no arquipélago um mínimo de condições económicas e sociais que pudessem assegurar a subsistência e uma vida decente às populações, nos anos de seca prolongada. Forçado pelo progresso da luta e pela denúncia feita pelo Partido à opinião pública mundial, o governo colonial fascista de Portugal concedeu empréstimos e subsídios às ilhas de Cabo Verde, a fim de, como dizem os colonialistas, «atenuar a crise», isto é, evitar que morram de fome ao mesmo tempo um número demasiado grande de pessoas, mas sem evitar que os débeis, principalmente as crianças, morram lentamente de fome específica, ou mesmo total.

«Mais uma vez levanto a minha voz, em nome da direcção do Partido, para protestar contra tal situação e para denunciar o crime perpetrado pelo governo colonial fascista de Lisboa ao transferir para Portugal 15 a 20 mil jovens cabo-verdianos para o trabalho nas minas, para a limpeza das ruas nas cidades principais, para funções de operários não qualificados, provocando deste modo uma hemorragia das forças vivas de Cabo Verde, com o intuito de barrar o caminho ao progresso da nossa luta libertadora. Faço apelo a todos os patriotas cabo-verdianos e guineenses residentes em Portugal para que se unam e se organizem, a fim de desenvolverem a sua acção patriótica ao serviço do Partido, do nosso povo e da África.

PORTUGAL MAIS LIVRE

A REACÇÃO TENTA IMPEDIR A APLICAÇÃO DA LEI DO ARRENDAMENTO

A reacção, as forças do fascismo, os capitalistas e os grandes proprietários estão a mover um grande e concertado ataque à Revolução. Esse ataque desdobra-se em muitos planos e toma variadas formas. Neste momento uma das suas frentes de ataque é a tentativa de impedir a aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

Os grandes proprietários, os reaccionários, estão a utilizar os reais problemas dos agricultores e as dificuldades do Governo para os resolver, para voltar a população trabalhadora dos campos contra o processo revolucionário o Governo Provisório, o MFA, as forças políticas progressistas. Outra face da mesma actuação e das mesmas intenções é o boicote a medidas decretadas pelo Governo e a tentativa de impedir que elas sejam levadas à prática para benefício dos pequenos e médios agricultores. É o que se está a passar neste momento em torno da discussão da tabela dos valores máximos das rendas a serem fixadas, para que se dê concretização à Lei do Arrendamento Rural, recentemente decretada pelo Governo Provisório. A Lei do Arrendamento tornou-se um dos alvos dos grandes proprietários e dos reaccionários que contra ela procuram, demagogicamente, mobilizar os pequenos e médios agricultores.

Várias são as manifestações desta actividade reaccionária que se vai detectando por todo o Norte do País. No dia 6 de Junho realizou-se em Guimarães uma reunião (de «pequenos» proprietários, segundo o «Jornal de Notícias», mas onde pontificaram os maiores proprietários da região), reunião que decorreu sob o signo do anticomunismo; proprietários absentistas ainda não saneados das adegas cooperativas, movimentam-se freneticamente contra a Lei do Arrendamento; num e noutro local, com o mesmo objectivo reaccionário, surgem abaixo-assinados e exposições de «agricultores»; multiplicam-se os boicotes a sessões promovidas pela SADA para explicação da lei. Mas os reaccionários também não hesitam em usar da violência: no passado dia 15, em reuniões levadas a cabo por caciques reaccionários para protestar contra a Lei, foram espancados rendeiros democratas em Lousada e Ponte da Barca que tiveram a coragem de defender uma lei que corresponde aos interesses dos rendeiros e caseiros e dos pequenos e médios proprietários.

Em todas estas movimentações e actividades se conclui pela «impossível adaptação na região de Entre Douro e Minho» da Lei do Arrendamento Rural, e se pede «a sua imediata suspensão».

É claro que se torna impossível a «adaptação» da Lei aos interesses dos grandes proprietários absentistas e outros parasitas que sempre viveram à custa do suor dos rendeiros. Impossível é, de facto, a conciliação dos interesses dos explorados e dos exploradores. Por isso não é de admirar que por detrás desta campanha reaccionária contra a Lei do Arrendamento Rural estejam todos os que neste País pretendem «conciliar» os interesses dos monopólios e dos latifundiários com o progresso do bem-estar do povo português: elementos da ex-ANP, dos ex-grémios, do CDS, do PPD, do PPM, e até alguns que se inscreveram no Partido Socialista. Não contentes por terem atrasado a saída da Lei, participam às claras ou disfarçadamente no boicote à sua aplicação.

Ponto de vista dum rendeiro

A regulamentação anterior constituiu sempre um dos meios do governo fascista para perpetuar a dominação de uma classe perfeitamente parasitária e minoritária, a dos grandes senhores das terras, a dos proprietários absentistas sob a camada de pequenos e médios rendeiros que foram sempre ferozmente explorados e conduzidos a uma situação de pauperização, das quais resulta em larga medida a crise agrícola que enfrentamos.

Esta nova lei vem essencialmente estabelecer uma maior segurança, estabilidade e justa repartição do rendimento para quem explora e trabalha a terra, o rendeiro. A definição da real importância de que se reveste esta lei para os rendeiros, mais ninguém a saberá expor tão bem como eles.

Para tanto contactámos com o rendeiro António de Sousa Ribeiro da Cooperativa Agrícola do Vale do Sousa, no concelho de Lousada.

A certeza daquilo que nos vai dizendo, a força com que fala são de quem moureja no campo há já longos anos, são de quem conhece como as próprias mãos calejadas a situação e as soluções a adoptar para ultrapassar os problemas que atravessa a estrutura agrária desta zona.

O sistema de arrendamento a que estavam sujeitos era absolutamente feudal.

— O regime de arrendamento era sempre vinho «a terças» e rendas em géneros muito caras. Temos casos concretos de rendas que atingiam, englobando tudo aquilo que o caseiro pagava em parceria, os 40 ou 42 contos o hectare, incluindo vinho, animais e todos os géneros. Arrendamentos assim ainda se realizaram durante o ano de 1974. Para além disto, as rendas eram aquilo que os proprietários quisessem. No nosso caso, por exemplo, tínhamos que pagar 10 variedades de cereais, não contando com as galinhas, palhas, milho e centeio.

Como ele ainda refere, havia toda uma forte submissão por parte dos rendeiros ao proprietário. Uma certa ironia passa a fazer parte da maneira como nos continua a dar conta desta realidade:

— Outros pagavam, ainda há bem pouco tempo — não sei se neste momento ainda pagam —, leite de manhã, logo que sai da vaca, ainda quentinho, e levavam a casa do senhorio; tinham de levar porque senão era malcriado... Outros, quando matassem o porco tinham que lhe levar o lombo; é que o lombo é bom... melhor que o resto... Não gostavam de galos nem de galinhas; era frangos que são mais tenros... Havia muitos casos em que tinham de pagar seis frangos pelo Natal, seis frangos pela Páscoa. Outros preferiam capões. Havia uma coisa muito engraçada: é que os caseiros, para conseguir arranjar uma determinada harmonia com os senhorios, pelo Natal e pela Páscoa levavam-lhes sempre 7 ou 8 Kg de açúcar e 7 ou 8 Kg de arroz. Compravam aquilo e levavam-lhes para serem amigos... E os proprietários eram tão amigos por eles fazerem isso, que todo o serviço que os senhorios tinham era feito pelo caseiro e então, quando eles acabavam o serviço, o senhorio dava-lhes água-pé e caldo. Mas aquilo não era sopa, era caldo; era um caldo de couve traçada, o caldo que se fazia para os porcos era o que davam aos caseiros...

Isto é a realidade. Tenho casos concretos comigo. Quando a gente ia a casa do senhorio fazer o serviço bebíamos o vinho azedo. Como o vinho azedo é prejudicial, eu não bebia. Então o senhorio perguntava-me porque é que não bebia vinho. Eu respondia-lhe que não bebia porque o vinho era azedo e que eles também não o bebiam. Era assim que eles nos tratavam. Outros ainda eram piores. Obrigavam-nos a fazer o serviço e mandavam-nos embora ir comer a casa.

Relativamente ao prazo de arrendamento, para além de não ser estabelecido a partir de um contrato escrito, o que permitia que a qualquer momento o proprietário expulsasse o rendeiro, não dava uma garantia de segurança e impedia que o trabalhador da terra investisse nela e tirasse dela o maior proveito.

«Foi a melhor coisa que poderia surgir no nosso país»

No seguimento deste diálogo, António Sousa Ribeiro passou a expor as grandes vantagens da nova lei a ser levada à prática (e quais as vantagens daí consequentes) e que levarão ao desenvolvimento da agricultura do País.

— Digo como sei e como sinto. Para mim a nova Lei do Arrendamento Rural foi a coisa melhor que podia surgir no nosso país.

Com uma renda de dinheiro conseguimos atingir o objectivo que desejávamos. Só com uma renda em dinheiro é que nós conseguimos fazer aquilo que entendemos dentro da propriedade que trabalhamos. Quando nós somos obrigados a fazer a vontade ao senhorio, estamos a fazer a vontade a uma única pessoa; e quando estamos a fazer a vontade ao País, fazemos a vontade a toda a gente. Uma lei como esta satisfaz, de certeza, todos aqueles que trabalham a terra.

Prosseguindo, António Ribeiro referiu:

— A consequência do 25 de Abril mais importante para a agricultura do Norte, foi mesmo a Lei do Arrendamento Rural. Há vários sectores do nosso país que estão mal e é só com uma lei desta é que se consegue avançar. Não é a totalidade — é preciso muito mais. Mas isto dá um avanço muito grande para o processo. Mediante a lei que estava, nós éramos obrigados a fazer canteiros para ver muito vinho, porque o dono do vinho não tinha trabalho nenhum com ele, só lucrava daquele que fosse barato; nós, que o fabricávamos tínhamos problemas diabólicos porque estávamos a fabricar uma coisa que só nos dava prejuízo. Quanto mais fabricássemos, mais prejuízo nos dava e ia-nos dar um entrave muito grande nos outros sectores agrícolas.

Agora, tendo a liberdade de podermos fazer aquilo que bem entendermos, mandando nós no terreno — isto é uma força de expressão —, nós podemos muito bem ir buscar as culturas que mais derem nos terrenos que cultivamos. Trabalhando na anterior linha de rumo era totalmente difícil. E é que perdendo nós, perde o País, perde toda a gente...

Entretanto para além destas, muitas outras cláusulas defendem os que trabalham a terra, como sejam a renovação indefinida do prazo de arrendamento, o alargamento da cessão do direito ao arrendamento e a proibição do subarrendamento estão estabelecidas na lei.

Como o António Ribeiro frisou, uma das importantes consequências desta lei é o facto de **afastar das adegas cooperativas o proprietário absentista que se limitava a mente importante porque vai permitir que as adegas cooperereceber o vinho «a meias» ou «a terças». Isto é extremarativas passem a estar ao serviço daqueles que produzem e sejam geridas por estes.**

O verdadeiro significado da lei do Arrendamento Rural

Estas palavras do rendeiro da Cooperativa de Rendeiros de Vale de Sousa dão-nos uma ideia da importância da nova Lei do Arrendamento Rural, na melhoria das condições de vida dos caseiros e no desenvolvimento da pequena e média agricultura do País.

De facto, a nova Lei do Arrendamento, a ser levada à prática rigorosamente, sem contemplações para com as manobras reaccionárias, tem três aspectos fundamentais a salientar.

Do ponto de vista económico, o novo regime de arrendamento ao dar mais liberdade ao rendeiro vai contribuir decisivamente para um aumento da produção e da produtividade das terras, acabando com a imposição de culturas ao caseiro para este pagar uma renda em géneros pré-estabelecidos e permitindo-lhes utilizar a terra em seu próprio proveito. O pagamento da renda em dinheiro e o alargamento do prazo do contrato fazem com que o rendeiro sinta a terra «mais» sua, colhendo directamente o produto do seu próprio trabalho.

Os reflexos desta medida na economia agrária do País estão à vista, elevando o nível de vida de uma camada que tem sido miseravelmente explorada por parasitas, aumentando consideravelmente a capacidade produtiva das terras e melhorando, por conseguinte, a posição da nossa agricultura na economia nacional e internacional.

Do ponto de vista social, a nova Lei do Arrendamento tem o efeito de acelerar a luta de classes nos campos no sentido positivo, eliminando formas feudais de exploração, como as parcerias, e reconhecendo o direito de A TERRA (e o produto da terra) A QUEM A TRABALHA.

Aqui esta palavra de ordem, desde há muito defendida e proclamada pelo nosso Partido, assume claramente o seu pleno significado; é muito fácil os pequenos e médios agricultores e, nomeadamente, os caseiros, aperceberem-se agora das ridículas calúnias anticomunistas dos reaccionários que gritam «os comunistas vêm buscar-vos as terras!»... Eles têm medo, isso sim, de a terra ser entregue a quem a trabalha, porque normalmente os verdadeiros reaccionários não trabalham mas vivem à custa do que os outros produzem com o seu esforço e o seu suor. Desde sempre, o PCP defendeu que o produto da terra e a terra devem estar na posse de quem a trabalha.

A nova Lei do Arrendamento, se por condições socio-económicas, mantém ainda uma classe de parasitas nos campos, salvaguardando aos senhorios a mesma possibilidade de obterem um rendimento (a renda) sem trabalho mas pelo simples facto de serem proprietários, vai em contrapartida criar condições para que os trabalhadores da terra sejam menos explorados e possam organizar-se em associações de classe que lutarão, cada vez mais conscientemente, pelo socialismo nos campos, por uma sociedade onde não haja exploração do homem pelo homem, onde todos vivam à custa do seu trabalho conforme as possibilidades de cada um.

Politicamente, esta Lei do Arrendamento que, como se sabe, inicialmente pouco favorecia os pequenos rendeiros e só depois de uma grande mobilização destes para proporem ao Governo Provisório alterações fundamentais ao texto da proposta, se tornou naquilo que é, esta Lei, dizíamos, representa mais uma vitória das forças revolucionárias e dos partidos autênticamente progressistas sobre a reacção e os senhores da terra.

Fiel ao seu compromisso com os explorados, o PCP tem há muito inscrito no seu Programa a conquista de um regime de arrendamento ao serviço dos rendeiros e pequenos e médios agricultores, como instrumento de realização da Reforma Agrária. Desde o 25 de Abril tem o PCP promovido a realização de amplas reuniões, entre as quais se destacam as duas Conferências de Camponeses do Norte, onde estes apontaram as suas reivindicações no que se refere ao arrendamento. Em grande medida, a actual Lei do Arrendamento Rural reflecte os resultados destas iniciativas.

Hoje, o PCP luta firmemente pela aplicação da Lei e contra todas as tentativas reaccionárias que visam a sua revogação.

O PCP considera que os interesses dos pequenos proprietários idosos não podem ser atendidos à custa dos interesses dos rendeiros. Terão de ser, e certamente serão encontradas, outras formas de resolver estas situações, de modo a evitar a sua manipulação pelos grandes proprietários e pelos reaccionários.

A correcta e completa aplicação da Lei do Arrendamento Rural é do interesse de todos os pequenos e médios agricultores, quer tenham terras próprias, quer trabalhem terras arrendadas, e é do interesse de todo o povo português. A defesa da Lei e a sua concretização é uma tarefa de grande importância para as forças revolucionárias e progressistas. É iniciar a Reforma Agrária. É fazer avançar a Revolução nos campos, e fazer recuar o fascismo.

MILHARES DE TRABALHADORES DOS CAMPOS APONTAM AS MEDIDAS INDISPENSÁVEIS À CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Prosseguindo na grandiosa tarefa de levar a cabo a transformação radical da situação nos campos, de fazer da reforma agrária uma realidade, de avançar decisivamente para a socialização da agricultura em Portugal, os trabalhadores agrícolas de Beja e Évora reuniram-se em Assembleia no passado dia 29. Convocadas pelos respectivos sindicatos distritais, as assembleias reuniram, respectivamente, 10 000 e mais de 2000 trabalhadores, contando com a presença de representantes do MFA e de governadores civis.

Os trabalhadores agrícolas de Beja e Évora reuniram-se recentemente em assembleia, tendo sido aprovada uma moção em que se considera que algumas medidas se impõem com urgência, destacando-se, entre outras, a necessidade de um apoio de facto, sob todos os aspectos, e não apoiar demagógicos que nada resolvem

Depois de analisar a actuação dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária — fazendo os maiores sacrifícios, lutando contra as manobras sabotadoras dos latifundiários e seus lacaios — e considerando que nas herdades já controladas pelos trabalhadores estes têm lutado com as maiores dificuldades, que vão desde a falta de dinheiro para as jornas até à falta de meios de produção indispensáveis, tais como óleos, gasóleo, lubrificantes, adubos, pesticidas, farinhas para gados, etc., foi aprovada por aclamação uma moção em que se considera que algumas medidas se impõem com urgência.

Assim, destacam-se entre outras a necessidade de «um apoio de facto, sob todos os aspectos, e não apoios demagógicos que nada resolvem»; a entrada em funcionamento dos Conselhos Regionais da Reforma Agrária, «há tanto tempo anunciados»; que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários «tenha uma actuação enérgica e prática e adquira sem burocracias o gado dos pequenos e médios agricultores e das herdades colectivas, a preços compensadores»; a urgência da nacionalização da cortiça, medida já preconizada mas ainda não concretizada, «o que está a provocar alguns desentendimentos entre os trabalhadores devido ao desnível das jornas praticadas nas herdades ocupadas e naquelas que continuam na mão dos latifundiários».

A Assembleia apelou ainda para que «conjuntamente com as Forças Armadas e militarizadas se exerça por toda a parte uma forte vigilância contra todo o tipo de sabotagem», tendo os trabalhadores afirmado a sua firme disposição de não permitir «que nem um só pé de trigo ou de outra cultura fique por recolher».

Considerou-se também que «aos grandes agrários não deverá ser pago nem um tostão respeitante às colheitas, enquanto não tiverem pago todas as dívidas para com a banca, o sindicato, salários que devem aos trabalhadores, rações, etc.».

Esta Assembleia, importante contributo para o reforço da unidade de todos os trabalhadores e das suas organizações de classe, é apenas um exemplo do que diariamente acontece nos campos do Sul, onde apesar de todas as dificuldades a reforma agrária avança a passos firmes. O número de herdades controladas pelos trabalhadores aumenta.

No passado dia 25 cerca de 80 trabalhadores tomaram conta das herdades da Infanta, Capela e Capelins, na zona de Banafefim, concelho de Montemor-o-Novo, dado que estavam incultas e que os trabalhadores de Capela tinham sido despedidos há doze semanas, apesar de terem continuado a trabalhar. Caso deveras estranho e incompreensível foi o comportamento do IRA neste processo. Tendo apoiado a decisão dos trabalhadores no próprio dia 25, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora e o MFA, no dia 26 de Junho — a pedido do proprietário — o IRA deslocou-se junto dos trabalhadores e alegou que não deviam ter ocupado as herdades por existirem nelas três hectares semeados! Entretanto, as referidas herdades ocupam uma área de cerca de 1200 hectares!

Facto importante a assinalar a concentração realizada no dia 27, em que cerca de 300 trabalhadores de outras herdades controladas manifestaram o seu apoio e total solidariedade à luta dos 80 camaradas.

Também a herdade da Diabrória, com cerca de 700 hectares, na freguesia de Beringel, distrito de Beja, passou a ser controlada pelos trabalhadores. O proprietário da herdade, Luís Mac Donald Vilhena Freire de Andrade, ao vender um núcleo de 40 cabeças de vacas Devon — único no País —, não deixando qualquer gado na exploração, colocou-a em regime de subaproveitamento. Num exemplo igual a tantos outros, é o proletariado agrícola que na defesa da economia nacional combate os sabotadores e os reaccionários.

Ofensiva reaccionária

A medida que novas conquistas vão sendo alcançadas pelos trabalhadores rurais e que o controlo e aproveitamento dos campos se torna uma realidade, avançando decididamente para a reforma agrária, o desespero dos grandes agrários e das forças que os apoiam aumenta. Incapaz de impedir o avanço do processo revolucionário, a reacção lança mão de todos os meios ao seu alcance na tentativa inútil de barrar o caminho para o socialismo.

A calúnia, o boato, a violência são algumas das armas mais utilizadas. Os alvos preferidos, como não podia deixar de ser, são o MFA e o PCP.

Na vila de São Mancos, no distrito de Évora, um grupo de reaccionários aliados com o PS (Ana Azedo, José Azedo, André Godinho, António Joaquim Gorlão, Francisco Caldeira Pereira) incitam a população à guerra civil, caluniam o PCP e o Governo Provisório, fazem provocações de toda a ordem.

Entretanto, em Évora, no dia 17 do mês passado, realizou-se uma reunião da ALA com cerca de 300 agrários.

Por seu turno, o «Diário do Alentejo» faz eco nas suas páginas de graves acusações feitas pelo PPD, «partido progressista implantado nas massas trabalhadoras», como se afirma, e por um grupo de «agricultores, integrado no espírito do 25 de Abril de 1974», contra as «ocupações reaccionárias dos trabalhadores agrícolas».

Nem o PPD nem o «grupo de agricultores», que se autodenominam de revolucionários, se preocuparam em denunciar o facto de haver centenas de famílias de trabalhadores com fome, apenas porque alguns latifundiários lhes não pagam há 19 semanas consecutivas. Nem as sabotagens económicas feitas pelos grandes agrários, vendendo ou abatendo gado, impedindo o aproveitamento das terras, levando para o estrangeiro o dinheiro ganho com o suor dos trabalhadores.

Para o PPD e para o tal grupo de agricultores isto não são manobras da reacção. De forma nenhuma. Os trabalhadores que controlam as herdades, as cultivam com os maiores sacrifícios, passam fome, trabalham de sol a sol esses é que são reaccionários.

A vigilância revolucionária é hoje uma necessidade imprescindível. Cabe às massas trabalhadoras, às suas organizações de classe e a todas as forças progressistas defenderem a conquistas alcançadas com tantos sacrifícios.

A reacção não passará. Pese embora às forças contra-revolucionárias e aos partidos burgueses, a reforma agrária será uma realidade em Portugal.

ATENÇÃO AO ALGARVE!

A crise de desemprego atinge no Algarve particularmente a construção civil, a indústria hoteleira, pesca e conservas, cortiça e comércio.

As perspectivas que se apresentam a curto prazo são deveras alarmantes: na indústria hoteleira fala-se em milhares de despedimentos no fim da época balnear. O Hotel da Balaia (Albufeira), com 325 trabalhadores, vai fechar. O da Boa Vista, cujos 40 empregados não recebem ordenado já há dois meses, também vai fechar. O Hotel Salimar, com mais de 100 empregados, encontra-se na mesma situação, bem como muitos outros.

A EMPEC despediu em Maio 40 trabalhadores e ameaça despedir os restantes 160. Na construção civil muitas empresas acabam as obras e despedem os operários: nas empresas de construção civil J. Ricardo (Tavira), com 200 trabalhadores; José Bento (Albufeira), com 130; construção Gonçalves dos Santos (Albufeira); LACO-BELO (Cerâmica), com 200; IMAL (mármore), Lagos, com 100; Contreira e Fonseca (Loulé), com 40; Francisco Contreira, com 80 trabalhadores e muitas outras estão na iminência de despedir todos ou quase todos os trabalhadores que empregam.

O Supermercado FARRAJOTA está à beira da falência.

Em Alboera (Albufeira), um armazém de frutas secas, com 200 trabalhadores, vai fechar.

A indústria da amêndoa está em crise — é oferecida a 187$50 o quilo quando o seu preço era de 300$00!

O SAL-GEMA (Loulé) está também em crise. Trabalha-se apenas três dias por semana. Os trabalhadores reclamam a nacionalização da empresa, dado haver suspeitas de que a CUF está a comprar Sal-Gema ao estrangeiro, de teor inferior.

É urgente a tomada de medidas rápidas e eficazes no campo económico pois a reacção não deixa de aproveitar todas as debilidades e erros do processo revolucionário para procurar ganhar terreno. A não ser dada resposta imediata aos graves problemas que se colocam, existe o perigo real de começarem a surgir sectores cada vez mais amplos a não se identificarem com o processo, a tornarem-se uma ponta de lança para novas tentativas reaccionárias.

E o Algarve possui óptimas condições para se organizarem conspirações. Basta recordar que as «típicas» vilas turísticas (Vila Moura, Vila do Bispo, etc.), possuem ligações com uma série de herdades de reconhecidos fascistas, campos de aviação, marinas, rios que atravessam a fronteira, por onde pode entrar e fazer sair tudo o que imaginar se possa.

As próprias igrejas servem de capa aos reaccionários, como a de São Francisco, em Loulé, onde regularmente conhecidos elementos fascistas fazem reuniões nocturnas.

A vigilância revolucionária não pode ser uma palavra sem sentido.

Os trabalhadores algarvios deram já o grito de alerta. A capacidade de resposta é neste momento uma questão de vida ou de morte para a Revolução portuguesa.

INTERLIVRO

R. PEDRO NUNES, 9-A-LISBOA 1

OBRAS DE LENINE

SOBRE EL INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO 40$00

ACERCA DE LOS SINDICATOS 68$00

ACERCA DEL REVOLUCIONARISMO PEQUEÑO-BURGUES 15$00

OBRAS ESCOLHIDAS (3 volumes) 300$00

OBRAS COMPLETAS (47 volumes) 40$00 c/volume

LÊ E ESTUDA LENINE

Única livraria especializada em livros soviéticos

A HERDADE DA DIABRÓRIA E A INTERVENÇÃO DOS TRABALHADORES

Na herdade da Diabrória, deitada ao comprido nos seus 700 hectares de barro dos artífices de Beringel, a doze quilómetros de Beja, no dia 30 do mês que passou, a Reforma Agrária deu mais um passo. Um passo seguro. Avançou com os trabalhadores da freguesia, em primeiro lugar, depois com mais os companheiros do sindicato (que belos amigos, caramba!), sempre unha com carne, de Ferreira do Alentejo, de Santa Vitória, de Trigaxes e de Beja. É que o agrário — Luís Mac Donald Vilhena Freire de Andrade — que vem com o seu empolado nome lá do tempo dos servos da gleba, depois de vender um núcleo de 40 cabeças de vacas Devon — único do País — não deixando qualquer gado na exploração, e depois de regressar de Espanha, tentou anular a decisão dos trabalhadores. Com a promessa de os passar a trabalhadores efectivos e que, tal lhe seria garantido, se não se importassem com a Reforma Agrária — era esta a tábua de salvação. Tudo muito bem acompanhado: os agrários e os senhores a eles ligados, nos seus automóveis de luxo à porta do monte (Olha! lá está o Mira Mendes, o José Almodovar e o eng.º Quiroga. Olha, lá está o Quiroga com o emblema do PPD!)

Mas, prosseguindo no nosso apontamento, mais de uma centena de trabalhadores, depois do trabalho, largaram para a herdade da Diabrória, onde a produção tem que ser assegurada e desenvolvida. E será. E a Reforma Agrária, nas mãos calejadas dos camponeses, será uma realidade. E o Alentejo será, como vem na esperança dos cantos alentejanos, o celeiro da Nação.

(Ponham este recado em cima da mesa do Pedro Soares, esquecendo que ele morreu: Pedro, na tua freguesia, em Beringel, os camponeses são sérios e trabalhadores. São homens e mulheres que se lembraram muito de ti, nestes dias de sol e de Reforma Agrária. Tu lembras-te, com certeza, deles. São aqueles amigos de que nós falávamos quando dos encontros clandestinos na cidade do Porto. Um abraço do João Honrado.)

OS CAMINHOS DIFÍCEIS DA REVOLUÇÃO NAS TERRAS DO NORDESTE TRANSMONTANO

Para o Nordeste Transmontano, que se viu abandonado às difíceis condições oferecidas pela estrutura do solo e entregue a uma profunda exploração social, económica e política durante dezenas e dezenas de anos, foi aberto com o 25 de Abril o caminho para um futuro em que não mais se fale no Nordeste Transmontano como ainda hoje se fala, como se se tratasse dum país longínquo onde o progresso e o bem-estar não pudessem também ser construídos livremente pelo trabalho e pela vontade do povo.

Entretanto, há toda uma realidade que pouco foi alterada: uma população envelhecida, por causa da emigração e pela guerra colonial; uma propriedade mal dimensionada, dando só para uma agricultura de subsistência; um nível de instrução e cultural baixíssimo, e um apoio técnico insuficiente, se é que alguma vez existiu. As aldeias são lugares onde falta tudo e mais alguma coisa — água, luz, esgotos. A assistência médica e medicamentosa está ainda por montar.

Aqui, como em outras regiões do País, a reacção fez do obscurantismo o seu campo de batalha. Contra a ordem democrática, a reacção mantém ainda quase intacto o poderio que caracterizava o seu domínio durante o período de fascismo: as autarquias locais estão por sanear e em grande parte dos casos onde o «saneamento» foi feito, mudaram-se as caras mas mantém-se as mesmas formas de actuação e os mesmos interesses; o caciquismo campeia, explorando e mantendo o domínio socioeconómico sobre a população; antes, na ANP, agora, no CDS e no PPD (na melhor das hipóteses), os reaccionários, a partir dessa opressão, depois de realizadas as eleições, agitam insolentemente o seu poderio. Contra este estado de coisas não tinham sido até há bem pouco tempo concretizadas quaisquer medidas enérgicas que permitissem alterá-lo.

Os problemas deste distrito são extremamente graves. Para os abordar, tivemos uma breve troca de impressões com o Secretariado da Comissão Distrital de Bragança do nosso Partido, no qual participaram os camaradas Nelson Fernandes, Vítor Cordeiro, Helena Geraldes, Álvaro Costa e Luís Pinto.

Começando por referir quais as dificuldades que o nosso Partido tem encontrado na sua actividade quotidiana, no seu trabalho organizativo, Nelson Fernandes, depois de referir aos obstáculos levantados pela passagem da acção clandestina na região (e as dificuldades, então, ainda eram, naturalmente, maiores) para a acção legal, salientou:

O 25 de Abril, abrindo-nos perspectivas novas trouxe-nos a possibilidade de podermos mostrar às pessoas aquilo que efectivamente eram os comunistas: homens como os outros, com as suas virtudes e os seus defeitos, mas que tinham uma linha política coerente que lhes permitia modificar as estruturas sociais em benefício das camadas desfavorecidas da população, fundamentalmente das classes trabalhadoras.

Nesse aspecto, encontramos imediatamente a oposição dos privilegiados. Numa região predominantemente agrícola, muito fechada em si própria, os privilegiados eram fundamentalmente as pessoas que beneficiavam economicamente do trabalho das populações e aqueles que pela sua situação social se poderiam demarcar bem da generalidade das pessoas, na sua unidade específica que é a aldeia, isto no caso concreto do professor, ou do padre, ou deste ou daquele indivíduo que por qualquer motivo era culturalmente mais rico e que efectivamente se demarcava bem das outras pessoas; são aqueles a que nós chamamos normalmente de caciques.

A actividade política do Partido, ao contrário do que se possa pensar, não encontrou assim demasiada resistência, uma resistência que nós não pudéssemos ultrapassar, na maior parte das populações. Nós vimos que as soluções que o Partido preconizava eram soluções bem aceites, na generalidade. O que acontecia é que as populações depois de nós sairmos, eram permanentemente influenciadas pelas pessoas que lá vivem e quando ficam sozinhas, começam a pensar se aquilo que os comunistas dizem é aquilo que efectivamente vão fazer e nesse raciocínio são muito influenciados pelos caciques.

Manobras reaccionárias contra o processo revolucionário

Os meios utilizados pelas forças da reacção com vista a contrariar o processo revolucionário e manter as suas posições de privilégio foram analisados pelo camarada Vítor Cordeiro:

— Bragança é uma cidade constituída por funcionários e pequenos comerciantes. Bragança é, para as populações rurais, a cidade, o local onde no fundamental eles vêm pagar a décima, onde, de certa maneira, os funcionários e até os pequenos comerciantes poderiam, mais ou menos à sua vontade, demonstrar uma certa «superioridade» em relação às populações rurais.

Por outro lado, havia também as rivalidades caciqueiras do fascismo que muito influenciavam as pessoas. Entre os Rapazotes e os Camilos de Mendonça as pessoas eram quase obrigadas a tomar «partido» e a comprometerem-se a fundo com qualquer desses caciques rivais.

É evidente que o 25 de Abril, enquanto troca de um governo fascista por um Governo que permitisse realmente umas certas liberdades mas sem que determinadas classes perdessem os seus privilégios, foi na generalidade bem aceite quer pelos funcionários quer mesmo pelos comerciantes, que sentiam já a sua segurança ameaçada pelo capitalismo monopolista de estado.

Com o avanço do processo revolucionário, com a ausência da revolução aqui no distrito — a Revolução apenas cá tem chegado pelas amostras da televisão das grandes manifestações que se realizam em Lisboa, no Porto e em Coimbra — as populações rurais sentiram numa primeira fase que ficaram pior no aspecto económico. Quer dizer: aquela possibilidade que o 25 de Abril veio dar de as pessoas se reunirem, de as pessoas poderem discutir os seus problemas, de as pessoas poderem propor as soluções que mais lhe convinham era no fundamental a necessidade que eles sentiam. Precisavam que lhes fossem resolvidos um certo número de problemas como a venda dos produtos agrícolas, como a distribuição de subsídios para determinados produtos, como possibilidades de crédito para a compra de máquinas e utensílios para a lavoura.

Como quase todas as medidas foram tardando — a própria lei dos baldios, que é muito necessária aqui para a região, também se fez grande barulho em torno dela mas enfiou-se na gaveta e ficou — as populações rurais começaram a fazer comparações. Enquanto antes não tinham nada e não esperavam nada, mas sentiam que as coisas se resolviam muito acima deles e isso dava-lhes uma certa margem de segurança, a partir de uma certa altura, com a evolução do processo revolucionário, as pessoas começaram a pensar que isto era uma coisa que tinha sido feita, mas não era para eles, era uma coisa que tinha sido feita para os operários das cidades e para os trabalhadores rurais do Alentejo. Como aqui se sentiam incapazes de tomar iniciativas desse género, foram de certa maneira ficando de pé atrás em relação ao processo revolucionário.

A reacção aproveitou tudo isto e muito bem.

Precisamente por isso é que os reaccionários que ocupavam lugares importantes em todo o aparelho continuam a ocupá-los porque aproveitando-se disso mobilizam as populações que os apoiam em luta aberta contra os democratas sobre os quais atiram as responsabilidades desses factos antipopulares. É exemplo disso o caso de Carrazeda de Anciães em que, porque dois elementos da Comissão Administrativa da Câmara local resolveram tirar o busto de um fascista, ex-colaborador da ex-PIDE, membro da comissão da ANP do distrito, colaborador da Legião e que foi presidente da Câmara durante 12 anos consecutivos, a reacção mobilizou imediatamente uma manifestação. Foram buscar as pessoas às aldeias em transportes pagos, e não lhes foi difícil concentrar cerca de 2000 pessoas que hostilizaram abertamente os dois vogais da Câmara, votaram uma moção no sentido de os não deixar entrar mais na Câmara como membros da Comissão Administrativa, enquanto exigiram e repuseram mesmo o busto do fascista.

Isto continua a acontecer. Em Vinhais fez-se uma ocupação de um palacete a que assistiram os militares do MFA que se encontram naquela vila. Entretanto, os caciques locais logo começaram a voltar as pessoas contra a ocupação e neste momento estão a ser colhidas assinaturas para devolver a chave à proprietária que é um familiar muito chegado de um ex-juiz dos plenários do Porto, o conhecido fascista Pedro Campilho, que inclusivamente já se deslocou àquela vila a ameaçar as pessoas de que as prendia. Quem favorece a reacção é como sempre a Câmara local e mais uma vez aqui cabe dizer que essa Câmara encontra-se ainda a encabeçar o processo contra-revolucionário porque o sr. governador civil não se dignou dar seguimento ao processo que lhe foi entregue pelos partidos políticos.

A prosseguir o Luís Pinto referiu ainda a falta de informação existente no distrito:

Dadas as condições do nosso distrito, há uma falta de informação geral a nível nacional e até mesmo distrital, em todas as localidades do distrito. O único jornal existente até há pouco tempo aqui no distrito era o «Mensageiro de Bragança», que é uma voz da reacção. A desinformação que o «Mensageiro» faz é muito grande e chega mesmo ao ponto de atacar abertamente o MFA, ataca as personalidades dos partidos verdadeiramente democráticos e lança a confusão nas pessoas através desta desinformação. É também sua característica sistemática uma intensa campanha anticomunista que é verdadeiramente degradante. Mas efectivamente é essa a sua missão. É pois, dentro de todo este palco que actua o ELP. Não era sem este cenário político que o ELP iria assaltar a sede do MDP/CDE em Bragança e recrutar quadros em Freixo-de-Espada-à-Cinta. E quanto mais?

Uma realidade que pouco foi alterada

A grande importância da acção dinamizadora do MFA

O Movimento das Forças Armadas, tem vindo a realizar no distrito uma importante tarefa de dinamização. Entretanto, o distrito continua a enfrentar graves problemas de caciquismo, dum clero reaccionário militante, de uma opressão de mentalidades que ainda persiste. Isto torna-se tanto mais certo quando vemos certas populações assumindo posições contrárias à presença de brigadas do MFA. No entanto têm vindo a ser levados a cabo importantes iniciativas.

Dada a grande importância de que esta dinamização poderá revestir-se, nomeadamente com a actual campanha, a «MAIO-NORDESTE», Álvaro Costa acentuou:

— Logo que o MFA mandou para cá os seus efectivos, para a dinamização, e neste momento também para a construção de estradas, a captação de águas, etc., começaram a circular as maiores calúnias sobre as Forças Armadas, nomeadamente do desperdício de dinheiro que eles vinham para aqui fazer. Nós pensamos que o trabalho que está aqui a ser desenvolvido pelas Forças Armadas é útil, quer no transporte de doentes de emergência, por meios aéreos, quer no esclarecimento político e cultural das populações, quer para a construção das obras mais prementes nas zonas mais atrasadas. Em Vinhais, por exemplo, quando os militares chegaram, dizia-se que eles eram comunistas e vinham para começar a contar as vacas que os lavradores tinham, para começarem a dividi-las. Isto deu origem a problemas numa aldeia daquele concelho, o que veio a ser ultrapassado pelo esclarecimento pronto dos homens do MFA.

Quanto à atitude tomada pelo MFA em relação a esta campanha e em relação à reacção, nós pensamos que só há uma coisa a fazer: permanecer por cá o mais tempo possível e anular o poder dos caciques locais, o que já começa a acontecer.

Pelo que temos observado em determinadas partes do distrito, os homens do MFA estão interessados nisso e já disseram mesmo claramente que iriam permanecer aqui o tempo que fosse necessário.

Há ainda um aspecto importante em relação a isto. Uma das grandes jogadas da reacção foi procurar sempre identificar o MFA com o PCP e isso foi por vezes conseguido. Havia efectivamente, e há, um quartel, mas pouco operante, que continua a trabalhar nos mesmo moldes em que trabalhava antes do 25 de Abril e nunca fez sentir às populações a presença activa do MFA.

A primeira vez que o MFA aqui se deslocou na «Operação Nortada», já aí, quando os chaimites começaram a desfilar aqui na cidade, imediatamente a reacção começou a clamar aos sete ventos que eles estavam a desperdiçar «gasolina», porque «vinham para aqui gastar o dinheiro do povo», que «era muito melhor que eles lá ficassem», etc., etc. Agora, os reaccionários ainda mais desesperados ficam quando vêem que efectivamente os elementos do MFA são bem recebidos e são ajudados. Isso é para os caciques uma prova evidente de que eles estão a curto prazo a perder a possibilidade de continuar a manobrar as populações que vinham manobrando até aqui.

As pessoas neste momento estão a abrir os olhos. Já estão a perguntar se os seus interesses serão os mesmos que os interesses do fulano que os empurra para um determinado partido, para um determinada atitude e, nesse aspecto, eles sentem cada vez mais a impossibilidade de continuarem as suas manipulações.

Nós consideramos fundamental que o MFA continue aqui, não só na dinamização sociopolítica, mas também a fazer alguma coisa no aspecto de engenharia, de transmissões, etc.

A integração de técnicas agrícolas, através do serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário, nas próprias brigadas do MFA, vai ser um golpe tremendo nos reaccionários. As populações vão sentir cada vez mais que as forças políticas empenhadas no processo Revolucionário, que o Governo Provisório e o Conselho da Revolução e o MFA estão interessados em que elas beneficiem efectivamente do processo Revolucionário sejam elas mesmo a tirar grandes benefícios e não aqueles que até aqui os manipulavam.

Por uma Administração local virada para a resolução dos problemas das populações!

Um dos grandes problemas do distrito é o da Administração local. Nélson Fernandes analisou depois a situação que neste aspecto o distrito vive:

— Após o 25 de Abril, e como foi posto o problema das Câmaras Municipais, foi o MDP, que era a única força política que tinha uma boa estrutura aqui no distrito, que iniciou todo esse processo. Iniciou o processo e avançou com ele de uma maneira unitária, não procurando pôr nas Comissões de Administração das Câmaras pessoas ligadas ao MDP. Embora eventualmente em algumas existam pessoas ligadas ao MDP, noutras, na maior parte delas, isso não acontece. Houve uma realidade que não se alterou: a situação financeira dos Municípios, a sua capacidade de intervenção em relação às obras de interesse local e ainda uma certa impossibilidade de contactar com as populações, de fazer das populações o motor do processo e dar-lhes uma participação real nas autarquias.

Quanto às Juntas de Freguesia, nós podemos dizer que mais de 50 por cento das Juntas de Freguesia aqui no distrito ainda estão por sanear.

Há comissões administrativas francamente más. Apontamos os casos concretos das Comissões Administrativas de Vinhais e de Macedo de Cavaleiros que o governador civil se comprometeu, perante nós — não perante o Partido Comunista em especial mas perante todos os partidos da Coligação Governamental — a substituir.

Para tanto foi iniciado um processo de substituição pela indicação de nomes por um processo de representação pluripartidária a que ele não deu seguimento. Portanto encontramos hoje à frente de Comissões Administrativas, pessoas cujo passado não abona nada em seu favor, e que presentemente caem em erros e manifestações totalitaristas que fazem lembrar processos utilizados antes do 25 de Abril. Nesse aspecto, após as eleições, houve uma tentativa de assalto aos municípios por parte dos partidos considerados vencedores dessas eleições. E aponta-se significativamente o caso de Carrazeda de Anciães em que houve um determinado partido, concretamente o PPD, que esteve por trás de toda a iniciativa, e a pretexto da recolocação do medalhão do fascista, procurou sanear da Comissão Administrativa da Câmara os verdadeiros democratas que lá existiam.

Em outros sítios, encontramos algumas Comissões Administrativas Municipais, a pretenderem efectivamente fazer uma obra válida, a procurarem organizar-se nas reuniões inter-Câmaras, mas nós todos sabemos perfeitamente quais são os condicionalismos que se opõem neste momento à actuação das Câmaras Municipais, que são desde financeiros até terem um código administrativo desactualizado — isto é, mais propriamente, fascista. Portanto, tudo isto condiciona muita a actuação das Comissões Administrativas.

Aquilo que parece que seria a solução para os problemas dos Municípios e ainda dentro desta fase em que não existem disponibilidades financeiras e existe um código administrativo que permita às forças administrativas tratarem com um mínimo de possibilidades de êxito um determinado tipo de problemas, seria procurar uma ligação às populações, e, efectivamente, procurar resolver problemas com mais ampla participação das mesmas, quer a nível de concelhos, quer a nível de freguesias. Portanto, procurar atender cada vez mais à opinião e participação das pessoas. Este processo parece-nos ser neste momento a solução possível para isso.

Além disso, o MFA no sector de engenharia pode também ajudar muito a solucionar graves problemas de algumas Câmaras que nem têm maquinaria nem possibilidades financeiras para executarem um certo número de obras que é necessário fazer a curto prazo.

A reforma agrária passa pelo aproveitamento do Cachão

A actividade principal do distrito de Bragança é a agricultura. Mais de cinquenta e seis por cento da população activa do distrito trabalha a terra.

Nélson Fernandes referiu-se à actual situação, aos principais problemas que a nível agrícola se levantam.

— Como se sabe foi no sector agrícola, mais propriamente nestas regiões atrasadas onde se praticava uma agricultura mais rudimentar, que o fascismo se apoiou para fazer enraizar as suas ideias. Quer pelo obscurantismo quer pela falta de todo um conjunto de estruturas capazes de permitir uma vida condigna a estas populações, foi muito fácil mantê-las na ignorância e numa situação de fácil escravatura. Achamos que o problema da agricultura terá de ser resolvido conjuntamente com outras tomadas de posição, como seja o desenvolvimento de acessos às aldeia, uma melhor cobertura sanitária, que neste momento é altamente precária e ainda uma melhor cobertura cultural.

No entanto, é fundamental, por parte das populações uma disposição para lutarem em associativismo, o que é muito difícil mas terá que ser encetado e incrementado a curto prazo, assim como se impõem rápidas medidas palpáveis de protecção em relação à agricultura, como seja uma política de preços bem definida, um apoio técnico e financeiro a essas populações rurais.

As medidas que o nosso partido aponta e que têm sido divulgadas, durante a campanha e já antes, nas aldeias, são de um modo geral bem aceites e são até às vezes suficientes para os fazer encarar melhor o processo revolucionário.

Uma questão muito importante é a situação de desconfiança que se apossou das populações. Eles — ao longo de todos estes anos, foram-se habituando a ouvir uma série de promessas que não eram cumpridas. Neste momento impõe-se conquistar essa confiança. Isto só se consegue, claro está, com a tomada urgente de posições nitidamente favoráveis ao desenvolvimento da agricultura nesta região.

Entretanto, aqui no Nordeste de Trás-os-Montes, o Complexo Agro-Industrial do Cachão poderá revestir-se de uma grande importância. A sua demasiado grande capacidade obriga a que nenhuma das secções funcione totalmente.

Entretanto, o Cachão deveria ser sustentado pela agricultura do distrito, ao invés de ser ele a resolver determinado tipo de problemas aos pequenos e médios agricultores. Assim, como o Cachão não vagava prontamente os produtos que lá eram entregues, as pessoas deixavam de o fazer e caía-se num ciclo vicioso de falta de matérias-primas e de falta de capacidade de dar resposta aos grandes problemas da agricultura do distrito. Basta dizer que existindo um investimento da ordem dos 400 000 contos, o volume de vendas era da ordem dos 40 000. Acrescido aos ordenados anualmente pagos, perfazia um déficite de 10 000 contos anuais.

Dado o grande investimento, o Cachão não poderá ser encerrado, mas antes reconvertido, tendo em conta as necessidades da agricultura do distrito. Sobre esta questão falou-nos o Luís Pinto:

— O aproveitamento integral do Complexo Agro-Industrial do Cachão exige também uma intervenção no sector agrícola, uma intervenção muito profunda que possa efectivamente servir os interesses dos pequenos e médios agricultores. Neste sentido, se o Complexo conseguir ganhar a confiança dos pequenos e médios agricultores no sentido de eles lhes entregarem os seus produtos, nós temos a certeza absoluta de que o problema se resolverá. Para isso é necessário ter em conta que há um determinado número de coisas que efectivamente não funcionam bem. Por exemplo, o matadouro, como está preparado, num mês matava todo o gado aqui desta região: é uma enormidade que não resolve problema nenhum. Há uma secção de frutos preparados, que tem uma certa fama a nível europeu e uma grande capacidade de exportação. Neste momento está a ser encarada pela nova Comissão Administrativa uma planificação a nível regional das actividades do Complexo, tendo em vista uma encomenda de concentrado de tomate por parte dos países socialistas.

Nós temos a certeza de que se houver uma acção coordenada por parte do Ministério da Agricultura no sentido de que a realidade do Nordeste inclua o Complexo Agro-Industrial e que a agricultura seja canalizada para o complexo, a solução será encontrada a curto prazo.

Relativamente a ter de se ganhar a confiança dos lavradores em relação ao Cachão, deve notar-se um facto muito curioso que teve lugar na recolha de amêndoa que se destina à União Soviética. Como os lavradores tinham deixado de acreditar no Cachão pelo atraso no pagamento, quando os enviados do complexo foram pela zona da amêndoa para a recolher, os lavradores manifestavam uma quantidade mínima para entregar. Entretanto, quando começaram a ver que o pagamento dessa amêndoa se processava em curto espaço de tempo eram eles mesmo que depois iam ter com os técnicos que andavam a recolher a amêndoa e lhes manifestavam muito mais do que tinham em depósito.

É prova evidente de que um passo em frente dado no Cachão, para que ele ocupe o lugar que lhe cabe no desenvolvimento da agricultura e da economia do Nordeste de Trás-os-Montes, passa forçosamente por conseguir ganhar a confiança dos lavradores. E passa também pelo facto de se terem de processar dentro dos prazos de interesse para os lavradores os pagamentos dos produtos que eles entregarem.

— Aqui na região a experiência de luta e a prática de reunião, são coisas que nunca existiram e ainda não existem. Quando organizamos os camponeses e quando os mobilizamos, os caciques obstroem essa mobilização com todo o género de boatos. Nós cremos que o MFA nestas campanhas que está a levar a cabo tem um grande papel e esta missão parece-me a mais imperiosa. É fundamental o espírito de reunião, o espírito associativo.

Exploração insuficiente do subsolo

A riqueza do subsolo deste distrito permite que se possa tirar dele muito mais possibilidades de desenvolvimento do que efectivamente se tira. O sector mineiro, tendo maior aproveitamento, poderia revestir-se de grande importância para a economia nacional. Por exemplo, a razão dada para o encerramento das minas de ferro de Moncorvo foi o alto teor de sílicas misturadas no ferro e a exploração ser deficitária. No entanto, depois da nacionalização da Siderurgia Nacional, a nacionalização da Ferro-minas e a sua exploração por parte do Estado em condições que oferecessem as garantias de rentabilidade, até porque parece ser o maior jazigo de ferro da Europa, seria um passo importante.

De facto, o certo é que embora o subsolo seja rico, o seu aproveitamento só está a ser feito em modelo artesanal. Por exemplo, nas minas da Ribeira encontramos casos gritantes, que ultrapassam as marcas, chegam a ser praticamente de escravatura humana em pleno século XX.

— A riqueza do subsolo deste distrito permite que se possa tirar dele muito mais possibilidades de desenvolvimento do que efectivamente se tira. — Começou por referir a camarada Helena Geraldes que prosseguiu: *Para se conseguir maior aproveitamento das minas há que ter em conta a necessidade de levar os seus proprietários a abdicarem da sua situação actual, ou seja a de virem buscar o maior possível às minas sem empregarem nada nelas com vista à sua reconversão. O caso concreto das minas da Ribeira, que estão a ser exploradas sem qualquer orientação técnica, leva os proprietários a ir buscar o minério que está mais fácil de tirar e são incapazes de empregar mais técnicos que permitam fazer um aproveitamento integral. A situação é provável que se resolva a médio prazo, pelo menos na medida em que os próprios trabalhadores estão neste momento em fase de organização sindical. Com a organização sindical dos trabalhadores, com o presente desenvolvimento que já se verifica por parte desses operários mineiros, cremos que dentro de algum tempo eles possam estar a explorá-las em melhores condições. Nós temos incentivado todo um trabalho de organização sindical dos trabalhadores, que neste momento está mais desenvolvido nas minas do Portelo. Os delegados sindicais do Portelo estão neste momento a trabalhar junto dos seus camaradas de profissão em outras minas.*

As populações do Nordeste não são reaccionárias

A terminar, o camarada Nélson Fernandes fez questão de precisar:

— Muitas pessoas nos têm acusado, a nós e aos partidos progressistas, de dizer que este distrito é um distrito reaccionário. Não há talvez ninguém que conheça tão bem o distrito como nós e podemos afirmar com clareza que este distrito não é reaccionário; pelo contrário, é um distrito com tradições de luta antifascista que passaram despercebidas a todos os outros partidos políticos e a todos aqueles caciques que ainda hoje dizem que nós chamamos reaccionárias às populações do nosso distrito.

As pessoas que vivem nos aglomerados urbanos e que estavam habituados a viver dos habitantes das freguesias rurais e a exercer sobre eles a sua prepotência, desde funcionários a pequenos e médios comerciantes, os responsáveis administrativos, etc., que são efectivamente caciques, esses, dizia, são reaccionários.

As populações rurais, independentemente do partido que tenham ou da votação que fizeram, não são reaccionários. Pelo contrário, são francamente antifascistas porque dizem muito claramente que ao antigo não querem voltar. O que eles estão é de certa maneira confusos, perante toda a complexidade deste processo revolucionário, sendo em alguns casos facilmente manipuláveis pelos caciques.

O que é evidente é a confusão das pessoas. Nesse aspecto nós dizermos que as populações estão confusas perante a complexidade do processo revolucionário, mas não são reaccionárias.

Há uma outra coisa que torna as pessoas dependentes de certos caciques que é o facto de em todas as freguesias deste distrito haver muita gente que deve «favores» a este ministro ou àquele doutor porque conseguiram condições relativamente boas de vida a parentes seus. Aliás, não é por acaso que deste distrito iam muitos indivíduos para a PIDE, para a GNR e a Guarda Fiscal, etc. Portanto, esses indivíduos na Guarda Fiscal ou na GNR, ou na PSP, tinham até facilidades de estar na sua terra a cultivá-la, para além de exercer também essa profissão. Claro que isto não são favores mas eles é que assim julgavam e como tal sentem-se comprometidas com esses tais favores.

Existem aqui no nosso distrito tradições de luta que infelizmente não foram aproveitadas. São exemplos disso a luta contra o roubo dos baldios, levada a cabo pelas populações de Vilarinho de Cova de Lua; as próprias populações de Montezinho, Bragança tem tradições de luta muito importantes contra o fascismo e que demonstram que aqui no nosso distrito as populações são mesmo antifascistas; no concelho de Miranda do Douro, mais concretamente em Sendim e S. Martinho de Angueira, a tradição de luta contra o corte das videiras, que levou muita daquela gente à prisão e a aparecer frontalmente contra o poder instituído naquela altura; no concelho de Mirandela, em Mascarenhas, há tradição de luta contra o fascismo, designadamente de reivindicações salariais. Estas lutas fazem parte da luta desenvolvida por todo o país pelo Povo Português e demonstram que o nosso distrito é um distrito verdadeiramente antifascista e que as massas populares estarão, também agora, dispostas a participar no processo revolucionário.

Novos livros Estampa

AS LUTAS DE CLASSES EM PORTUGAL NOS FINS DA IDADE MÉDIA
Álvaro Cunhal
Colecção Teoria, n.º 27
Preço — 40$00

LITERATURA E LUTA DE CLASSES
Soeiro Pereira Gomes
Obras
de Augusto da Costa Dias
Preço — 80$00

OS KOLKOSES — COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SOVIÉTICAS
Cadernos Políticos, n.º 32
Preço — 30$00

A ECONOMIA SOCIALISTA
Leonide Abalkine
Cadernos Políticos, n.º 33
Preço — 40$00

A CULTURA E A REVOLUÇÃO CULTURAL
V. I. Lenine
Biblioteca do Socialismo Científico, 17
Preço — 50$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., Dto.
Telef. 55 56 63 Lisboa-1

- Em comentário dedicado à situação portuguesa, a «Pravda», de Moscovo, salienta que «as intrigas da reacção interna e internacional, que visam separar o Povo das Forças Armadas, aumentar as dificuldades económicas herdadas do regime fascista derrubado pelo povo de Portugal são atentamente observadas no país.» A necessidade da defesa e reforço da aliança Povo-MFA é salientada pelo órgão do CC do PCUS.
- Como iniciativa de apoio à escalada da reacção o fascista Sanches Osório acaba de lançar em Espanha um livro provocatório intitulado «O Engano do 25 de Abril em Portugal». Quem se enganou, sr. Osório?
- Os governos de Portugal e do Peru assinarão em breve um acordo de intercâmbio no campo das pescas.
- Américo Tomás e Marcelo Caetano almoçaram pela primeira vez juntos no Rio de Janeiro. A imprensa brasileira não indicou a data do encontro e nada informou a respeito dos assuntos discutidos entre ambos. Os colunistas mundanos aludem, contudo, com frequência à vida luxuosa que um e outro levam.
- O Governo de Transição de Angola publicou a sua lei básica que servirá como Constituição provisória quando o país proclamar a sua independência, no dia 11 de Novembro.
- Encontra-se em Moscovo uma delegação da Associação Portugal-URSS a fim de assinar um convénio anual de intercâmbio cultural com a Associação URSS-Portugal.
- A primeira companhia do futuro Exército angolano — constituída por soldados do MPLA, da UNITA e da FNLA — prestou juramento em Cabinda.
- A UEC divulgou uma nota em que define como um passo em frente a via escolar única. «Acabando com a distinção entre liceus e técnicas — sublinha-se no documento — criam-se perspectivas para uma alteração social da massa estudantil, criando condições para o acesso dos filhos dos trabalhadores a todos os graus de ensino, o que constitui uma das bases materiais para transformações revolucionárias no campo da educação.» A UEC lembra, contudo, que é «necessário fazer acompanhar a adopção do «ramo único» de profundas alterações no conteúdo e métodos de ensino, no sentido de uma maior ligação entre o trabalho manual e o intelectual, entre o ensino e a vida do nosso povo e as necessidades do País.»
- A propósito da detenção do padre Adriano Simões Santo, pároco de Santo Aleixo, a delegação de Coimbra da Comissão de Extinção da PIDE/DGS distribuiu uma nota na qual denuncia comentários especulativos e reaccionários em torno da medida tomada. «A detenção do padre Adriano Simões Santo — esclarece — deve-se ao facto deste ter colaborado com a ex-PIDE/DGS, através de uma carta» transcrita em anexo ao comunicado.
- Ao agradecer mais uma homenagem de que foi alvo, o camarada Nicolás Guillén, o grande poeta revolucionário cubano, declarou: «Há muito tempo que eu tinha contacto com Portugal, mas apenas através de portugueses que estavam no estrangeiro. A partir de agora, contactando directamente com o vosso povo, posso assegurar-vos que até ao fim da minha vida terei um grande carinho por Portugal.»
- A Região Militar do Sul tomará parte activa na prevenção e combate a actos de sabotagem, particularmente a incêndios provocados pela reacção nas searas e nas eiras, colaborando nessa tarefa revolucionária com os sindicatos e as ligas de pequenos e médios agricultores.
- Por iniciativa da Associação Académica de Coimbra e do Sindicato Provisório dos Trabalhadores da Função Pública da Universidade, o pessoal do Departamento Pedagógico transformou em jornada de trabalho voluntário o feriado municipal daquela cidade. A jornada foi organizada em cooperação com o MFA e comissões de moradores.
- Uma delegação da comissão de reestrutração do sector petrolífero estudará na Bulgária, Checoslováquia, Polónia e Jugoslávia problemas relacionados com a inserção de uma empresa pública do ramo num sistema socioeconómico em transição para o socialismo.
- O «Financial Times», de Londres, dedica um suplemento de seis páginas à Revolução Portuguesa. Pelo tom e pelo conteúdo, a iniciativa do órgão financeiro da City insere-se na campanha da reacção internacional contra o processo revolucionário português.
- Um cacique de Rabiçais, conhecido pela alcunha do «Toninha», continua a proceder como nos tempos do fascismo. Proíbe a passagem pelas suas propriedades da água necessária aos trabalhos de rega do milho plantado pelos seus próprios rendeiros. Os trabalhadores têm protestado, mas não obtiveram ainda o apoio das autoridades locais.
- Elementos da reacção portuguesa refugiados no Brasil decidiram fundar dois jornais fascistas, em São Paulo, e no Rio de Janeiro. As equipas redactoriais serão formadas por jornalistas reaccionários de Lisboa e de Luanda. Para organizar o projecto teria sido contratado — segundo se informa no Rio — José Manuel Pereira da Costa, ex-chefe de redacção do «Diário de Notícias», e ex-director adjunto do «Diário de Luanda». Pereira da Costa tem publicado artigos injuriosos para a revolução portuguesa e o MFA no diário brasileiro «O Estado de São Paulo».
- O último número de «Exército Novo», edição do Gabinete de Dinamização do Exército, publica um artigo no qual se afirma: «Como militantes do MFA chegou a hora de olharmos para trás e vermos onde erramos e onde andamos bem. Chegou a hora de, com humildade, reconhecermos os erros e corrigi-los. Chegou a hora de termos coragem revolucionária, de cortarmos os ramos secos da árvore e deixarmos crescer os ramos novos. O povo português tem o direito de exigir isso de nós. O MFA tem o dever moral, perante todo um povo, de responder afirmativamente a essa exigência.»
- As embaixadas dos Estados Unidos e da República Federal da Alemanha, através de publicações seleccionadas pelos seus sreviços de propaganda, estão lançando uma grande campanha sobre as «vantagens» da «iniciativa privada» e da social-democracia.

informação

As frustrações de «Fortune» e «os talentos» da CIA

O ex-presidente do Conselho de Ministros do Mercado Comum, Garret Fitzgerald, fez há dias declarações optimistas sobre a posição dos Estados Unidos em face da Revolução portuguesa. Na sua opinião, Washington, apesar da intensidade da campanha anticomunista que visa mobilizar forças políticas contra Portugal, poderia mudar brevemente de atitude e até ajudar materialmente o nosso país.

Esse optimismo não é, pelo visto, partilhado pelo poderoso grupo monopolista que edita as revistas «Time» e «Fortune». A última destas publicações, considerada o porta-voz mais autorizado dos grandes monopólios, num artigo intitulado «Desvendando a CIA», dedica ao nosso país alguns parágrafos que, pelo seu significado, reproduzimos a seguir:

«O nível a que foram reduzidas as actividades da CIA no estrangeiro — escreve Charles Murphy no número de Junho da «Fortune» — pode ser avaliado pela sua inac-

ção em Portugal, numa situação que, no passado, teria induzido a CIA a aplicar resolutamente os seus talentos. Após a tomada de Poder pelos militares em Abril de 1974, tornou-se cada vez mais evidente que os comunistas dominavam o Movimento das Forças Armadas. A única via prática para os parceiros de Portugal na NATO evitarem a conquista do Poder pelos comunistas teria sido a de fomentar, discretamente, uma coligação entre os conservadores moderados e os socialistas sob a liderança do dirigente socialista Mário Soares.

Mas o secretário de Estado Kissinger estava relutante em comprometer a CIA em tal campanha, por recear que o papel desta fosse exposto publicamente e que redobrassem os clamores no Congresso e na Imprensa contra a intromissão da CIA na política de outros países. Quando, finalmente, os europeus conseguiram reunir a sua determinação para preencher o vácuo e se lançaram na organização do apoio a Soares, era já muito tarde.»

Não se trata desta vez de um boato. Uma revista que é um autorizado porta-voz do imperialismo, muito ligada ao Departamento de Estado e ao Pentágono, lamenta a inacção da CIA em Portugal, explica aos americanos que tipo de actividades conspirativas ela deveria ter desenvolvido, que alianças de forças políticas conviriam ao capitalismo monopolista americano. O anticomunismo, a intriga são secundários no artigo. O mais grave é o espírito intervencionista que reflecte, a arrogância com que sugere a ingerência nos assuntos internos de uma nação soberana. Fica claro para os americanos quem «Fortune» e a CIA encaram como seus aliados potenciais em Portugal e que forças identificam como inimigas do capitalismo monopolista. A certeza de «Fortune» relativamente à «inacção» da CIA é que parece um tanto gratuita. Não é impossível que a famigerada agência de espionagem americana procure «aplicar resolutamente os seus talentos», secretamente, como é seu hábito, sem informar os seus amigos da redacção de «Fortune». Que pensará da inconfidência de «Fortune» o general Vernon Walters, director da CIA, que neste momento está em Madrid, onde visitou há dias o sr. Frank Carlucci, embaixador do seu país em Lisboa.

Se relacionarmos o artigo de Charles Murphy com as declarações do secretário da Defesa, Schlesinger, sobre os perigos imaginários que ameaçariam o chamado flanco sul da NATO teremos um quadro mais claro da política provocatória contra a Revolução portuguesa promovida pelos monopólios americanos com o apoio ostensivo de destacados elementos do Governo do presidente Gerald Ford.

O que «Fortune» e Schlesinger esquecem é que Portugal não é uma colónia do imperialismo americano nem um campo de treino para os talentos dos espiões da CIA. O povo português prosseguirá a sua arrancada a caminho do socialismo, por muito que isso desespere o imperialismo americano.

Os crimes monetários são crimes de alta traição!

«Como é o do conhecimento geral, 60 por cento dos nossos emigrantes, aqui, na Alemanha Federal, estão contra a nossa Revolução. A razão dessa atitude não a conhecemos, mas o facto concreto é que eles continuam a não enviar as suas economias para Portugal, conservando-as no seu banco alemão, tornando mais rico um país que não precisa delas.»

A informação chega numa carta de um camarada de Sindelfingen, um trabalhador emigrado que pede ao «Avante!» para alertar o povo português e o Conselho da Revolução para as graves consequências da campanha de calúnias desenvolvida na República Federal da Alemanha contra a Revolução Portuguesa. Nesta época em que muitos trabalhadores vêm a Portugal, passar as férias, milhares deles nem sequer trazem marcos para as despesas de estada. Preferem deixar tudo na Alemanha. Alguns confessam que utilizarão o dinheiro que têm em Portugal e que, na volta, levantarão o máximo de escudos permitido pela lei para depois fazerem a troca por marcos. Outros vão mais longe e fazem planos para vender pequenas propriedades. Com o tempo, «tiraremos o dinheiro de Portugal».

Não se trata de casos isolados. A reacção interna, com a ajuda da reacção externa, intensificou a sua acção junto dos trabalhadores emigrados. O objectivo é claro. Trata-se de impedir que enviem as suas economias para o País. A sistemática deturpação da imagem da Revolução tem criado em muitas áreas de emigração tal pânico que certos trabalhadores não só deixaram de fazer transferências como pensam já em retirar escudos de Portugal. O simples facto de não trazerem dinheiro para as férias é significativo do seu estado de espírito.

No momento em que os apelos à austeridade se tornam mais insistentes, em que o País se empenha a fundo na Batalha da Produção, em que o povo toma consciência de que é preciso tapar, custe o que custar, o «deficit» de 30 milhões de contos na balança de pagamentos, a redução das transferências de divisas dos trabalhadores emigrados assume uma gravidade particular. Nos últimos dois anos a média de divisas proporcionadas pela força de trabalho portuguesa no estrangeiro atingiu quase 24 milhões de contos. Todo o esforço, todo o heroísmo da classe operária na Batalha da Produção ficam ameaçados no tocante aos resultados se a reacção obtiver êxito nas suas manobras de sabotagem junto dos emigrantes.

A necessidade de uma grande campanha de esclarecimento assume, assim, um carácter urgente e vital. Terá de ser algo de muito diferente do que se fez até agora através de iniciativas esporádicas com a participação de equipas do MFA. Os factos demonstram que os trabalhadores emigrados reagiram sempre favoravelmente aos contactos com os soldados de Abril. Mas essas iniciativas não tiveram a amplitude indispensável. E careceram também do seu complemento natural. O que se ganha por vezes numa sessão de esclarecimento perde-se ao longo das semanas porque as missões diplomáticas portuguesas, salvo uma ou outra excepção, ocupam-se de tudo excepto dos problemas dos trabalhadores e da defesa da Revolução, alvo de ataques diários no âmbito da campanha de ódio contra Portugal, comandada e apoiada financeiramente por certos meios da social-democracia europeia. Enquanto não se proceder a um saneamento profundo no serviço diplomático, enquanto nas embaixadas e nos consulados os burocratas (muitos deles comprometidos com o fascismo e o colonialismo) não forem substituídos por autênticos revolucionários, a reacção poderá desenvolver com êxito manobras de sabotagem que representam para o País a perda de milhões de contos.

Problemas e desafios da Reforma Agrária

Na última semana o Conselho de Ministros restrito examinou uma série de diplomas relacionados com a Reforma Agrária, de aplicação imediata nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro, Lisboa, Setúbal e Castelo Branco. Desse conjunto de documentos destacam-se pela sua importância o projecto de decreto-lei que fixa normas para a expropriação de determinadas propriedades rústicas; e o projecto de decreto-lei que trata da concessão de crédito agrícola a novas unidades de tipo cooperativo e ainda a outras, de natureza associativa, de base social exclusivamente constituída por assalariados rurais e pequenos agricultores que vão surgindo, inseridas na dinâmica social própria da reforma agrária.

É ainda muito cedo para se emitir um juízo sobre esses diplomas, até porque não se trata de projectos definitivos. Os trabalhadores, pelas suas próprias mãos, fizeram a Reforma Agrária dar os primeiros passos antes mesmo de anunciadas as medidas que impuseram limites ao latifúndio. Quando os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores se pronunciarem sobre esses projectos de lei poder-se-á então ter o quadro exacto da situação decorrente das novas medidas e avaliar o que elas significam para a Reforma Agrária.

Impunha-se que se instalasse o dispositivo de controlo indispensável. Se existisse um Poder revolucionário teria sido possível organizar imediatamente o dispositivo orgânico e legal adequado. Os grandes agrários têm podido até agora entregar-se a inúmeras e graves manobras de sabotagem económica.

Advertidos quanto aos critérios da Reforma Agrária e confiados na impunidade, muitos agrários tiveram condições para organizar metodicamente a sabotagem. Venderam terras por qualquer preço. Fizeram partilhas e doações a parentes e afilhados, recorreram a todos os artifícios para fraccionar as suas herdades. Dezenas de latifundiários continuaram a dispor, quase sem limitações, dos meios de produção e praticaram verda-

deiros crimes contra a economia nacional, na delapidação de bens essenciais ao País. Para obterem dinheiro — depois trataram de enviá-lo para o estrangeiro por processos ilícitos — venderam tudo que podiam, desde o recheio dos seus palacetes e «montes» até às máquinas. A venda e matança do gado foi particularmente criminosa. Os efectivos pecuários diminuíram sensivelmente nos últimos meses em vários distritos do Sul. Milhares de árvores foram abatidas. E, com o argumento de que não dispunham de dinheiro para as ceifas, os latifundiários acabaram obtendo dezenas, talvez centenas, de milhares de contos da banca nacionalizada. Grande parte dessas quantias foi provavelmente contrabandeada para o estrangeiro.

Os trabalhadores resistiram a esses actos de sabotagem. Mas nem sempre puderam actuar a tempo. Muitas vezes a burocracia cooperou, conscientemente, com a fraude montada pelos agrários. Houve veterinários que, para facilitar a venda do gado, passaram guias de marcha sem conta, o que não raro iludiu a vigilância popular.

Surgiram também às dezenas cooperativas de produção criadas por iniciativa dos patrões e por eles manipuladas. De um dia para o outro, certos agrários que no passado respondiam às legítimas reivindicações dos trabalhadores com medidas repressivas tornaram-se «democratas» e «revolucionários». Filiaram-se num partido da coligação, dizem-se sociais-democratas ou partidários do «socialismo em liberdade». Tudo para criarem condições que lhes permitam continuar a explorar os trabalhadores. No distrito de Setúbal, onde se localizam algumas das maiores e mais ricas herdades do País, esse cooperativismo capitalista deu já origem a situações concretas cujos efeitos nefastos principiam a manifestar-se. Que acontecerá quando, brevemente, for colocado o problema da expropriação dessas gigantescas herdades? Uma coisa certamente se verificará. Os agrários mascarados de revolucionários desenvolverão os maiores esforços para lançar os trabalhadores contra trabalhadores, para dificultar o avanço da Reforma Agrária, para caluniar o MFA.

A reacção de Proença-a-Nova insulta o MFA e a Revolução

No ano passado, o «Avante!» foi insultado pela reacção de Proença-a-Nova por ter apoiado a enérgica e patriótica acção do MFA ao intervir no Colégio Diocesano daquela vila beiroa. O referido estabelecimento de ensino, construído em grande parte com o dinheiro do povo, foi transformado em Liceu. Deixou de ser um colégio medieval onde a direcção aplicava aos alunos castigos corporais que se diriam inspirados nos métodos de tortura da ex-PIDE.

Apesar da campanha promovida pela reacção de Proença-a-Nova, o colégio continuou a ser dirigido pela Comissão de Gestão do Liceu. O prestígio do MFA aumentou consideravelmente no concelho, tido como um verdadeiro feudo de elementos comprometidos com o fascismo. Pela primeira vez tornou-se possível aos jovens de Proença participarem em sessões de esclarecimento e defenderem nelas ideias democráticas e progressistas. A reacção recuou. Mas não desistiu. Tantas foram as pressões feitas que, finalmente, o oficial do MFA responsável pela equipa de dinamização que interviera no colégio foi substituído. Agora, a reacção levantou a cabeça e exige a substituição do novo responsável. Amanhã, se for atendida, pedirá pura e simplesmente que o MFA seja proibido de entrar em Proença. O comportamento da população também mudou. Muitos trabalhadores ficaram atemorizados, tiram conclusões da mudança de atitude dos caciques locais, que recuperaram toda a antiga arrogância. Agora, toda a escória reaccionária de Proença retomou a ofensiva, aponta como «comunistas» os estudantes que apoiam a Revolução e o MFA e exige, em altos brados, a devolução do antigo colégio à diocese e a demissão do presidente da Comissão Administrativa da Câmara.

Foi nessa atmosfera política que «O Concelho de Proença-a-Nova», propriedade da paróquia local, editou um número especial inteiramente dedicado ao caso do «Colégio Diocesano». A intervenção do MFA é definida como «acto prepotente e brutal». O tom é de desafio à Revolução: «A intromissão bruta das Forças Armadas em casos onde o alvejado é o povo cristão, como o do Colégio de Proença-a-Nova, é a raiz do descontentamento geral que lavra por esse país fora.» Eis uma amostra do estilo.

O número foi inteiramente redigido pelo pároco e director do jornal, padre Alfredo Dias. Nos tempos do fascismo, «O Concelho de Proença-a-Nova» só via virtudes no governo, só tinha elogios para o regime Hoje o jornal e o seu director têm saudade do passado. Antes «havia professores, ordem e disciplina». Com a Revolução, «depois de tantos sacrifícios feitos para fundar e construir o colégio, vem esta gente de fora, com espingardas, chamar a si a administração e orientação do Colégio, proclamando-o, de pé para a mão, Liceu Nacional».

Segundo o director do pasquim reaccionário a mudança representou «um pontapé dado na Igreja». O padre Alfredo Dias, arvorado em historiador, não está com meias medidas. «Ficará para sempre triste na História de Portugal, já não digo só na nossa terra — escreve — o espectáculo que presenciei de soldados com espingardas G 3, passeando pelos corredores do colégio.»

Em Proença-a-Nova, felizmente, há trabalhadores que abriram os olhos à realidade quando ali chegou o 25 de Abril, nos canos floridos das G 3 empunhadas pelos rapazes do MFA. Trabalhadores que não querem voltar ao passado. Que apoiam a Revolução, que apoiam a transformação do Colégio em Liceu. Foi até lançado um jornal, «A Cortiçada na Revolução», no qual a juventude progressista se manifesta e defende para o País um futuro oposto àquele com que sonha «O Concelho de Proença-a-Nova». Tanto bastou para que todos esses jovens passassem a ser acusados de herejes e comunistas — insultos terríveis na boca da reacção local.

O anticomunismo é, também em Proença-a-Nova, a arma usada pelas forças da contra-revolução para impedirem o esclarecimento do povo. E o padre Alfredo Dias considera-se um especialista na matéria. Já escreveu numerosos artigos teóricos sobre o comunismo e os comunistas, gente com a qual «nem o diabo quereria viver». Proclama que qualquer partido é preferível ao PCP. É natural que assim pense e fale. Numa vila onde funcionava um Colégio no qual os alunos eram pendurados de cabeça para baixo ou expostos na praça, amarrados em cadeiras, como punição corriqueira, a reacção, agrupada nos partidos burgueses, achava isso normal. Os comunistas não. O «Avante!» denunciou esses factos. Apoiou a intervenção do MFA, aponta como contra-revolucionário o pasquim do padre Alfredo Dias. Os comunistas não são anticlericais. Respeitam as crenças religiosas, o direito à liberdade religiosa. Mas não se amedrontam com campanhas anticomunistas venham elas de onde vierem, mesmo quando comandadas por gente que procura cobrir as suas atitudes contra-revolucionárias com o manto da religião.

Proença-a-Nova continua a precisar da presença das equipas do MFA. O que ali se passou e passa justifica as advertências do nosso Partido sobre a necessidade de reforçar a vigilância popular, a vigilância revolucionária, à escala nacional.

informação

- O camarada Leonid Brezhnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, durante um almoço oferecido em Moscovo a Willy Brandt, fez importantes declarações sobre o futuro de Berlim Ocidental, dentro do espírito do respeito pelos tratados vigentes e da coexistência pacífica.
- O Papa Paulo VI manteve um encontro de meia hora com Nikodim, metropolita de Leninegrado, e a segunda personalidade na hierarquia da Igreja Ortodoxa da URSS. As relações entre o Vaticano e as autoridades religiosas da URSS intensificaram-se nos últimos anos. Apesar dessa realidade, os boletins paroquiais continuam em muitas cidades portugueses a sustentar que a «religião é crime na Rússia».
- O movimento fascista Justice Pied Noir, dirigido por antigos colonos da Argélia, declarou-se responsável por vários atentados terroristas cometidos no Sul da França.
- Apesar da brutal guinada à direita do Governo argentino, a presidente, Maria Estela Perón, viu-se forçada, sob pressão dos sindicatos e do movimento popular de massas a anunciar que todos os bens da Shell na Argentina serão brevemente transferidos para a companhia nacional Yacimientos Petrolíferos Fiscales. Há poucos anos a Exon e a Shell exerciam um «contrôle» hegemónico sobre o sector da distribuição e venda de produtos petrolíferos.
- Quatro herdades de 2000 hectares, na Costa Rica, foram ocupadas por camponeses que haviam pedido inutilmente ao Governo terras para cultivar. Essas propriedades pertencem legalmente a uma filial da United Brands, o grande monopólio americano que controla a produção e o comércio de frutas na América Central. A United Brands não cultivava as terras, alegando que as destinava a um ambicioso projecto agro-pecuário.
- A declaração final da Conferência Internacional da Mulher, realizada no México, pediu a redistribuição da riqueza mundial, a eliminação do imperialismo e do sionismo. Só dois países votaram contra: os Estados Unidos e Israel. É natural. Mas a maioria dos países capitalistas absteve-se. Também é natural.
- A exportação de máquinas agrícolas e tractores soviéticos para a RDA duplicou nos últimos 4 anos.
- O Supremo Tribunal de Hamburgo, na República Federal da Alemanha, condenou a prisão perpétua o antigo chefe da Gestapo em Varsóvia, Ludwig Hahn. Esse ex-carrasco nazi foi responsabilizado pelo assassínio de 230 000 pessoas e pela deportação de 300 000 judeus para o campo de extermínio de Treblinka.
- Jean Jacques Servan Schreiber, dono do semanário «L'Express» (que tem desempenhado um papel importante na campanha de calúnias contra a Revolução portuguesa) demitiu-se da presidência do Partido Radical. Durante a guerra da Argélia, o sr. Schreiber dizia-se revolucionário e socialista. Hoje é um defensor entusiasta do capitalismo monopolista.
- A decisão da SWAPO de boicotar as conversações sobre o «futuro constitucional» da Namíbia desmascarou a manobra política da África do Sul, empenhada em apresentar os chefes de alguns grupos tribais como representantes do povo daquela nação africana. A SWAPO é o movimento que conduz a luta de libertação nacional na Namíbia.
- Segundo as agências noticiosas, Eduardo Gallegos Mancera, dirigente do Partido Comunista da Venezuela, declarou em Caracas que os partidos comunistas de 24 países da América Latina decidiram na recente conferência realizada em Havana não apoiar quaisquer movimentos esquerdistas de guerrilha no Continente.
- A imprensa fascista espanhola, certamente, cumprindo ordens, está insistindo em apelos para que o Exército franquista intensifique as suas actividades agressivas no Sara dito espanhol.
- Faleceu em Madrid o ex-SS nazi Otto Scorzeny, que fez parte da guarda pessoal de Hitler e organizou e comandou o «raid» para a «libertação» de Mussolini.
- Segundo o «Washington Post», a CIA esteve implicada no assassínio do general René Schneider em Outubro de 1970 — crime que visava impedir a posse do presidente Salvador Allende.
- O presidente do México, Luis Echeverria, e o chefe do Governo do Panamá, general Omar Torrijos, divulgaram um comunicado conjunto no qual se pronunciam pelo fim do «contrôle» do Canal do Panamá pelos Estados Unidos.
- Uma delegação das Nações Unidas que deveria investigar no Chile as violações dos direitos humanos foi proibida de entrar no país pelo governo fascista do general Pinochet.
- Vinte e quatro membros da antiga junta fascista grega, incluindo o ex-presidente coronel Papadopoulos, serão julgados em Atenas, no dia 28, acusados de crimes de alta traição.
- Em Madrid até o diário «Ya», porta-voz dos círculos mais reaccionários da hierarquia religiosa, criticou a maneira misteriosa como estão a ser conduzidas as negociações sobre a utilização pelos Estados Unidos das suas bases militares em território espanhol.
- A Câmara dos Deputados das Comores — antiga colónia francesa no oceano Índico — aprovou por esmagadora maioria a independência imediata do território.
- O «Sunday Times», de Londres, publicou declarações de um médico da Marinha dos Estados Unidos, o dr. Thomas Narut, segundo as quais soldados condenados a pesadas penas por assassínio, têm sido soltos, a fim de seguirem um curso que os transforma em «assassinos profissionais». Esses homens são seleccionados em função do seu carácter agressivo e recebem um treino especial no centro neuropsiquiátrico da Marinha em São Diego.
- As Filipinas pretendem «assumir o «contrôle» das bases militares americanas instaladas no seu território, segundo declarou o presidente Ferdinando Marcos.

Vitória dos trabalhadores argentinos

Os trabalhadores da Argentina, o povo da Argentina alcançaram esta semana uma vitória cujo significado transcende as fronteiras do seu país.

As forças da reacção encontravam-se em plena escalada há meses. Sob a pressão dos monopólios, do imperialismo e da oligarquia agrária, a presidente Maria Estela de Perón vinha, de capitulação em capitulação, tomando medidas tendentes a destruir as conquistas realizadas pelos trabalhadores nos últimos dois anos. Em nome de uma política supostamente destinada a evitar o caos económico estavam a ser criadas condições para um autêntico caos económico e político. A política económica de cooperação com os países socialistas, particularmente com a URSS e Cuba, fora sabotada e o terrorismo de direita era estimulado pelo próprio ministro do Bem-Estar Social, o astrólogo fascista Lopez Rega. A substituição de comandos militares tinha aberto as portas a aventuras golpistas.

O plano de pretensa austeridade do novo ministro da Economia, Celestino Rodrigo, foi a gota de água que fez transbordar a paciência dos trabalhadores. Era uma austeridade falsa a que se lhes propunha. Uma austeridade diferente daquela que se pede ao povo português, envolvido numa revolução a caminho do socialismo. O próprio patronato reconheceu, na generalidade, que a deterioração das condições de vida e a taxa galopante da inflação justificavam aumentos consideráveis. Os sindicatos negociaram e conseguiram impor a aprovação de novos contratos colectivos de trabalho. Mas o ministro Celestino Rodrigo, cumprindo ordens de Lopez Rega e do imperialismo, reduziu para um terço o limite dos aumentos. Era uma manobra destinada a aumentar desmesuradamente os lucros de uma dúzia de gigantescos monopólios estrangeiros e nacionais. Submetendo-se, a classe operária daria uma prova de fraqueza que estimularia o jogo golpista. A Argentina esteve à beira de um «cuartelazo» de estilo chileno. Essa ameaça não foi ainda afastada, mas a mobilização impressionante dos trabalhadores, a sua unidade férrea, fez recuar as forças da reacção. A greve geral de 48 horas — uma greve justa, apoiada pelo Partido Comunista da Argentina e por todas as forças progressistas — conteve a escalada fascista. A presidente da República, ante a demonstração de Poder e Unidade das classes trabalhadoras, deu o dito por não dito. Concordou em homologar os contratos colectivos, já negociados com o patronato. E dobrou-se a outra das principais exigências populares, afastando do gabinete os ministros do Bem-Estar, da Economia e do Trabalho. A queda de Lopez Rega, porta-voz da reacção fascista, provocou uma onda de entusiasmo popular. Foi uma vitória do povo. Foram os trabalhadores quem o derrubou. Foi o movimento popular de massas quem conteve a escalada da reacção. Só o reforço da sua unidade poderá, agora, levar a novas vitórias, impedir que a reacção retome a iniciativa.

A nova Imprensa peruana

O Governo peruano expropriou em Julho do ano passado todos os jornais diários de circulação nacional que pertenciam a famílias (todas oligárquicas) ou que eram sociedades por acções. O decreto de 27 de Julho de 1974 inspirou-se no princípio de que, numa sociedade revolucionária que se propõe destruir o capitalismo não pode haver, sem graves consequências, propriedade privada dos

meios de comunicação de massa. Os dois principais semanários do país — «Oiga» e «Caretas» —, que não haviam sido atingidos pela medida, foram posteriormente fechados porque desenvolveram campanhas contra-revolucionárias.

Agora, decorrido um ano, o Governo do general Velasco regulamentou a transferência para os sectores de base organizados dos grandes diários socializados. Embora os directores, durante mais um ano, sejam nomeados pelo Estado, definiram-se normas para a eleição das juntas e conselhos directivos e para o funcionamento das comissões de trabalhadores. «El Comercio» (120 000 exemplares), será o órgão das organizações camponesas; «Expreso» (110 000) ficará afecto ao sector educacional; «La Prensa» (100 000) pertence agora ao sector das comunidades industriais, pesqueiras, mineiras e de telecomunicações; «Correo» (100 000) será o porta-voz das organizações profissionais; «Ultima Hora» (80 000) fica entregue ao sector de serviços: construção civil, transportes, bancos, seguros, comércio, hotelaria, etc.; «Ojo» (60 000) será controlado por organizações ligadas à cultura, artesanato, folclore, etc. Além do órgão oficial, «El Peruano», o Governo continuará a editar o diário «La Nueva Cronica».

O Peru tinha uma das imprensas mais reaccionárias da América Latina antes da Revolução de 1968. Posteriormente, o Governo de Velasco, apesar de um rigoroso Estatuto, não conseguiu impedir que os grandes diários, fiéis ao conceito de «liberdade de Imprensa» do mundo capitalista, interpretassem à sua maneira as teses do pluralismo ideológico para actuarem como órgãos da reacção. A regulamentação do decreto de expropriação transforma-os agora em associações de serviço social de propriedade dos sectores de base organizados que ficam responsáveis pela sua orientação.

O primeiro ano de experiência apresentou resultados positivos. A Imprensa peruana deixou de ser um instrumento da reacção, uma alavanca de poder político manobrada pelas forças que se opõem ao avanço do processo revolucionário. Nenhum jornal, hoje, invoca, em Lima, o pluralismo para sabotar o processo. O povo dispõe de melhores jornais, de uma informação que não é controlada pelas agências noticiosas imperialistas e por famílias oligárquicas. O nível do jornalismo melhorou extraordinariamente.

Como assinala «Unidad», órgão do Partido Comunista Peruano, «o povo peruano, os jornalistas e os trabalhadores, através de diários e revistas, pronunciaram-se favoravelmente» sobre uma experiência da qual depende em «grande parte o futuro da Revolução Peruana (...) Com a participação directa dos sectores e dos trabalhadores da Imprensa terminará a infiltração dos sectores hostis à Revolução. Os adversários do processo não devem ter lugar na nova Imprensa que, além do mais, será efectivamente social, na medida em que seja o reflexo da posição plural das várias organizações que apoiam a Revolução e militam nela. Sem manipulações e discriminações de qualquer espécie».

«Se alguma coisa clara — salienta «Unidad» — se pode extrair do frutífero debate que se vem realizando em torno deste importante assunto é que o povo deseja ardentemente que a nova Imprensa se enquadre nos novos moldes da democracia de participação plena que nós, peruanos, estamos a forjar.»

Apelo à paz e ao desanuviamento

Para assinalar o 20.º aniversário do Tratado de Varsóvia realizou-se recentemente uma reunião de representantes da opinião pública e de várias organizações da Bulgária, Checoslováquia, Hungria, RDA, Polónia, Roménia e União Soviética.

O comunicado divulgado no final contém um apelo à opinião pública de toda a Europa para que apoie o processo de desanuviamento de modo a que ele se torne irreversível.

«É necessário — salienta o documento — reforçar as relações internacionais em todas as esferas com base na coexistência pacífica de países de regimes sociais diferentes. Em relação a este ponto é urgente e necessário que a Conferência de Segurança e Colaboração Europeia em Genebra termine com êxito completo. De tal modo que se transforme numa etapa destacada para o desenvolvimento das relações, respeitando o espírito de soberania, renúncia ao uso da força, inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial, solução pacífica dos conflitos, não ingerência nas questões internas, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, igualdade de direitos e o direito das nações decidirem acerca do seu próprio destino, bem como a colaboração entre Estados.

«Dentro deste espírito — continua o comunicado — a reunião expressa o seu apoio à posição dos seus Governos, no sentido de dissolver a organização do Tratado de Varsóvia, juntamente com a dissolução da NATO. Todavia, enquanto existe a NATO é necessário afirmar também a capacidade de defesa dos vários membros do Tratado de Varsóvia.

«Os participantes chegaram à conclusão de que já amadureceram as condições objectivas para excluir a guerra da vida da Sociedade. Isto requer uma colaboração activa de todas as forças amantes da paz, já que os adversários do desanuviamento, que desejam que a Europa e o mundo voltem à guerra fria, por agora não deporão as armas. Os participantes da reunião acolhem a colaboração de todas as forças amantes da paz e por seu lado declaram que fizeram tudo que lhes foi possível para criar uma segurança permanente na Europa, para o triunfo da paz em todo o mundo.»

Novas ameaças de Schlesinger

A linguagem agressiva de Washington tem-se vindo a acentuar progressivamente após a derrota do imperialismo americano no Vietnam e no Camboja. Ainda que não se opondo duma forma definida a participar em conversações tendentes à limitação mundial de armamentos, a Casa Branca tem vindo a tentar criar um clima de instabilidade internacional. Sucedem-se afirmações de membros do Governo norte-americano aludindo a perigos imaginários que cercariam os Estados Unidos, à necessidade de um reforço da «defesa do Ocidente». Reiteram-se insistentemente as firmes disposições dos EUA de defenderem os seus aliados contra ameaças com que eles próprios povoam os horizontes da Terra. Inserida nesta estratégia de criar um clima de instabilidade que possa «justificar» acções agressivas contra outros povos, a pretexto, naturalmente, de «ameaças» à segurança dos EUA ou de qualquer dos seus aliados, a Casa Branca tem vindo a redobrar de provocações em relação à República Democrática da Coreia. Assim, a pretexto de um exercício militar conjunto de tropas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul, que coincide com uma visita de inspecção do chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano, general Fred C. Weyand, estão a ser feitas verdadeiras provocações militares à República Democrática da Coreia com represálias nucleares, no caso de as forças militares deste país atravessarem a fronteira (hipótese colocada única e exclusivamente por Washington). As declarações proferidas pelo secretário da Defesa norte-americano nesse sentido provocaram protestos, não só da República Democrática da Coreia mas também a nível internacional, nomeadamente do Partido Socialista Japonês, que justamente classificou de «clara ameaça nuclear» as afirmações de Schlesinger, e do Conselho de Hiroxima contra Bombas Atómicas e de Hidrogéneo.

As ameaças de Schlesinger não se dirigem unicamente à República Democrática da Coreia. Visam todo o mundo socialista. O secretário norte-americano de Defesa (?) disse que estava a ser feito um cuidadoso estudo de dispor de mísseis balísticos Poseidon, lançados de submarinos, para serem disparados contra alvos tácticos na Europa na «hipótese de um ataque inimigo». Os mísseis estão virados para alvos estratégicos, zonas industriais e cidades da União Soviética. Schlesinger chama a isto «reforço da segurança e da estabilidade do equilíbrio (militar) nessa região»...

O «Avante!» já tinha chamado a atenção para a agressividade e gravidade das ameaças proferidas por Schlesinger. Ameaças que têm vindo a subir de tom. O Mundo caminha para o lançamento das bases dum clima de paz e coexistência pacífica. As acrobacias do sr. Schlesinger não alterarão o curso da História. Impõem, entretanto, uma redobrada vigilância e um mais intenso e persistente trabalho em prol da paz que o imperialismo se esforça por comprometer.

A escalada sionista contra o Líbano

A tensão voltou a aumentar no Médio Oriente. Enquanto desenvolve nas capitais do mundo capitalista uma grande ofensiva de propaganda que tem por fim persuadir a opinião pública ocidental de que deseja a paz, Israel multiplica os seus actos de agressão contra o Líbano e acelera os preparativos militares, que, pelas suas características, nada têm a ver com tarefas defensivas.

Significativamente, o governo de Telavive adiou por uma semana a sua decisão final sobre o tão falado acordo de paz com o Egipto. Alegam as autoridades sionistas que aguardam mais «esclarecimentos» de Washington, pois os

patrocinadores do projectado acordo são os Estados Unidos. Mas o chefe do estado-maior das Forças Armadas de Israel, antecipando-se, deu já a entender que o Exército do seu país difcilmente poderá «abandonar» os desfiladeiros de Mitla e Gidi. Fala-se também de um encontro do secretário de Estado americano, Henry Kissinger, com o primeiro-ministro israelita, Yitzahak Rabin, a realizar-se em Bonn. Kissinger aparece como conselheiro pacífico.

Todas essas iniciativas servem apenas para camuflar o verdadeiro jogo de Israel e dos seus aliados americanos. Um acordo que possa estabelecer uma paz duradoura no Médio Oriente, na base do cumprimento da Resolução das Nações Unidas de Novembro de 1967 não interessa nem ao imperialismo nem aos fascistas de Telavive. Falam de paz para desviar as atenções dos seus planos agressivos. É nos bastidores que os dois aliados elaboram a sua estratégia e a sua táctica. Segundo a agência inglesa Reuters, cujas simpatias pela causa do sionismo são conhecidas, Kissinger manteve nas Ilhas Virgens, na última semana, dois encontros secretos com Simoha Dinitz, embaixador de Israel nos EUA. Que terão discutido?

A situação, entretanto, torna-se explosiva. O novo primeiro-ministro do Líbano, Rashid Karami, acaba de acusar frontalmente Israel de interferir directamente na política interna do seu país. Em advertência dirigida à nação pela rádio e pela TV disse: «O ataque contra a economia nacional por meio da colocação de explosivos nas nossas fábricas e empresas (...) é um plano destinado a servir os interesses do inimigo.» E, aludindo aos choques que nos últimos dias causaram mais de mil mortos na capital do país, acrescentou: «Acusamos Israel de estar directamente por detrás desse plano».

Poucas horas depois, o governo de Telavive confirmava, pelo seu comportamento criminoso, a justeza das palavras de Karami. Forças aéreas e navais israelitas lançaram um ataque conjugado contra o campo de refugiados palestinianos de Rasiiyeh, matando e ferindo civis desarmados.

Ligando todos esses factos entre si, Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina, afirmou sem rodeios que Israel se prepara para iniciar a quinta guerra no Médio Oriente com um ataque «preventivo» contra «o Norte, a Síria e a revolução palestiniana».

VISITE
O STAND DO
Avante!
na
FEIRA POPULAR
de Lisboa

DISTRITO DE COIMBRA, EXEMPLO DA BATALHA A TRAVAR

GANHAR AS MASSAS CAMPONESAS DO NORTE PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

É o mesmo o rosto dos camponeses pelas diversas terras do País. De sul a norte, igual o envelhecimento precoce, semelhante a fadiga acumulada durante longos anos de trabalho árduo, de privações, miséria e isolamento. É igual o ritmo extemporâneo das rugas, o jeito das mãos talhadas nos mesmos gestos de amanhar a terra, semear e colher insuficiências, semelhante o subdesenvolvimento material e cultural. Igual, pois, ainda que variável no grau, o peso da herança terrível de 48 anos de opressão económica e política. Diversa, no entanto, a permanência dos resíduos do fascismo. Enquanto no Sul, o ímpeto revolucionário se fortalece a cada momento de luta, a consciência de classe se tempera com as dificuldades, e a vigilância revolucionária redobra perante as manobras da reacção, no Norte, os assalariados e os pequenos e médios camponeses continuam presas dóceis das forças contra-revolucionárias, o medo dilui uma consciência de classe incipiente, o fatalismo corrói a esperança, o obscurantismo alimenta a miséria.

No Sul, os trabalhadores da terra tomaram nas mãos o seu próprio destino e transformaram-no a cada passo. A reforma agrária é um instrumento desta transformação que os trabalhadores agarram convictamente e com ele vão trabalhando a realidade económica e política de todo o País. No Norte, os trabalhadores da terra têm ainda as mãos atadas no mesmo terror que os amordaçou durante o fascismo. No Sul, a resistência antifascista desenvolvida através de movimentos reivindicativos das massas camponesas, deu aos trabalhadores uma prática e consciencialização revolucionárias, hoje postas ao serviço do processo revolucionário. No Norte, escassos foram os movimentos reivindicativos, forte a passividade forjada pela deturpação dos sentimentos religiosos utilizados para legitimar a opressão e a exploração, tremenda a descrença na possibilidade de um mundo melhor.

Esta realidade assenta em factos objectivos, dos quais o predominante reside na estrutura da propriedade. No Sul, zona de latifúndio, a própria concentração da propriedade, dando lugar ao aparecimento de uma classe numerosa de assalariados, criou as condições para o desenvolvimento da luta antifascista. Milhares de homens sem terra eram obrigados a trabalhar nas herdades dos senhores, sujeitos a jornas de fome. No Norte, exceptuando o distrito de Castelo Branco, o predomínio da pequena propriedade, regra geral em exploração familiar, a taxa pouco elevada de assalariados, o isolamento do camponês, ofereceram aos caciques locais o terreno ideal para semearem ódios, ignorância, anticomunismo exacerbado que seria ridículo se não fossem trágicas as suas consequências a nível de consciencialização dos camponeses que nada têm a perder com a queda do fascismo e, no entanto, se recusam, obstinadamente, a crer no que têm a ganhar.

Para que de Norte a Sul, o rosto dos camponeses não seja apenas igual no cansaço...

A constatação do fatalismo que acorrenta os trabalhadores da terra do Norte do País não implica uma análise pessimista relativamente ao avanço do progresso revolucionário nestas zonas. A realidade de hoje deve constituir um estímulo para caminharmos decisivamente para a sua transformação radical e esse é o sentimento de todos os nossos camaradas que se empenham na luta revolucionária nessas regiões. As potencialidades revolucionárias das massas camponesas, adormecidas por tempos de obscurantismo que os caciques locais e padres reaccionários procuram manter aceso, serão despertas através de uma gigantesca batalha de esclarecimento político, através da evidência dos frutos das medidas adaptadas no sentido de resolver a grave crise agrícola e, portanto, de melhorar a situação de quantos trabalham a terra. O ritmo de avanço da reforma agrária reflectir-se-á no brotar de uma esperança até agora desconhecida nas populações do Norte. Porque, e este não constitui um dos crimes menores do fascismo, para os trabalhadores da terra, no Norte do País, a única esperança que acalentam reside num «descanso eterno». Todo sentimento de confiança na vida lhes é estranho. Por isso o processo de ganhar estas massas para a Revolução, para a edificação de um país novo, será difícil e moroso.

A Lei do Arrendamento alavanca da Reforma Agrária

Quando falamos de reforma agrária é indispensável termos em consideração as profundas diferenças da estrutura da propriedade entre o Norte e o Sul do País. A existência da grande propriedade no Sul é um fenómeno histórico. O desenvolvimento do capitalismo nos campos, concorrendo para a ruina progressiva de pequenos camponeses, favoreceu uma maior concentração (uma vez que as pequenas parcelas eram vendidas ou tomadas pelos latifundiários) e o aparecimento de uma classe crescente de assalariados rurais. No Norte, nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu, predomina a pequena propriedade. As diferenças entre a estrutura fundiária determinam, também, um tipo diverso de exploração agrícola. No Sul, o latifúndio constitui uma grande exploração agrícola em que o trabalho era feito quase todo na base do assalariado. No Norte, onde existem algumas grandes propriedades, estas encontram-se submetidas a um regime de pequena exploração sob renda ou parceria.

Desta diversidade resulta que se a expropriação é uma medida fundamental para a concretização da Reforma Agrária no Sul (colectivização das unidades produtivas, criação de grandes empresas estatais, e formação de cooperativas de produção agrícola), no Norte, a prática da expropriação tem pouco significado em virtude da pulverização da propriedade.

Tomemos como exemplo o distrito de Coimbra. Num total de 70 407 explorações, 69 985 têm uma área inferior a 20 hectares. Destas 69 985, 42 930 são exploradas por conta própria, verificando-se na maioria, exclusivamente, o trabalho familiar. Estamos, pois, perante um tipo de exploração pré-capitalista em que o dono da exploração é ao mesmo tempo o fornecedor do trabalho. Nas grandes propriedades mantém-se a exploração familiar, sendo muito generalizada a prática do arrendamento, nomeadamente nos concelhos de Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Lousã, Tábua e Mira. No distrito de Coimbra, mais de 9 mil explorações são trabalhadas sob arrendamento, e falando com os pequenos e médios camponeses apercebemo-nos da importância fundamental de uma lei justa de arrendamento e da sua correcta aplicação prática para a realização da Reforma Agrária.

Um dos camponeses que contactámos, um dos poucos que não temem exprimir as suas aspirações, no lugar de Lares, concelho da Figueira da Foz, falou-nos sobre a exploração que atingiu os rendeiros durante largos anos do fascismo.

Uma das formas que os senhores senhorios usavam para nos sugar era o pagamento por quotas-partes da produção. Aqui é uma zona de muito arroz. Pois o rendeiro chegava à colheita e tinha de dar duas partes ao senhorio e ficava só com uma. Por outro lado, muitas das terras que agora se encontram a fazer arroz foram desbravadas pelos rendeiros. Quando vieram às mãos dos rendeiros eram incultas, terrenos a

...mas também na confiança e determinação em construir um país novo

monte. Depois de prontas e a produzir, os senhorios, sobretudo um cá dos maiores, despediram os rendeiros que ficaram de mãos a abanar.

A Lei de Arrendamento, publicada em Abril deste ano, anula a exploração desenfreada a que eram sujeitos os rendeiros. Acabam-se todas as formas de parceria, a renda é fixa, e em dinheiro, e os seus limites máximos são estabelecidos pelo Estado. Por outro lado, garante-se de facto a segurança do rendeiro na terra. Sobre a reacção da população a esta lei de arrendamento, diz-nos este camponês:

É tremenda a falta de esclarecimento. Faço parte de uma comissão de 18 trabalhadores que tomaram aqui, em Lares uma pequena parcela de terra de 7 hectares, não pelo interesse de a explorarmos, mas porque esta parcela tem um prédio que nos vai servir para o trabalho de Liga de Pequenos e Médios Camponeses que estamos a tentar criar. Convidámos o SADA e o MFA a virem cá esclarecer as pessoas sobre o arrendamento rural. Poucas apareceram e as que aparecem, quando se trata de fazer coisas, encolhem-se logo. Compreende-se porque foram sempre exploradas e nunca viram nenhum lucro. Por isso pensam que será sempre igual.

Em Alviceia, no concelho de Montemor-o-Velho, a mesma queixa na descrença dos camponeses. Desconfiam de «benefício tamanho» e recusam-se a acreditar que a lei do arrendamento rural será aplicada em seu favor. O receio de estarem a ser enganados elimina toda a capacidade de iniciativa. A alimentar esta passividade, surgem os boatos da reacção, as manobras de senhorios. Os camponeses mais esclarecidos mostram-se dispostos a avançar com a formação de associações de rendeiros que os defendam das especulações por parte da reacção, que os protejam das tentativas de lodo por parte dos senhorios e que contribuam para a consciencialização da importância da organização de classe e do espírito colectivo.

As associações de rendeiros são uma perspectiva para a qual se espera ganhar os rendeiros, esclarecendo-os sobre as vantagens do associativismo na defesa dos interesses.

Tal como nos encontros distritais, concelhios e até de freguesia, que vem promovendo desde o ano passado, o nosso Partido desenvolve uma acção incansável de esclarecimento junto das populações. A Direcção da Organização Regional das Beiras procura consciencializar os trabalhadores da terra que a Lei de Arrendamento Rural **beneficia de facto centenas de milhares de rendeiros que constituem as camadas mais pobres dos agricultores do País e vem abrir caminho ao aumento da produtividade agrícola e à reforma gradual da estrutura agrária em Portugal.**

Uma das mais odiosas formas de exploração dos camponeses são os foros ou prazos, encargo perpétuo sobre um prédio rústico ou urbano, espécie de imposto anual, cuja origem remonta ao feudalismo. No Norte são ainda muito generalizadas as situações de foreiro, o que provoca viva indignação por parte das massas camponesas e constitui um importante factor de mobilização. Um pequeno agricultor de Avenal diz-nos a este respeito:

Essa é uma das maiores injustiças que a gente sofre. Se as propriedades já pagam décima ao Estado não se justifica que tenham ainda outro imposto que ainda é superior à décima. Eu tenho ali uma propriedade que paga cento e poucos escudos de décima e paga cento e quarenta e oito de foro. O foro é mais caro que a décima. Já assinei um abaixo-assinado, e aqui assinou muita gente, em que pedimos a extinção dos foros. Toda a gente se devia negar a pagar os foros, quer a particulares quer ao Estado. Antes de ser obrigatório pagarmos ao Estado tínhamos de pagar à Sé. Em 1967, os outros governantes, não contentes com a sorte do desgraçado do agricultor, ainda aumentaram mais os foros. Os foros a particulares ainda são piores. Ao Estado pagam-se em dinheiro, tal como era à Sé. Aos particulares paga-se com galinhas, ovos, batatas, um ror de coisas que são costume antigo.

Este pesado encargo que se mantém ainda em muitas regiões do país foi extraordinariamente agravado pelo governo fascista, expedito em todas as formas que agudizassem as terríveis condições de subsistência das massas trabalhadoras. O Código Civil de 1867, veio aligeirar a situação dos foreiros, ficando estes obrigados a pagar aos senhores a prestação anual e o «laudémio», espécie de sisa que os agricultores tinham de pagar quando vendiam os prédios sujeitos a foro, e retirando aos senhores o direito de fazer subir o montante dos foros. Com o fascismo os foros foram sujeitos a aumentos escandalosos: 10 vezes mais pela Reforma do Código Civil de 1930 e para 20 vezes mais com a promulgação do novo Código Civil, em 1967.

A extinção dos foros é um dos pontos constantes do Programa do nosso Partido que se mantém após o VII Congresso. Também na Plataforma de Emergência proposta ao País se insiste na abolição dos foros. Em todos os encontros de camponeses promovidos pelo nosso Partido, a abolição dos foros consta como uma conclusão unânime. Num comunicado da Comissão do nosso Partido para o Trabalho Camponês do Norte, apela-se para que **todos os agricultores ainda sujeitos ao pagamento de foros se devem juntar a todos os outros vizinhos que estejam a suportar o mesmo encargo e devem fazer chegar ao Governo o conhecimento da situação injusta a que estão sujeitos para que o Governo Provisório tome medidas imediatas no sentido de abolir, de imediato, e sem quaisquer encargos para os agricultores foreiros, todas as formas de foros que ainda existam em muitas partes do País. Os agricultores foreiros não devem ser obrigados a pagar nenhuma espécie de remissão aos senhores dos foros para compensar a sua extinção. Bem feitas as contas os senhores dos foros é que teriam muito a devolver aos agrioultores foreiros pela desenfreada exploração que sempre fizeram do seu trabalho.**

Quando a gente quer comprar uma terrinha, como me aconteceu a mim — disse um camponês —, e se a terra tem foro, herdamos este encargo, ou então pagamo-lo de uma vez. Mas era difícil porque tínhamos de dar vinte vezes o valor do foro. Eu sempre paguei o foro nos outros tempos porque eles não perdoavam. Bastava passar um dia para pagarmos três vezes mais o valor do foro. A verdade é que tinha esperança de que isto levasse um pontapé nas costas, como sucedeu. Mas agora que as condições são outras não se justifica que continuemos amarrados ao foro. Eu, por mim, estou associado com mais outro foreiro e vamos fazer avançar isto; criarmos uma associação - comissão de foreiros para que o Governo nos atenda e fique abolido, de vez este encargo injusto. Bem sei que é difícil as pessoas aqui unirem-se umas às outras, porque têm medo, mas tratando-se do problema dos foros estou convencido de que são capazes de deitar os medos para trás das costas.

Garantia de preços e escoamento da produção

Além da aplicação urgente da Lei de Arrendamento Rural — que, independentemente do seu enorme alcance económico, terá um eficaz efeito pedagógico, sob o ponto de vista político, na medida em que os camponeses verificarão que não é de desconfiar da veracidade de «benefício tamanho» —, além da urgente extinção de formas obsoletas de exploração, como é o caso dos foros, um dos pontos que mais afecta os pequenos e médios agricultores é a chamada questão de garantia de preços.

Este problema é profundamente sentido pelos camponeses de todo o País. Num momento em que a batalha da produção se reveste de um significado de salvaguarda e impulso do processo revolucionário e, sendo a agricultura uma das frentes onde se joga o sucesso desta batalha, não se compreende que para a generalidade dos produtos não sejam garantidos os preços, quando o seu conhecimento prévio constituiria, sem dúvida, um poderoso estímulo ao aumento da produção.

Veja o que aconteceu em relação ao milho —diz-nos um agricultor de Aliceia.— **O agricultor soube antes da sementeira que o preço do milho estava garantido a 4$00 ou 5$00 se o entregasse directamente ao Instituto dos Cereais. Por isso, pelo menos aqui na zona, a área de cultivo do milho aumentou muito. O mesmo com o leite, e aqui muita gente tem a sua vaquinha, a garantia de aumentos do preço animou. Animou é como quem diz, porque só ontem, quando receberam as quinzenas em atraso é que acreditaram e ficaram todos contentes. Porque antes não queriam crer no que diziam os jornais e a rádio, e os senhores andavam por cá a dizer que era tudo mentira, que não ia haver aumento do leite, que o Governo os estava a enganar.**

Mas, voltando ao milho, a verdade é que só o aumento não resolve os nossos problemas. Porque só recebemos os cinco escudos se fizermos a entrega directamente ao Instituto dos Cereais. Ora vem o negociante à porta e compra-nos o milho por 5$00. Como não temos possibilidade de fazer o transporte ao Instituto dos Cereais e o preço do negociante é mais elevado, vendemos ao negociante. Mas se não fora o Governo oferecer-nos os 5$00, o negociante pagava-nos a 3$00 ou pouco mais, como fez no ano passado. Por isso, a medida tomada para o preço do milho foi boa para os agricultores. Quanto aos outros cereais, as coisas não vão bem. Dizem-nos que nos garantem o preço do ano passado e talvez mais qualquer coisa. Mas a gente está na véspera das colheitas. Com que vontade vamos colher, assim às cegas, sem saber qual vai ser o ganho?

No Norte ninguém duvida de que será lento o processo de formação de cooperativas agrícolas de produção. Ainda que alguns, contando-se pelos dedos, advoguem a criação de cooperativas, baseados na necessidade de mecanizar os trabalhos agrícolas e na impossibilidade de aplicar máquinas nas pequenas explorações, a esmagadora maioria dos camponeses do Norte reage, temerosa, à ideia de constituição de cooperativas pois encaram-nas como «um roubo das suas terras». No entanto, relativamente à criação de cooperativas de comercialização desenha-se uma certa adesão.

O despacho emitido pelo Ministério da Agricultura no passado dia 3 de Junho, no sentido de saneamento das cooperativas existentes, dirigidas ainda por elementos reaccionários que, na maioria das vezes, nem sequer exercem actividade agrícola, constitui já um passo para se colocarem as cooperativas ao serviço dos pequenos e médios agricultores, adaptando-as às necessidades locais e às potencialidades imediatas de cada zona. Porém, sem uma lei que defina com rigor, as funções das cooperativas, o que servem e a quem servem, a Reforma Agrária sofrerá um atraso que pode embaraçar fortemente a tarefa da batalha da produção.

No Norte, é incipiente o associativismo de classe. As razões são, fundamentalmente, o ancestral obscurantismo e isolamento que o fascismo veio cimentar e que a reacção procura manter.

Daí que enquanto no Sul as organizações de classe das massas camponesas se encontram já numa fase de firme estruturação, no distrito de Coimbra, exemplo da situação no Norte, apenas no concelho de Oliveira de Azeméis se encontra constituída uma Liga de Pequenos e Médios Camponeses. De resto deparamos com núcleos de associações de classe em diversos concelhos, constituindo Comissões Pró-Liga.

Apesar das intimidações efectuadas por caciques locais no sentido de desmobilizar as populações em relação ao associativismo, nos últimos tempos, assiste-se a uma dinamização na constituição de associações de classe. O trabalho de esclarecimento é, também neste aspecto, indispensável para incentivar a participação das massas trabalhadoras do campo, levando-as a unirem-se e organizarem-se

Dessa organização depende o grau de participação na concretização da Reforma Agrária, depende a concretização e defesa dessa mesma Reforma Agrária. Unidos e organizados, os camponeses do Norte aprenderão os gestos de solidariedade e fraternidade que o fascismo lhes fez esquecer. Aprenderão a esperança de um mundo melhor, a certeza de que a miséria não é um dado fatal. Unidos e organizados, os pequenos e médios camponeses, à semelhança dos trabalhadores da terra no Sul do País, constituirão uma força impulsionadora do processo revolucionário.

Para que o rosto dos camponeses não seja igual de norte a sul do País apenas no cansaço, na fadiga, ganho a troco de renúncias, a troco de solidão e de amargura, mas também na confiança e na determinação em construir um País novo, o nosso Partido não esmorece um só momento na luta. Porque é o Partido da classe operária e dos trabalhadores e, na sua actuação, abre-se sem ambiguidades a perspectiva de um País de paz e liberdade

...urge concretizar a Reforma Agrária, pela qual se bate o nosso Partido

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

À venda nos Centros de Trabalho do PCP
Serviços de Distribuição e Assinaturas de Editorial Avante!
Av. Santos Dumont, 57, 2.° — LISBOA